

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

IZAILDO FEITOSA FELTRINI

**PERCEPÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO SOBRE A ADERÊNCIA DA AGENDA
AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Goiânia – GO
2023

IZAILDO FEITOSA FELTRINI

**PERCEPÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO SOBRE A ADERÊNCIA DA AGENDA
AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientação: Professor Dr. Paulo Cesar Bontempo.
Coorientador: Professor Dr. Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros

**Goiânia – GO
PPGADM - UNIALFA
2023**

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

F328p

Feltrini, Izaildo Feitosa.

Percepção do servidor público sobre a aderência da agenda ambiental na administração pública do distrito federal. / Izaildo Feitosa Feltrini. – 2023.

147 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Bontempo.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2023.

1. Agenda Ambiental na Administração Pública. 2. Sustentabilidade Socioambiental. 3. Meio Ambiente. I. Bontempo, Paulo Cesar. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 658.3

IZAILDO FEITOSA FELTRINI

**Percepção do servidor público sobre a aderência da Agenda Ambiental na
Administração Pública do Distrito Federal**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA:

Prof. Dr. Paulo Cesar Bontempo – UNIALFA (GO)
(Orientador)

Prof. Dr. Jorge Alfredo Cerqueira Streit - UNIALFA (GO)
(Membro Interno)

Prof. Dr. Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros– UNIPAMPA (RS)
(Coorientador)

Goiânia-GO

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meus pais, que são minhas inspirações de vida e sempre confiaram em meu potencial. A todos meus amigos e familiares, que me deram todo apoio em minhas ausências e dificuldades. A todos os servidores públicos que acreditam que a gestão pública deve ser sustentável e possa contribuir com a preservação do mundo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que nunca me desamparou nos momentos de maiores dificuldades e desafios, que me deu a oportunidade de dar forças de concluir esse Mestrado, mesmo tendo passado pelas piores consequências do Covid-19. A meus pais, parentes e amigos, que me deram forças e entenderam minhas ausências e acreditaram sempre em mim. Aos doutores Bento, Paulo Bontempo e Thiago Beuron, que me brindaram conhecimento e experiência profissional e de vida. À Johnatan e Maria Luiza, que me deram todo o suporte técnico, com total profissionalismo e cuidado. A todos os participantes da pesquisa e servidores públicos do Distrito Federal, que colaboraram imensamente para obter os resultados da pesquisa sobre sustentabilidade e gestão socioambiental.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

A sustentabilidade e a gestão socioambiental nas organizações públicas são ferramentas importantes de concretização de políticas públicas de proteção do meio ambiente e multiplicadores de boas práticas e condutas para a sociedade como um todo. Nesta toada, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) elaborou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cujo objetivo é traçar normas de conduta a fim de proteger o meio ambiente e disseminar princípios sustentáveis no âmbito da Administração Direta e Indireta dos três poderes federativos brasileiros: executivo, legislativo e judiciário. O Distrito Federal (DF) é signatário à implementação da agenda desde 2017, por força do Decreto Distrital nº 38.246, de 1º de junho de 2017 e atribuiu, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA), a competência de estimular a implantação da A3P pelos demais órgãos e entidades, incluindo atividades de monitoramento e a avaliação das atividades. A pesquisa verificou o nível de percepção dos servidores públicos em às ações previstas pela A3P, tais como observação de divulgação de informações, orientações e cursos sobre sustentabilidade; sensibilização a ações de proteção ao meio ambiente; observação de engajamento à comportamentos sustentáveis e mudança de clima organizacional; propagação de ações de defesa ao meio ambiente. A pesquisa quali-quantitativa foi realizada no Distrito Federal, no âmbito do Poder Executivo, com aplicação de questionário aos servidores públicos da carreira de políticas públicas e gestão governamental lotados nos 101 (cento e um) órgãos e entidades existentes no DF. Os resultados encontrados evidenciam a pouca percepção de ações sustentáveis por parte dos governantes e relatam poucas ações de cursos, qualidade de vida no trabalho, ou ações governamentais de proteção ao meio ambiente.

Palavras chave: sustentabilidade socioambiental, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), meio ambiente.

ABSTRACT

Sustainability and socio-environmental management in public organizations are important tools for the implementation of public policies to protect the environment and a multiplier of good practices and conduct for society as a whole. In this vein, the Ministry of the Environment (MMA) prepared the Environmental Agenda in Public Administration (A3P), whose objective is to outline rules of conduct in order to protect the environment and disseminate sustainable principles within the scope of the Direct and Indirect Administration of the capital called Federal District (DF), that has been a signatory to the implementation of the agenda since 2017, pursuant to District Decree n. 38,246, of June 1st, 2017 and assigned to the Secretary of State for the Environment of the Federal District - SEMA, the competence to encourage the implementation of A3P by other organisms and entities, including monitoring activities and evaluation of activities. The survey verified the level of public agents' perception of the actions envisaged by the A3P, such as observation of information disclosure, guidelines and courses on sustainability; awareness of actions to protect the environment; observation of engagement with sustainable behavior and organizational climate change; propagation of actions to protect the environment. Quali-quantitative research was carried out in the Federal District, within the scope of the Executive levels, with the application of a questionnaire to public agents in the career of public policies and government management working in the 101 (one hundred one) direct and indirect organisms existing in the DF. The results found show little perception of sustainable actions by public agents that claim ignorance of the contents and few course actions; quality of life at work; or government actions to protect the environment.

Keywords: socio-environmental sustainability, Environmental Agenda in Public Administration – A3P, environment.

RESUMEN

La sostenibilidad y la gestión socioambiental en las organizaciones públicas son herramientas importantes para la implementación de políticas públicas de protección del medio ambiente y un multiplicador de buenas prácticas y conductas para la sociedad en su conjunto. En esta línea, el Ministerio del Medio Ambiente (MMA) elaboró la Agenda Ambiental en la Administración Pública (A3P), cuyo objetivo es delinear reglas de conducta para proteger el medio ambiente y difundir principios sostenibles en el ámbito de la Administración Directa e Indirecta de los tres poderes federativos brasileños: ejecutivo, legislativo y judicial. El Distrito Federal (DF) es signatario de la implementación de la agenda desde 2017, en conformidad con el Decreto Distrital n° 38.246, de 1 de junio de 2017 y asignó, a la Secretaría de Estado de Medio Ambiente del Distrito Federal - SEMA, la competencia para fomentar la implementación de A3P por parte de otros órganos y entidades, incluídas las actividades de seguimiento y evaluación de las actividades. La encuesta verificó el nivel de percepción de los servidores públicos sobre las acciones previstas por la A3P, tales como observación de divulgación de información, lineamientos y cursos sobre sostenibilidad; conciencia de las acciones para proteger el medio ambiente; observación del compromiso con el comportamiento sostenible y el cambio climático organizacional; Propagación de acciones para proteger el medio ambiente. Se realizó una investigación cuali-cuantitativa en el Distrito Federal, en el ámbito del Poder Ejecutivo, con la aplicación de un cuestionario a los servidores públicos de la carrera de políticas públicas y gestión gubernamental que laboran en los 101 (ciento un) órganos y entidades existentes en el DF. Los resultados encontrados muestran poca percepción de acciones sustentables por parte de los servidores públicos implementadas por organismos o entidades públicas; reportan pocas acciones de curso; calidad de vida en el trabajo; o acciones gubernamentales para proteger el medio ambiente.

Palabras clave: sustentabilidad socioambiental, Agenda Ambiental en la Administración Pública – A3P, medio ambiente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os cinco eixos temáticos da A3P.....	30
Figura 2 - Evolução das Adesões à A3P: Nacional.....	33
Figura 3 - Termos de Adesão à A3P: Distribuição por esfera de governo.....	33
Figura 4 - Perfil dos servidores da carreira de PPGG	38
Figura 5 - Perfil dos servidores da carreira de PPGG	39
Figura 6 - Adesão à A3P no DF por ano	46
Figura 7 - Adesão de órgãos e entidades à A3P no DF	46
Figura 8 - Gênero dos servidores entrevistados	53
Figura 9 - Faixa etária dos servidores entrevistados	54
Figura 10 - Renda salarial dos servidores entrevistados	55
Figura 11 - Nível de escolaridade dos servidores entrevistados.....	56
Figura 12 - Tempo de serviços dos servidores entrevistados.....	57
Figura 13 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 1.....	58
Figura 14 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 2.....	59
Figura 15 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 3.....	59
Figura 16 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 4.....	60
Figura 17 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 5.....	60
Figura 18 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 6.....	61
Figura 19 - Adesão à pesquisa de sustentabilidade no DF	63
Figura 20 - Análise da questão 8 - aspecto geral por percentual.....	67
Figura 21 - Análise da questão 8 – órgãos e entidades que aderem à A3P	68
Figura 22 - Análise da questão 9 - aspecto geral por percentual.....	69
Figura 23 - Análise da questão 9 – órgãos e entidades que aderiram à A3P.....	70
Figura 24 - Análise da questão 10 - aspecto geral por percentual.....	71
Figura 25 - Análise da questão 10 – órgãos e entidades que aderiram à A3P.....	72

Figura 26 - Análise da questão 11 - aspecto geral por percentual.....	73
Figura 27 - Análise da questão 11 – órgãos e entidades que aderiram à A3P.....	74
Figura 28 - Análise da questão 12 - aspecto geral por percentual.....	75
Figura 29 - Análise da questão 12 – órgãos e entidades que aderiram à A3P.....	76
Figura 30 - Análise da questão 13 - aspecto geral por percentual.....	77
Figura 31 - Análise da questão 13 - órgãos e entidades que aderiram à A3P	77
Figura 32 - Análise da questão 14 - aspecto geral por percentual.....	79
Figura 33 - Análise da questão 14 - órgãos e entidades que aderem a A3P.....	80
Figura 34 - Análise da questão 15 - aspecto geral por percentual.....	82
Figura 35 - Análise da questão 15 - órgãos e entidades que aderem a A3P.....	82
Figura 36 - Análise da questão 16 - aspecto geral por percentual.....	83
Figura 37 - Análise da questão 16 - órgãos e entidades que aderem a A3P.....	84
Figura 38 - Análise da questão 17 - aspecto geral por percentual.....	85
Figura 39 - Análise da questão 17 - órgãos e entidades que aderem a A3P.....	86
Figura 40 - Análise da questão 18 - aspecto geral por percentual.....	87
Figura 41 - Análise da questão 18 – órgãos e entidades que aderem a A3P	88
Figura 42 - Resposta de Servidores (com adesão à A3P).....	90
Figura 43 - Resposta de Servidores (sem adesão à A3P)	90
Figura 44 - Conhecimentos teóricos referentes à A3P e gestão socioambiental.....	95
Figura 45 - Publicidade das ações referentes à A3P e gestão socioambiental	96
Figura 46 - Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades	98
Figura 47 - Ações Individuais/coletivas intrapessoais referentes à A3P e gestão socioambiental	100
Figura 48 - Normativos referentes à A3P e gestão socioambiental.....	101
Figura 49 - Capacitações referentes à A3P e gestão socioambiental	103
Figura 50 - Atividades de gestão referentes à A3P e gestão socioambiental	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Órgãos que aderem à A3P da Administração Direta e indireta do Distrito Federal – Poder Executivo.....	39
Quadro 2 - Análise das questões da pesquisa.....	48
Quadro 3 - Questionários obtidos da área de políticas pública e gestão governamental	52
Quadro 4 - Quantitativo de questionários respondidos por órgãos/entidades	58
Quadro 5 - Órgãos e entidades participantes da pesquisa sobre sustentabilidade no DF	62
Quadro 6 - Quantitativo dos servidores PPGG lotados nos órgãos e entidades que aderem à A3P	64
Quadro 7 - Resposta de Servidores (sem adesão à A3P)	89
Quadro 8 - Resposta de Servidores (com adesão à A3P).....	89
Quadro 9 - Conhecimentos Teóricos – questão subjetiva.....	94
Quadro 10 - Publicidade das ações de sustentabilidade – questão subjetiva	95
Quadro 11 - Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades – questão subjetiva.....	97
Quadro 12 - Ações individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade – questão subjetiva.....	99
Quadro 13 - Normativos referentes à sustentabilidade – questão subjetiva.....	101
Quadro 14 - Capacitação – questão subjetiva	102
Quadro 15 - Gestão na Administração Pública – questão subjetiva	103
Quadro 16 - Órgãos e entidades adeptos à A3P – percepção dos servidores.....	106
Quadro 17 - Questão subjetiva – Brasília Ambiental.....	107
Quadro 18 - Questão subjetiva – Brasília Ambiental.....	107
Quadro 19 - Questão subjetiva – RA – Lago Sul.....	108
Quadro 20 - Questão subjetiva – SEAGRI.....	108
Quadro 21 - Questão subjetiva – DETRAN.....	109
Quadro 22 - Questão subjetiva – SEDHU.....	109
Quadro 23 - Questão subjetiva – JBB	110
Quadro 24 - Questão subjetiva – PCDF	110
Quadro 25 - Questão subjetiva – SETUR	111
Quadro 26 - Matriz de amarração	131

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico
ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
Art.	Artigo
A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
BSB	Brasília
CACI	Casa Civil do Distrito Federal
CEASA	Centrais de Abastecimento
CBDF	Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
CGDF	Controladoria Geral do Distrito Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-Cov2.
CD/FNDE	Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CISAP	Comissão Interministerial de Compras Públicas
CLT	Convenção Coletiva de Trabalho
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CODEPLAN	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN	Departamento de Trânsito
DF	Distrito Federal
DF LEGAL	Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do DF
DFPF	Defensoria Pública do Distrito Federal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAP	Fundo de Amparo à Pesquisa
FEPECS	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde
FHB	Fundação Hemocentro de Brasília
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

GAG	Gabinete do Governador
GN	Grifo nosso
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IN	Instrução Normativa
INAS	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores
inc.	inciso
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPREV	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
JBB	Jardim Botânico de Brasília
METRO DF	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PGDF	Procuradoria Geral do Distrito Federal
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PPGG	Políticas Pública e Gestão Governamental
PROCON	Instituto de Defesa do Consumidor
RA	Região Administrativa
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas
s.m.	Salários Mínimos
SDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
SEAC	Secretaria de Estado de Atendimento a Comunidade
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicação

SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
SEDUH	Secretaria de Gestão do Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
SEL	Secretaria de Estado do Esporte e Lazer
SEMOB	Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal
SERIS	Secretaria de Relações Institucionais e Governamentais
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SEPLAD	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SINJ	Sistema Integrado de Normas Jurídicas
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação e Informática
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SM	Secretaria de Estado da Mulher
SO	Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
TLCE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
UDF	Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VGDF	Gabinete da Vice - Governadora
ZOO -	Fundação Jardim Zoológico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 PANORAMA GERAL DA SUSTENTABILIDADE NO GLOBO E NO BRASIL	22
2.1.1 Sustentabilidade do âmbito global	22
2.1.2 Sustentabilidade e a <i>Triple Bottom Line</i> – TBL	25
2.1.3 Sustentabilidade na Administração Pública brasileira	27
2.2 AGENDA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P	29
2.2.1 Âmbito federal	29
2.2.2 Estudo de implementação dos princípios da A3P na Companhia Hidroelétrica da região do Nordeste	34
2.2.3 A3P no âmbito do Distrito Federal	35
2.2.3.1 Estrutura administrativa e orgânica do DF	35
2.2.3.2 A carreira de políticas pública e gestão governamental – PPGG	36
2.2.3.3 Análise da adesão dos órgãos/entidades à A3P	39
3. MÉTODO	47
3.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES	47
3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DOCUMENTAL	48
3.3 ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA	49
4. RESULTADOS	52
4.1 QUANTITATIVO DE SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA	52
4.2 ANÁLISE DE PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PPGG PARTICIPANTES DA PESQUISA	52
4.2.1 Gênero	52
4.2.2 Faixa etária	53
4.2.3 Renda salarial	54
4.2.4 Escolaridade	55

4.2.5 Tempo de serviço na Administração Pública.....	56
4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS SERVIDORES PPGG NO PODER EXECUTIVO DO DF POR ÓRGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA.....	57
4.4 ANÁLISE QUANTITATIVA REFERENTE À A3P POR ÓRGÃOS E ENTIDADES.....	62
4.5 ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA REFERENTE À A3P POR ÓRGÃOS E ENTIDADES.....	65
4.5.1 Análise das questões objetivas referente à aspectos opinativos.....	66
4.5.1.1 Questão 8	66
4.5.1.2 Questão 9	69
4.5.2 Análise das questões objetivas baseados na Escala <i>Likert</i>	71
4.5.2.1 Questão 10	71
4.5.2.2 Questão 11	73
4.5.2.3 Questão 12	74
4.5.2.4 Questão 13	76
4.5.2.5 Questão 14	79
4.5.2.6 Questão 15	81
4.5.2.7 Questão 16	83
4.5.2.8 Questão 17	85
4.5.2.9 Questão 18	86
4.5.3 Análise estatística das questões 10 a 18 – nível de percepção	88
4.5.4 Análise qualitativa referente à questão aberta	93
4.6 ANÁLISE ISOLADAS DAS RESPOSTAS ENVIADAS PELOS SERVIDORES PPGG DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE ADERIRAM A A3P	105
5. CONCLUSÕES.....	112
REFERÊNCIAS	115
ANEXO 1 – TERMO DE ADESÃO À A3P	121
ANEXO 2 – PROGRAMA DE TRABALHO – A3P	128
APÊNDICE 1 – MATRIZ DE AMARRAÇÃO	131

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NO GOOGLE FORMS E TERMO DE CONSENTIMENTO.....	139
--	------------

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é tema de relevância internacional e de fundamental importância para garantir a existência de um ambiente saudável e duradouro. A Organização das Nações Unidas, em seus estudos sobre a preservação do meio ambiente, assevera a responsabilidade de todos em promover ações que colaborem para a proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras (Organização das Nações Unidas, 2022).

A responsabilidade de preservação e proteção do meio ambiente também se estende às organizações, públicas ou privadas, que são centros influenciadores e de importância para a sociedade. Estas desempenham um importante papel na busca da sustentabilidade socioambiental, adotando práticas que estimulem a responsabilidade de preservação do meio ambiente a curto, médio e longo prazo (Kurasaka et al, 2021).

As organizações públicas brasileiras passaram a aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), uma importante ferramenta que consiste em promover práticas sustentáveis na Administração Pública, apresentando objetivos claros e diretrizes bases que orientam aos integrantes das organizações – entes e órgãos, “ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas” (Ministério do Meio Ambiente, 2022, pg. 1).

O ente federativo escolhido para o campo da presente pesquisa é o Distrito Federal (DF), região geográfica onde está Brasília, que é a capital do Brasil e sede das principais tomadas de decisão do país.

Brasília foi constituída estrategicamente para ser exemplo de cidade verde e preocupada com o bem-estar coletivo em harmonia com a natureza, tanto nos projetos urbanísticos quanto nos arquitetônicos (Oliveira, 2021).

A problematização basilar do estudo é responder ao questionamento: Qual é a percepção dos servidores da carreira de políticas pública e gestão governamental dos órgãos e entidades do DF sobre a aderência prática das ações de sustentabilidade e gestão socioambiental definidas pela A3P?

A pesquisa em tela objetiva, em linhas gerais, coletar dados quanti e qualitativos referentes ao nível de aderência dos servidores públicos dos órgãos e entidades públicos vinculadas ao Poder Executivo local à A3P, buscando aliar as informações práticas às bases teóricas vigentes.

Os objetivos específicos serão norteados pelos seguintes tópicos:

- Verificar o perfil dos servidores da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental: subdivisão da carreira; grau de escolaridade e tempo de serviço na Administração Pública interfere na percepção de sustentabilidade;
- Identificar o nível de conhecimento dos servidores públicos sobre o tema da sustentabilidade e gestão socioambiental na visão da *Triple Bottom Line* (Elkington, 2017), que é a análise da sustentabilidade sob a perspectiva ambiental, econômica e social;
- Identificar a percepção dos servidores públicos do DF sobre a concretização das políticas públicas de sustentabilidade e gestão socioambiental definidos na A3P, no âmbito de seu órgão de lotação.
- Verificar se há diferença de percepção de sustentabilidade e gestão socioambiental dos servidores públicos lotados em órgãos e entidades que aderem formalmente a A3P com as que não aderem;
- Verificar se a gestão pública do DF passa pela transição para a gestão sustentável ou a gestão plenamente implementada.

O referencial teórico foi construído pela evolução histórica do tema da sustentabilidade, sob a perspectiva de Elkington (2017), no que concerne à teoria da *Triple Bottom Line* (TBL) e gestão socioambiental na Administração Pública e a teoria da “transição em sustentabilidade” de Favoreto e Jaber (Favoreto, 2019).

Os estudos de Arruda e Rodrigues (2018) na Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil, à luz da A3P, onde verificou-se a percepção dos agentes públicos às questões socioambientais, assim como os estudos de Beuron (2016) sobre a percepção do comportamento dos docentes e discentes referente à sustentabilidade, inseridos em um “Universidade Verde”, foram inspiração para a produção deste estudo científico.

O resultado da pesquisa oferta, à comunidade acadêmica e ao poder público e privado, análise atualizada do panorama da gestão socioambiental e sustentabilidade do DF na percepção dos servidores públicos da carreira de políticas públicas e gestão governamental (PPGG), com comparativo contrastivo de órgãos e entidades que aderem ou não à A3P.

Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico e a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida são apresentados os resultados da pesquisa de campo, conclusões e referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PANORAMA GERAL DA SUSTENTABILIDADE NO GLOBO E NO BRASIL

Esta seção contempla três tópicos de revisão de literatura: o conceito de sustentabilidade e sua evolução temporal no mundo e no Brasil, a sustentabilidade na administração pública e a A3P, tanto na esfera federal quanto a sua adesão pelo DF.

2.1.1 Sustentabilidade do âmbito global

A sustentabilidade é tema relevante e complexo estudado por todas as nações mundiais e temas de constantes debates na Organização das Nações Unidas – ONU (Organização das Nações Unidas, 1972). A terminologia “sustentabilidade” surgiu, pela primeira vez, em 1713, por Hans Carl von Carlowitz, que formulou o princípio da sustentabilidade devido à ameaça de escassez de madeira na Alemanha (Machado, 2020).

A ONU, ao descrever sobre o Meio Ambiente, referencia, como marco histórico do movimento ambientalista originado em 1962, a publicação do livro “A Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos e ressaltou a importância de proteger o ecossistema (Organização das Nações Unidas, 2022).

Em 1972, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), o que originou no Manifesto Ambiental (ONU, 1972) que listou importantes orientações sobre o direito do indivíduo à liberdade e ao meio ambiente equilibrado, e aos Estados-nação, a obrigação de reduzir a pobreza e descontroles populacionais, com vistas a atender às necessidades coletivas globais (Organização das Nações Unidas, 2022).

Vieira et al (2022), ressaltam que, em 1980, o termo “desenvolvimento sustentável” apareceu pela primeira vez na publicação *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*, elaborado pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*, com caráter global e integrado ao tema da conservação do meio ambiente.

Em 1983, o secretário-geral da ONU convidou a médica *Gro Harlem Brundtland* para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e, em abril do mesmo ano, foi publicado o relatório de *Brundtland* - “Nosso futuro comum”.

O referido relatório fomentou o conceito de desenvolvimento sustentável (*United Nations*, 1987; Sehnem et al., 2019), onde salientou que o desenvolvimento sustentável é intergeracional e a preocupação com o meio ambiente deveria ser compromisso mundial.

A partir do relatório retromencionado, a ONU convocou os Estados-nação para tratar do assunto da sustentabilidade no âmbito dos organismos públicos. E em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como a “Cúpula da Terra”, adotando a “Agenda 21” sob a seguinte definição extraída de seu sítio de internet:

“um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, a culminação de duas décadas de trabalho que se iniciou em Estocolmo em 1972”.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, foi um dos eventos de máxima importância para a consolidação das políticas sustentáveis. O MMA ressalta, em seu sítio de internet, importantes considerações sobre a amplitude e a relevância do evento para o Brasil e o mundo:

“A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como “Cúpula da Terra” por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”.

Em 27 de setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York, os membros da organização celebraram os novos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, formalizados no documento chamado Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015).

A Agenda 2030 atendeu às novas demandas e novos desafios projetados para o milênio (Ferrari et al., 2022), contando com 17 (dezessete) objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 (cento e sessenta e nove) metas que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (Confederação Nacional de Municípios, 2022) e (Organização das Nações Unidas, 2015).

O mundo foi acometido por um surto de Coronavírus (SARS-CoV-2) em 2020, causador da COVID-19, que teve início em Wuhan, na China e a doença se espalhou rapidamente, com diferentes impactos. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a condição de pandemia, com a disseminação da transmissão pelos continentes descontroladamente (OPAS, 2020).

Machado e Richter realizaram estudo empírico sobre a relação da pandemia e a sustentabilidade, ressaltando forçosa mudança de comportamento da sociedade e adoção de ações sustentáveis, como (Machado e Richer, 2020, p. 14):

- 1) busca por mais sustentabilidade;
- 2) trabalho remoto;
- 3) maior adesão ao ensino à distância;
- 4) aderir ao conceito “menos é mais”;
- 5) reconfiguração dos espaços de comercio e ambientes públicos com respeito à saúde e o bem-estar;
- 6) cobrança para as empresas tenham uma maior responsabilidade social, ambiental ou seja: socioambiental, não focando somente no lucro;
- 7) experiências culturais imersivas, tais como shows e espetáculos *on-line*;
- 8) maior busca por informação através de videoconferências;
- 9) reuniões de trabalho *on-line*; e
- 10) busca por novos conhecimentos.

Em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como presidente do Brasil com instituição de ações políticas sustentáveis. As primeiras ações governamentais foram a adoção de medidas de inclusão das minorias e convocação de ministros de estado com compromisso de equilíbrio de 50% de mulher, acrescentando a participação de representantes negros e indígenas (CONACI, 2023).

Lula também assumiu compromissos com a redução das desigualdades sociais e econômicas; proteção à floresta amazônica e desmatamento; uso de energia limpa e demais ações que atendam aos princípios sustentáveis definidos na ODS (MMA, 2013).

No tocante ao MMA, o governo assumiu compromisso com a recomposição e a ampliação de verbas e pessoal do ministério, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio) e do Sistema Florestal Brasileiro (SFB), além do retorno do SFB e da Agência Nacional de Águas (ANA) à alçada do MMA (Carta Capital, 2023).

No tocante à A3P, o governo executivo local ainda não se posicionou sobre avaliação, monitoramento, fiscalização e controle das ações realizadas pelo DF, estados e municípios que aderem a agenda.

2.1.2 Sustentabilidade e a *Triple Bottom Line* – TBL

Os grandes encontros entre as nações e a publicação de documentos e cartas de orientações sobre sustentabilidade social, econômica e ambiental foram temas de estudos no mundo acadêmico.

Sehnem et al (2019) citam Elkington, famoso estudioso na área de sustentabilidade, que já ressaltava a importância de analisar o conceito com maior amplitude, à luz do relatório de Brundtland (Sehnem et al, 2019, p. 3):

Elkington (1994) considera que a expansão do conceito de desenvolvimento sustentável pelo mundo aborda de maneira explícita a importância e necessidade de preservar o meio ambiente. Porém, a sustentabilidade, em seu conceito inicial, considerava apenas a preservação dos recursos naturais. Com sua evolução, a preocupação ambiental abarca também os aspectos sociais e econômicos. Conforme apresentado pela Comissão de Brundtland, a interligação entre estas três dimensões é muito utilizada quando se discute o desenvolvimento da sociedade.

Sehnem et al. (2019), ao dissertarem sobre a sustentabilidade nas corporações, evocam a teoria desenvolvida por Elkington (1994) chamada *Triple Bottom Line* (TBL), que conceituam os princípios básicos de sustentabilidade no equilíbrio de três grandes pilares: meio ambiente, economia e sociedade. O entendimento da dificuldade de encontrar o equilíbrio perfeito entre os pilares é um dos pontos mais discutidos em sua obra:

Globalmente, a sustentabilidade corporativa refere-se a preocupações sociais, econômicas e ambientais interdependentes em diferentes níveis. Mas as empresas precisam abordar as três dimensões do *Triple Bottom line* de maneira simultânea e equilibrada. (...)
Os gestores precisam de uma visão integrada das questões sociais, econômicas e ambientais para reconhecer as tensões existentes.

Loviscek (2020) realizou pesquisa para verificar se a TBL estava desatualizada, ou até mesmo inútil, conforme cita a fala do próprio Elkington (Elkington, 2018). Observou que a

teoria vem sendo citada, com muita credibilidade, nos últimos anos, inclusive na área de sustentabilidade empresarial.

A aplicação da TBL também foi retratada por Jaber (2020), que ressaltou a questão da dificuldade das organizações aderirem à programas sustentáveis, visto que o gasto de sua inserção é maior que os modelo anti sustentáveis.

Jaber (2020) desenvolveu pesquisa no âmbito da transição sustentável, que ampliou o escopo de análise tradicionalmente delineado na TBL de Elkington, com o objetivo em verificar o processo da efetivação das ações e projetos sustentáveis, com suas principais barreiras e direcionadores.

As principais barreiras apontadas por Jaber (2020) foram as ausências de documentos regulamentadores da ações sustentável; ausência de controle e monitoramento das atividades e falta de aderência dos princípios pelos agentes envolvidos na organização.

Voytenko (2016) abordou o tema da “transição em sustentabilidade” nos estudos sobre os Laboratório de Vida Urbano e as contribuições da sociedade em si, asseverando que, com a execução de projetos inovadores e que façam sentido aos agentes envolvidos, podem transformar a governança urbana e uma unidade altamente sustentável.

Os resultados encontrados por Voytenko (2016) demonstram que as unidades consideradas altamente sustentáveis foram construídas com base em ações concretas integradas de todos os membros da sociedade e monitoramento constante dos resultados obtidos.

Müller e Siebenhüner (2007, pg.13), ao dissertarem sobre o avanço em direção ao desenvolvimento sustentável, ressaltam que a eficácia das ações não será “consolidada apenas com inovações de caráter tecnológico, mas também através de inovações conceituais, sociais e institucionais”, o que faz o processo de aprendizagem continuado um fator essencial da consolidação do processo como um todo.

Favoreto (2019), ao estudar a importância da exploração do pré-sal para o mercado internacional, traçou pesquisa semelhante à Jaber (2020), em formato de estudo de caso, sobre o processo de “transição em sustentabilidade” da estatal como um todo, comparando com a caso semelhante ocorrido com a China e verificou que as dificuldades da efetivação são semelhantes.

O resultado da pesquisa de Favoreto (2019) foi o desenvolvimento de quatro vetores clássicos para o embarreamento da transição em sustentabilidade: a falta de estudo sobre a política de ordenamento territorial (que melhor estipulasse as questões tributárias e de ocupação do espaço para a exploração); gestão compartilhada dos conflitos socioambientais; nova matriz

produtiva (maiores condicionalidades e a melhores incentivos ambientais) e aperfeiçoamento de programas e políticas existentes ou já experimentadas.

O ponto de preocupação apontado em seus estudos é informar que as empresas vêm usando o tema de forma controversa para denotar apenas o econômico/social ou econômico/ambiental, ou seja, a execução dos três pilares não estão em equilíbrio.

Oftedal et al (2020) citam Loviscek (2020) em seu estudo, reforçando que, além do equilíbrio da TBL, para que haja resultado positivo, é necessário associar estudos teóricos sobre gestão de risco, transparência, estratégia e cultura.

Na mesma perspectiva, von Geibler et al (2019) cita que o apoio ao desenvolvimento sustentável é baseado em princípios econômicos, sociais e ambientais devidamente equilibrados e com inovação na busca de resultados eficazes.

2.1.3 Sustentabilidade na Administração Pública brasileira

O evento da Cúpula da Terra no Brasil (Organização das Nações Unidas, 2022) trouxe importante atenção política e governamental ao repensar das políticas públicas internas e externas vigentes, verificando se estas concretamente atendiam às finalidades de unir ações preventivas e coercitivas a fim de compelir ataque aos bens comuns universais, tais como a natureza e o clima, conforme preleciona Goulart e Pietrafesa (2019).

Aparte à formalização de tratados e acordos, ao dissertar, teoricamente, sobre a questão da Gestão Ambiental efetivada pelos Estados-nação, é cediço entender que esta é uma das melhores estratégias para a concretização das políticas públicas de prevenção e combate às ações antisustentáveis. Pfitscher teceu interessantes considerações a respeito da temática, nos seguintes termos (Pfitscher, 2013, p. 6):

A Gestão Ambiental é uma das alternativas mais plausíveis de se alavancar os índices de desenvolvimento sustentável. Ela está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos *stakeholders*.

A gestão socioambiental no contexto da Administração Pública é um conjunto de ações integradas que objetivam a convivência harmoniosa dos indivíduos com o meio ambiente, por intermédio de execução de políticas públicas e normativos que versam sobre a temática (Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2021).

Nascimento (2017), Costa (2013) e Tachiwaza (2010), ao tratarem sobre a temática, asseveram que os atos de gestão socioambiental devem transcender à análise dimensionada

pelas normas, chamando à responsabilidade para todos os agentes envolvidos com o fim de concretizar as políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

É importante ressaltar que a concretização da gestão socioambiental é complexa e vai além da formulação e publicação de normas. A premissa clássica é, na concepção de Beuron (2016), o entendimento de que os estudos sobre as ações sustentáveis devem convergir ao mapeamento de comportamentos positivos e negativos dos agentes envolvidos, referentes à sustentabilidade.

Beuron (2016) acredita que seja necessário desenvolver políticas voltadas aos agentes envolvidos em grandes corporações, como no caso das Universidades, com o intuito de fomentar competências capazes de lidar com situações reais e complexas, de modo autônomo e comprometido com o interesse coletivo.

O objetivo das ações sustentáveis apresentadas por Beuron (2016) visam a efetiva concretização das políticas públicas socioambientais delineadas nas normas e senso comum, através de uma gestão integrada, com fiscalização de normas, comportamentos e avaliação permanente.

Hossain (2019), ao analisar “Laboratórios vivos” em pesquisa sobre sustentabilidade organizacional, listou importantes características sobre a análise de sua instalação em contextos sociais, dentre esses a análise do ambiente real (isolado e combinado) e das partes interessadas (diversas segmentações).

Hossain (2019) avaliou, também, critérios como as atividades, projetos e sensoriamentos executados (melhores práticas sustentáveis) e seus desafios de efetivação (temporalidade, governança, resultados imprevistos, eficiência, recrutamento de grupos de usuários e sustentabilidade e escalabilidade de suas atividades de inovação) e os resultados obtidos (resultados de inovação tangíveis ou intangíveis), assim como o nível de sustentabilidade alcançado.

Almeida (2007) analisou profundamente o perfil dos gestores de grandes organizações no desempenho de suas atividades. Descreveu que empresas de sucesso buscavam pessoas com postura ética, salientando que este perfil trazia, inclusive, “vantagens competitivas decorrentes de uma imagem positiva projetada na comunidade e do aumento da satisfação e da melhoria do desempenho dos trabalhadores”.

O referido autor, alinhado aos estudos de Beuron (2016), analisou os atores de uma corporação como um ser único, com suas crenças, valores morais, princípios e costumes. Em

suma, a mudança de comportamentos é consequência do repensar e sentir de uma série de fatores internos aliados à efetivação de uma política mestre orientadora de condutas.

A formação de servidores públicos empreendedores de cultura sustentável, na perspectiva ora apresentada, é fruto de processo individual aliada à consciência coletiva e solidária. A Administração Pública, nessa perspectiva, deve buscar estabelecer as políticas públicas necessárias a fim de atingirem o grau máximo de conscientização e efetivação dos projetos e medidas sustentáveis.

A participação ativa brasileira na Conferência de Estocolmo, em 1972, (Ministério do Meio Ambiente, 2019; Ministério da Educação, 2005), demonstra o potencial de liderança e, ainda com suas limitações inerentes de país subdesenvolvido, tem condições de promover mudanças significativas em prol da preservação no meio ambiente equilibrado. A importância da participação do Brasil nos eventos internacionais projetou-o a ser país sede de expressivos eventos de incentivos às ações sustentáveis.

Os mais famosos internacionalmente foram a ECO92 ou RIO-92, em 1992; a A3P e em 1999; a Agenda 21 e as Metas da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Confederação Nacional dos Municípios, 2022 e Ministério do Meio Ambiente, 2021), que é composta por 17 objetivos e 169 metas para direcionar o mundo para um caminhar mais sustentável e resiliente (Salviano, 2020).

2.2 AGENDA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

2.2.1 Âmbito federal

A A3P é um fruto concreto de consolidação prática de ações de proteção ao meio ambiente, objetivando a adoção concreta de referenciais de sustentabilidade ambiental na Administração Pública em geral (Vieira, 2022).

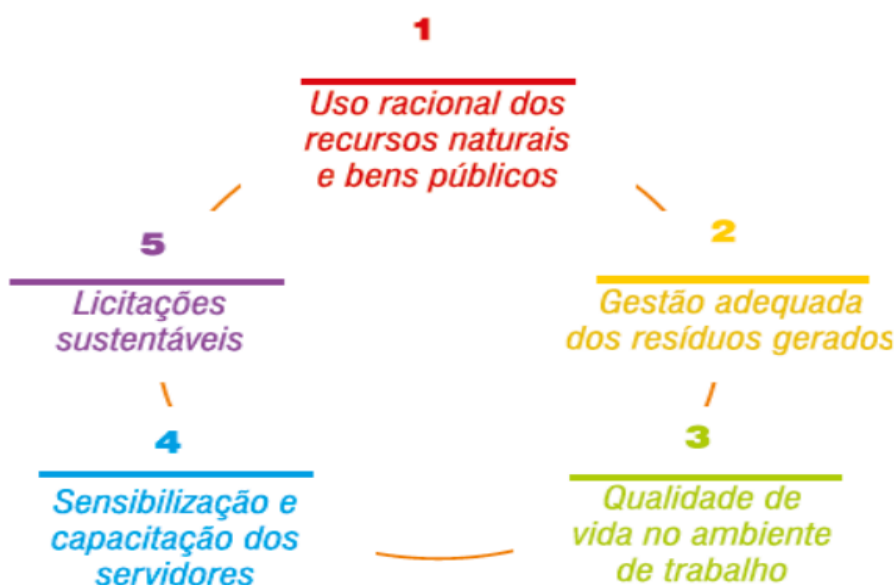
Em 1999, o MMA elaborou um projeto que buscava “a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública”.

Em 2000, a A3P foi formalmente efetivada como um projeto de política pública, e, em 2002, este ganhou o prêmio de “melhor exemplo” de prática sustentável pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura– UNESCO (Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2021).

O impacto da premiação foi expressivo, tendo como consequência direta, dentre várias, a inserção do programa no Plano Plurianual dos órgãos, com previsão de reserva orçamentária exclusiva para projetos no âmbito da sustentabilidade e gestão socioambiental (Organização das Nações Unidas, 2022).

A A3P visa estimular órgãos a cumprir as práticas sustentáveis adotadas pelo Brasil, tomando como base cinco eixos norteadores, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Os cinco eixos temáticos da A3P



Fonte: Cartilha A3P, 5ª Edição, Ministério do Meio Ambiente, 2009

Carvalho e Sousa (2013) explicam, pormenorizadamente, os cinco conceitos, nos seguintes termos:

- **Uso racional dos bens naturais e bens públicos:** Utilizar bens naturais e públicos com racionalidade e de forma econômica evitando desperdício, uma vez que o modelo econômico é baseado em padrões de produção e consumo insustentáveis. Engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente
- **Gestão adequada dos resíduos gerados:** Passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

- Qualidade de vida no ambiente de trabalho: Facilitar e satisfazer as necessidades do servidor ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
- Sensibilização e capacitação dos servidores: Criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades
- Licitações sustentáveis: Promoção de responsabilidade socioambiental da Administração Pública em suas compras. As licitações sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

Observa-se que os eixos são individualmente conceituáveis, não obstante, são integrados e cíclicos, inferindo-se que as ações de um eixo afetam diretamente nos demais e o sucesso das ações sustentáveis devem ser multidisciplinares e transversais.

Como exemplo prático, a instituição do teletrabalho nas organizações, ferramenta sustentável que impacta diretamente os cinco eixos básicos da A3P, considerando que há menos circulação de indivíduos nas organizações, há mais conservação dos bens públicos existentes.

Os bens naturais, como o ar limpo; economia de energia e água também são impactados diretamente com a implantação do teletrabalho. Lunardi *et al* (2011) ressaltam inúmeras vantagens ao discorrer do assunto (Lunardi *et al*, pag. 2, *apud* Elliot e Binner):

“(...) utilizada para combater o impacto ambiental, seja analisando e monitorando os efeitos da emissão de dióxido de carbono e do efeito estufa ou ainda reduzindo o consumo de água, energia e desperdício dentro da organização e nos processos da cadeia de valor.”.

O teletrabalho também influencia positivamente nas ações de qualidade de vida no trabalho, ofertando, aos colaboradores, oportunidade de evitar grandes deslocamentos às instituições laborais, assim como desenvolver suas atividades com flexibilidade de horário e racionalização do tempo de trabalho.

A implantação do teletrabalho também impacta diretamente nas aquisições pública. Com menos colaboradores atuando presencialmente nas organizações, menor é a quantidade de terceirizados atuando na vigilância, limpeza e conservação; menor é o ambiente físico de

trabalho; há menos consumos de objetos poluidores e pouco degradáveis. As licitações passam a ser mais enxutas e, portanto, mais sustentáveis.

Os órgãos ou entidade pública interessados na adesão da A3P devem, portanto, entender os eixos e conceitos teóricos norteadores, mas, sobretudo, que a atividade de gestão deve ser integrada entre todos os setores da organização.

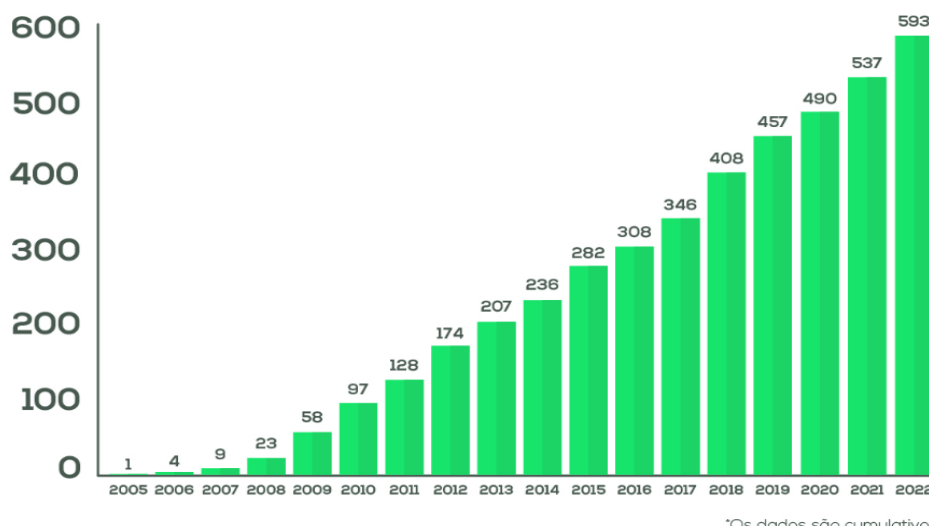
A observância dos eixos alinhados a uma gestão socioambiental trará efeitos impactantes para além da Administração Pública: é uma referência positiva para a sociedade como um todo.

A formalização, pelos órgãos, à A3P, é com a firma, entre o órgão ou entidade interessado e o MMA, de um Termo de Adesão (anexo 1), onde existe, para a celebração da parceria, a elaboração de um Plano de Trabalho, conforme modelo disponibilizado no sítio de internet do MMA (anexo 2).

As exigências básicas para a adesão à A3P é a constituição de uma equipe gestora no órgão, levantamento de dados referentes à gestão e ações socioambientais e apresentação de cronograma de intervenções, com indicação de prazos de execução.

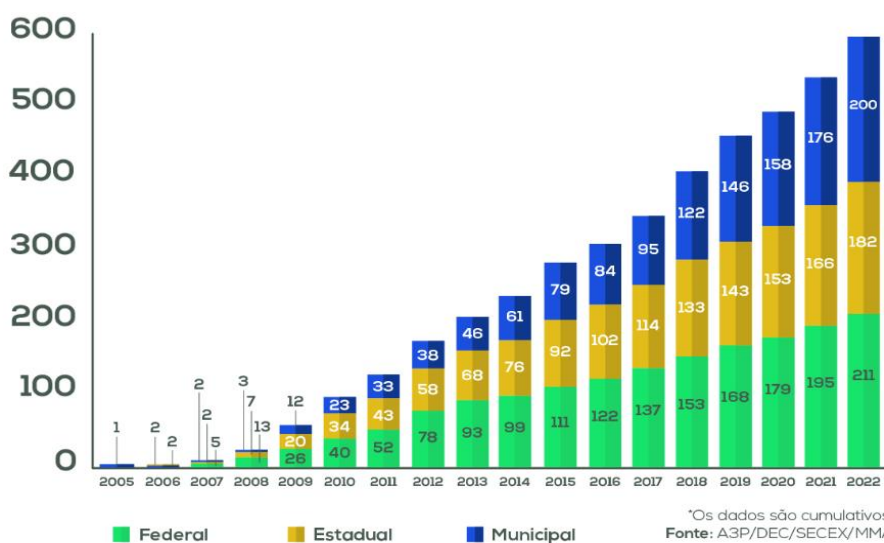
Os órgãos participantes poderão participar do projeto junto ao MMA, dentre eles o “Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade na Administração Pública – Prêmio A3P”, que oferta, às melhores práticas de gestão socioambiental, troféus de premiação e certificação, além do selo “ressoar”.

A adesão ao A3P vem aumentando gradativamente entre órgãos e entidade de todas as esferas federativas brasileiras, conforme ilustra a figura 2.

Figura 2 - Evolução das Adesões à A3P: Nacional**Evolução das Adesões à A3P: Nacional**

Fonte: sítio de internet <http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/> acessada às 14h59 do dia 30 de março de 2023.

O MMA, em seu sítio de internet, mostra números importantes de adesão de todas as esferas de poderes à A3P (legislativo, executivo e judiciário), em sede federal, estadual e municipal, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 - Termos de Adesão à A3P: Distribuição por esfera de governo**Termos de Adesão à A3P: Distribuição por esfera de governo**

Fonte: sítio de internet <http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/> acessada às 14h59 do dia 30 de março de 2023.

Os dados apresentados pelo governo informam números representativos com considerável adesão à A3P pela Administração Pública como um todo, no período de 2005 a 2022.

2.2.2 Estudo de implementação dos princípios da A3P na Companhia Hidroelétrica da região do Nordeste

Arruda e Rodrigues (2018) realizaram pesquisa de aderência aos princípios estabelecidos na A3P em uma Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil, ainda que esta não tenha aderido formalmente à agenda. Os dados foram coletados através de um *checklist* composto de 21 questões referentes aos eixos temáticos da A3P, proposto por Pfitscher (2011) em estudos anteriores.

A amplitude da pesquisa de Arruda e Rodrigues (2018) foi de aplicar a *Triple Bottom Line* - TBL em um contexto organizacional público, que possui suas especificidades, tanto do ponto de vista jurídico de sua constituição, quanto também de sua relevância perante o mercado comercial e a sociedade em geral.

Vários foram os prismas considerados em suas análises: visão administrativo e burocrático clássico; aspectos finalísticos e contribuição social; gestão de pessoas e qualidade de vida dentro do trabalho e gestão dos recursos naturais e resíduos.

Arruda e Rodrigues (2018) elencam sucintamente três eixos bases dos estudos teóricos sobre a A3P na Companhia Elétrica analisada:

- a) análise das diretrizes propostas pela A3P;
- b) averiguação, na percepção dos responsáveis pela implantação da A3P, do status da implantação; e
- c) identificação das ações propostas pela A3P já são desenvolvidas, bem como suas dificuldades.

Os resultados apresentados evidenciam que há ações de sustentabilidade implantados pela Companhia, mas que foram interrompidos no decorrer das rotinas administrativas, não sendo prioridade para os gestores por não ser obrigatória.

Os entrevistados ressaltam ainda que há muitas normas que são obrigatórias própria das ações finalísticas da Companhia, forçando que a implantação oficial da A3P seja postergada.

Arruda e Rodrigues (2018) concluem o estudo ressaltando a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas sobre essa temática, observando a percepção de outros órgãos ou entidades sobre aspectos específicos da A3P, a aderência de suas diretrizes à mudança do clima

organizacional e, principalmente, se há diferença de percepção entre os órgãos que aderem à A3P aos que não aderem.

2.2.3 A3P no âmbito do Distrito Federal

2.2.3.1 Estrutura administrativa e orgânica do DF

O DF é constituído administrativamente por 31 Administrações Regionais e duas regiões administrativas, conforme preleciona o Decreto Distrital nº 39.610/2019 (Distrito Federal, 2023).

A centralização do poder de decisão administrativa é feita pelo governador local, chefe do Poder Executivo, que delega competência à administradores setoriais designados (Distrito Federal, 2023).

No tocante à estrutura orgânica do poder executivo, o direito administrativo, conceitua-se a Administração Pública em Direta e Indireta, sendo a Direta “composta por órgãos e serviços, centrais ou periféricos, da pessoa coletiva Estado, sob a direção do Governo” (Felipe, 2018, p. 7).

A Administração Indireta, segundo Felipe, é formado por unidades administrativas, chamadas entidades, com designação de prestação de serviços públicos autônomos e independentes do poder executivo central (Felipe, 2018, p. 9):

Existem dentro do Estado serviços que desempenham as suas funções com autonomia, serviços que não dependem diretamente das ordens do Governo: estão autonomizados, têm os seus órgãos próprios de direção e gestão.

O governo distrital executivo conta, administrativamente, com 61 órgãos da administração direta; seis órgãos especializados; três órgãos especializados autônomos; seis fundações públicas; cinco autarquias; quatro autarquias em regime especial; sete empresas públicas e cinco sociedades de economia mista (Distrito Federal, 2023).

A Administração Pública é constituída por agentes públicos, que exercem atividades em prol da sociedade. Os agentes públicos são subdivididos em servidores públicos, funcionários públicos e agentes comissionados.

Os servidores públicos são agentes que ingressam as atividades por seleção chamada de concurso públicos de provas ou provas e títulos, para exercerem carreiras regidas por legislação estatutária (di Pietro, 2006).

Os funcionários públicos, assim como servidores, também são ingressos por concurso públicos de provas ou provas e títulos, porém, o regime de regulação do cargo é orientado pela Convenção de Leis Trabalhistas – CLT (di Pietro, 2006).

Os agentes comissionados exercem função pública de livre provimento e o acesso é realizado por nomeação, independente de provas ou outras seleções. Esses cargos são considerados função de confiança, podendo o agente ser nomeado ou exonerado a critério discricionário da autoridade pública. (di Pietro, 2006).

2.2.3.2 A carreira de políticas pública e gestão governamental – PPGG

A presente pesquisa delimitou o público-alvo aos servidores públicos da carreira de Políticas Pública e Gestão Governamental - PPGG, criada pela Lei Distrital nº 5.190/2013 (Distrito Federal, 2013), com significante importância para a concretização das políticas públicas de Estado, tanto na fase de elaboração quanto no monitoramento e avaliação. O parágrafo único do art. 1º descreve os principais objetivos das atribuições da carreira:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. Esta carreira integra o Ciclo de Gestão do Distrito Federal, tendo por responsabilidade a elaboração, a implantação, a implementação e a avaliação das políticas públicas e a gestão pública em nível estratégico-executivo no âmbito de suas competências.

A carreira é subdividida nos cargos de Gestor em PPGG, Analista em PPGG e Analista Técnico-Assistencial em PPGG.

A carreira de Gestor em PPGG tem atribuições definidas no art. 12 da Lei Distrital nº 5.190/2013 (Distrito Federal, 2013) subdividida em dois incisos:

Art. 12. São atribuições gerais do Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental:

I - formular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas à gestão governamental de políticas públicas nos diversos órgãos da Administração Direta, relativamente autônomos, especializados, fundações públicas e autarquias, inclusive de regime especial;

II - executar outras atividades de mesma natureza e nível de complexidade determinadas em legislação específica, observadas as peculiaridades da especialidade do cargo.

A carreira de Analista em PPGG tem atribuições definidas no art. 13 da Lei Distrital nº 5.190/2013 (Distrito Federal, 2013) subdividida em dois incisos:

Art. 13. São atribuições gerais do Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental:

I - desenvolver atividades relacionadas à gestão governamental de políticas públicas nos diversos órgãos da Administração Direta, relativamente autônomos, especializados, fundações públicas e autarquias, inclusive de regime especial;

II - executar outras atividades da mesma natureza e nível de complexidade determinadas em legislação específica, observadas as peculiaridades da especialidade do cargo.

A carreira de Analista Técnico-Assistencial em PPGG foi criada em 11/01/2022, pela Lei Complementar nº 999, e tem atribuições definidas no art. 15 da Lei Distrital nº 5.190/2013 (Distrito Federal, 2013) subdividida em quatro incisos:

Art. 15. São atribuições gerais do Analista Técnico-Assistencial em Políticas Públicas e Gestão Governamental: (Artigo Alterado (a) pelo (a) Lei Complementar 999 de 11/01/2022)

I - executar atividades de apoio correlacionadas à especialidade do cargo; (Acrescido (a) pelo (a) Lei Complementar 999 de 11/01/2022)

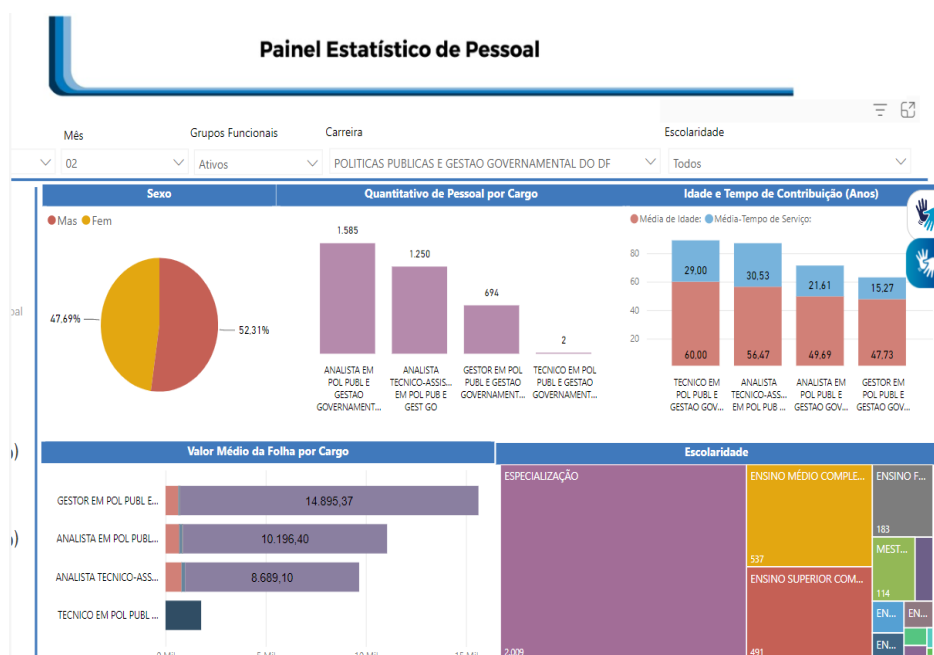
II - assistir em atividades específicas de sua área de atuação; (Acrescido (a) pelo (a) Lei Complementar 999 de 11/01/2022)

III - colaborar na análise e instrução de processos; (Acrescido (a) pelo (a) Lei Complementar 999 de 11/01/2022)

IV - executar outras atividades da mesma natureza e nível de complexidade determinadas em legislação específica, observadas as peculiaridades da especialidade do cargo. (Acrescido(a) pelo(a) Lei Complementar 999 de 11/01/2022)

A carreira de Técnico em PPGG só conta com dois servidores, e atualmente é cargo considerado desnecessário, conforme preleciona o parágrafo único do art. 3º da Lei Distrital nº 5.190/2013 (Distrito Federal, 2013) e é demonstrado no gráfico apresentado na figura 4.

Figura 4 - Perfil dos servidores da carreira de PPGG

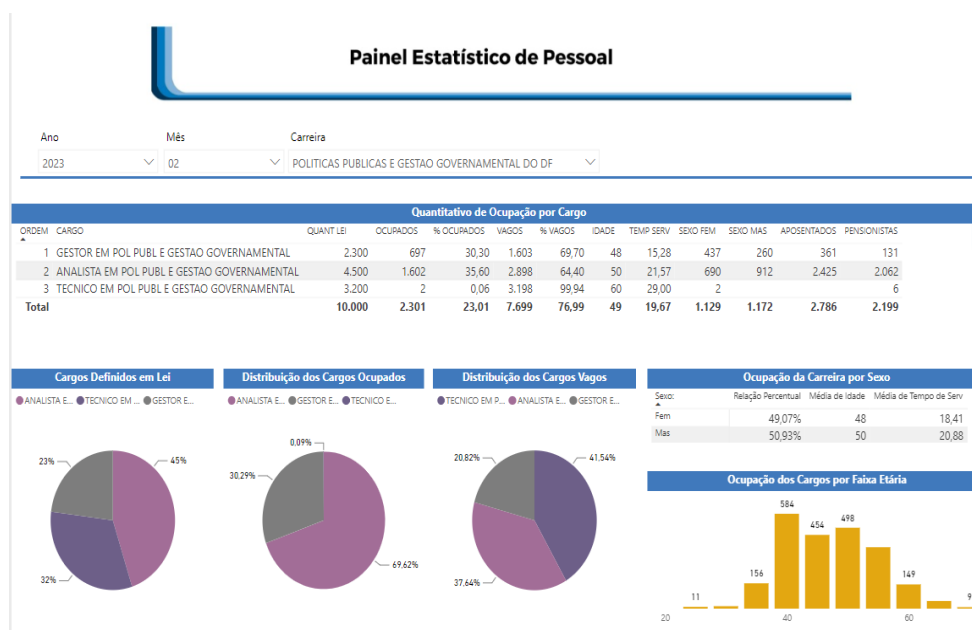


Fonte: sítio de internet https://www.seplad.df.gov.br/painel_estatistico_pessoal/ acessada às 23h12 do dia 27 de março de 2023.

O Painel estatístico acima descrito informa o perfil profissionais dos servidores da carreira de PPGG. A carreira de gestor é carreira de nível superior, com a melhor remuneração, quantitativo de especialistas e menor tempo de exercício no setor público.

A carreira de analista é, também, carreira de nível superior; com a menor remuneração, comparada a dos gestores, expressivo quantitativo de especialistas e maior tempo de exercício no setor público, comparado com os gestores.

A figura 5 informa que o quantitativo de cargos vagos na carreira de analista é de 4.500 vagas e a de gestores 2.300 vagas. Ambas têm o público mais formados por mulheres e a média de aposentados analistas é mais que a de gestores.

Figura 5 - Perfil dos servidores da carreira de PPGG

Fonte: sítio de internet https://www.seplad.df.gov.br/painel_estatistico_pessoal/ acessada às 23hs12 do dia 27 de março de 2023.

2.2.3.3 Análise da adesão dos órgãos/entidades à A3P

Observa-se que, dos 94 órgãos e entidades vinculados ao governo do DF, conforme informa sítio da Transparência do DF, somente 13 unidades são signatárias à A3P junto ao MMA, o que representa 12,76% do total geral (Distrito Federal, 2019)

O Quadro 1 informa, pormenorizadamente, dados referentes aos nomes dos órgãos ou entidades que aderem à A3P, ano da constituição e instrumento normativo de composição das equipes gestoras do programa:

Quadro 1 - Órgãos que aderem à A3P da Administração Direta e indireta do Distrito Federal – Poder Executivo

	Órgão/Entidade	Ano	Classificação	Instrumento Normativo	Sítio de Internet institucional
1	BRASÍLIA AMBIENTAL	2012	Autarquia	Instrução 135 de 07/08/2012 e	https://www.ibram.df.gov.br/

2	Administração Regional do Lago Sul – RA XVI	2015	Órgão	Sem acesso ao instrumento normativo junto ao sítio de pesquisa “SINJ” – informação extraída do sítio de internet https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/05/interna_cidadesdf,493354/lago-sul-completa-55-anos-e-celebracoes-de-aniversario-ocupam-todo-o-m.shtml	https://www.lagosul.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/
3	Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU	2015	Autarquia	Instrução Normativa nº 103 de 23 de novembro de 2015	https://www.slu.df.gov.br/
4	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento	2016	Órgão	Portaria 52 de 30/06/2016 Não consta na lista das	https://www.agricultura.df.gov.br/

	Rural do Distrito Federal – SEAGRI			unidades parceiras do MMA.	
5	Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP	2016	Empresa Pública	Sem acesso ao instrumento normativo junto ao sítio de pesquisa “SINJ” – informação extraída do sítio de internet https://www.terracap.df.gov.br/index.php/noticias/9-noticias/337-terracap-e-finalista-do-premio-a3p	https://www.terracap.df.gov.br/
6	Polícia Militar do Distrito Federal- PMDF	2017	Órgão Especializado	Sem acesso ao instrumento normativo junto ao sítio de pesquisa “SINJ” – informação extraída do sítio de internet	http://www.pmdf.df.gov.br/

				<a href="http://www.pm
df.df.gov.br/in
dex.php/destaq
ues/8925-
ministerio-do-
meio-
ambiente-
confere-o-selo-
a3p">http://www.pm df.df.gov.br/in dex.php/destaq ues/8925- ministerio-do- meio- ambiente- confere-o-selo- a3p	
7	Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF	2017	Autarquia	Sem acesso ao instrumento normativo junto ao sítio de pesquisa “SINJ” – informação extraída do sítio de internet https://detran.df.gov.br/detran-df-adere-a-a3p/	http://www.detran.df.gov.br/
8	Secretaria de Gestão do Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH	2017	Órgão	Portaria 72 de 25/05/2017 Não consta na lista das unidades parceiras do MMA.	https://www.seduh.df.gov.br/

9	Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJBB	2018	Fundação Pública	Instrução 56 de 18/04/2018	https://www.zoo.df.gov.br/
10	Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - CBDF	2018	Órgão Especializado	Portaria de 29 de outubro de 2018 Sem acesso ao instrumento normativo junto ao sítio de pesquisa “SINJ” – informação extraída do sítio de internet https://www.jusbrasil.com.br/diarios/215665813/dodf-integra-31-10-2018-pg-35 .	https://www.cbm.df.gov.br/
11	Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF	2020	Órgão Especializado	Portaria 51 de 19/05/2020 – Sítio de	https://www.pcdf.df.gov.br/

				internet: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/5b467c3c-df9d-3f48-8c2f-3bfd49a13590/DODF%20098%2026-05-2020%20INTEGRA.pdf	
12	SEMA	2012	Órgão	Instrução 190 de 25/09/2013	https://sema.df.gov.br/
13	Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR	2021	Órgão	Portaria 32 de 29/04/2021 Não consta na lista das unidades parceiras do MMA.	https://www.turismo.df.gov.br/

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

No tocante aos órgãos SETUR; SEDUH e SEAGRI, estes não constam na lista das instituições parceiras no sítio de internet do MMA. Não obstante, estes publicaram portarias de designação de comissão de gestão da A3P em seus órgãos (Tribunal de Contas do Distrito Federal, 2023).

Já a RA do Lago Sul, os órgãos especializados PMDF e CBDF, assim como a autarquia DETRAN e TERRACAP não constam haver publicado, junto ao Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, instrumentos normativos de constituição de equipe gestora da A3P (Tribunal de Contas do Distrito Federal, 2023).

O Decreto Distrital nº 38.246, de 1º de junho de 2017, (Distrito Federal, 2017) atribuiu, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA, a responsabilidade por estimular à implantação do programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, conforme o art. 4º, caput, nos seguintes termos:

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA a coordenação geral da mobilização, sensibilização e orientação para a coleta seletiva, o estímulo à implantação da A3P, seu monitoramento e a avaliação das atividades.
(GN)

No tocante à análise do sítio de internet institucional da SEMA, não é possível encontrar, nas abas de acesso do órgão, informações referentes à A3P, tanto o que refere aos projetos já desenvolvidos, quanto aos programas de incentivo à adesão da agenda aos demais órgãos e entidades do Distrito Federal.

A análise dos demais órgãos e entidades que aderem à A3P, ao analisar os sítios de internet informados na Quadro 1, também evidenciou a ausência de divulgação de informações referentes à existência da agenda executada ou à existência de projetos e programas, por parte de todos.

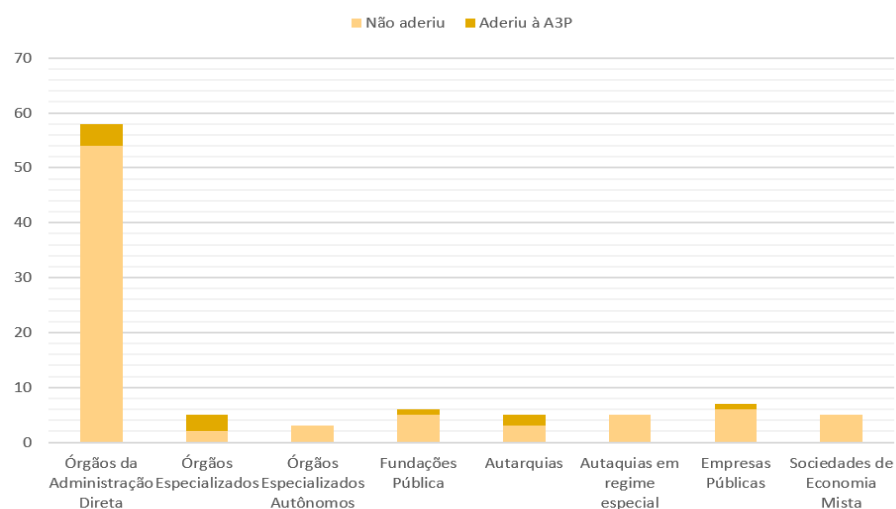
A evolução de adesão, em anos, no DF, conforme se observa na figura 6, não demonstra adesão voluntária expressiva dos órgãos à A3P, contando com tão somente uma inscrição por ano, e nenhuma inscrição nos anos de 2013, 2014, 2019, 2020, 2021 e 2022.

Figura 6 - Adesão à A3P no DF por ano

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados pesquisados.

Em análise de adesão por especialidade das unidades administrativas do poder executivo à A3P, a figura 7 mostra que dos 61 órgãos da Administração Direta do DF, somente quatro aderem à agenda; dos cinco órgãos especializados, três aderem.

Das cinco autarquias constituídas, três aderem; das seis fundações públicas constituídas, somente uma aderiu à agenda; das sete empresas públicas, uma aderiu; e das cinco autarquias existentes, somente duas aderem. Os demais órgãos e entidades do DF não aderem à A3P.

Figura 7 - Adesão de órgãos e entidades à A3P no DF

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados pesquisados

3. MÉTODO

Esta seção contempla detalhamento sobre os métodos de pesquisa adotados a partir dos objetivos propostos a fim de responder à problematização do presente estudo.

3.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A pesquisa foi realizada integralmente no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, em órgãos e entidades da Administração Direta - Secretaria de Estado e Administrações Regionais e Administração Indireta em geral - autarquias, fundações e sociedade de economia mista.

As ações foram feitas através do encaminhamento de 1 mil formulários de *Google Forms*, via *WhatsApp*, para servidores da carreira de PPGG, carreira essa própria do Distrito Federal na qual o pesquisador autor pertence e possui mais acesso.

A população envolvendo gestores e analistas em PPGG do Distrito Federal é composta por 2.299 pessoas.

O pesquisador também encaminhou ofícios para os 101 órgãos e entidades do DF cadastrados no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), formalizados no processo nº 00055-00026930/2023-71, solicitando a divulgação do questionário e envio de informações para subsidiar a presente pesquisa. Desse modo, a pesquisa buscou atingir o quantitativo máximo de servidores PPGG possível.

A escolha da carreira de PPGG também se justifica pelos servidores estarem lotados e exercendo suas funções em todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do DF, o que possibilitou mostrar a visão de sustentabilidade por diversas segmentações da Administração Pública do Distrito Federal.

Os servidores que participaram da pesquisa dispuseram de dispositivo móvel próprio (celular ou *tablet*) ou acesso a computadores, com internet. O acesso ao questionário só era permitido com a ciência e concordância prévia à leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (apêndice 2).

Após concordância aos termos do TCLE, era liberado o questionário *online* (apêndice 2) com 18 perguntas objetivas e uma subjetiva. As questões apresentadas no questionário encontravam-se diretamente correlacionadas com os objetivos teóricos e bases técnicas do

estudo de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade, conforme exposto na Matriz de Amarração (apêndice 1).

O tempo de aplicação do questionário virtual ou por telefone tinha em média duração de dois minutos, contemplando a leitura e concordância do TCLE e preenchimento do formulário.

As informações obtidas pelo *Google Forms* encontram-se concentradas em uma base de dados, que foram apresentados em tabelas de distribuição de frequências simples e relativas para as variáveis categóricas quando pertinentes, realizadas as análises de associação, análises estatísticas adequadas e elaboração de gráficos para ilustração.

As questões foram subdivididas em análise de perfil, análise quantitativa e análise qualitativa de dados, conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Análise das questões da pesquisa

Questões (apêndice 2)		Análise
1	1 a 7	Perfil
2	8 a 18	Quali-quantitativa
3	19	Qualitativa

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador, em 06/04/23 às 16h19.

As questões elaboradas, em conjunto com a pesquisa bibliográfica e documental previamente estudadas, subsidiaram na análise dos resultados alcançados da percepção dos servidores públicos PPGG do DF referente à sustentabilidade e gestão socioambiental.

3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DOCUMENTAL

A pesquisa em tela, a exemplo da realizada por Arruda e Rodrigues (2018), apresentou formato exploratório no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, através de pesquisa bibliográfica e análise documental de normativos, doutrina, informações contidas em sítios de internet oficial atinente ao Distrito Federal, à A3P e aos agentes públicos. Tal pesquisa possibilitou melhor definição e delineamento do escopo estudado e suas amplitudes e complexidades inerentes.

Tal justificativa do aprofundamento do tema, no âmbito da Administração Pública do DF, foi a necessidade de apresentar uma pesquisa com a maior quantidade possível de

informações, com detalhamentos, cuja finalidade foi de aprender ao máximo sobre o tema, conforme preleciona Duarte e Barros (2006).

No caso em tela, as fontes principais analisadas foram as apresentadas no referencial teórico sob a perspectiva dos estudos de Elkington (2018), no que concerne à teoria da *Triple Bottom Line (TBL)* e gestão socioambiental na Administração Pública e a teoria da “transição em sustentabilidade” de Favoreto (2019) e Jaber (2020).

Os estudos de Arruda e Rodrigues (2018), asseveraram em suas conclusões finais, a necessidade de estudar a percepção de sustentabilidade, à luz da A3P e dos agentes públicos de diversos órgãos e entidades, conforme realizado na Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil, considerando suas especificidades.

As informações disponibilizadas pelas ONU, no que se refere à sustentabilidade no globo e pelo MMA referente à sustentabilidade e gestão socioambiental do Brasil, oportunizaram traçar um perfil evolutivo histórico da temática.

As pesquisas de legislação foram fundamentais para conhecer a estruturação da implantação da A3P no Distrito Federal e os responsáveis pelo monitoramento e extensão na agenda para os demais órgãos, assim como os processos de fiscalização e controle dos dados e ações desenvolvidas.

No que tange à carreira de Políticas Pública e Gestão Governamental, o estudo da lei que a instituiu apresentou as subdivisões das atividades desenvolvidas entre os servidores, assim como a suas atribuições e atividades finalísticas.

As informações exaradas nos sítios oficiais de internet dos órgãos e entidades do DF, possibilitaram extrair dados referentes ao quantitativos de unidades atuantes no poder executivo do DF em 2023 de unidades que aderem a A3P e informações referentes às ações sustentáveis executadas e monitoradas.

3.3 ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA

O estudo se caracteriza como qualitativo e quantitativo, de caráter descritivo e exploratório, uma vez que se considera no estudo um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, dos sujeitos da pesquisa, para proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a tornar mais explícito. Assim, esse estudo pretendeu descrever os fatos e fenômenos envolvidos no objeto da pesquisa (Gerhardt, 2009).

Na abordagem quantitativa as probabilidades e associações estatisticamente significativas, são utilizadas para se conhecer uma realidade. Por outro lado, no componente qualitativo considera a existência de “uma relação dinâmica e inseparável entre o mundo real e a subjetividade dos participantes” (Minayo, 2014, p. 18).

Assim, de acordo com Minayo (2014), a utilização de diferentes técnicas e métodos de pesquisa multiplica as tentativas de aproximação em relação ao objeto de estudo.

Foi adotado o estudo com extração de informações via questionário. Barros cita Collis (Barros *apud* Collins, 2023, pg. 9), ressaltando que o seguinte posicionamento:

“ é possível associar o questionário a técnicas positivistas bem como fenomenológicas, sendo este uma lista de perguntas de maneira estruturada, o objetivo é extrair respostas confiáveis pertencentes a uma amostra previamente escolhida, visando assim compreender o que determinado grupo de participantes pensa ou sente com respeito a determinado fenômeno estudado”.

As questões 10 a 18 foram elaboradas na escala *Likert*, que permite analisar se as estratégias vêm sendo aplicadas e qual a percepção dos colaboradores sobre elas (Alves, 2012).

A escala *Likert* é usada em questionários para pesquisa de opinião, analisando seu nível de concordância ou não com a afirmação predefinida. Usualmente são usados cinco níveis:

- 1) discordo totalmente;
- 2) discordo parcialmente;
- 3) indiferente;
- 4) concordo parcialmente;
- 5) concordo totalmente.

Esta escala se torna bipolar à afirmação, pois se pode receber uma resposta tanto positiva quanto negativa, no qual os resultados podem mostrar situações problemáticas dentro das organizações (Silveira et al, 2010).

Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva, a qual caracteriza-se como “um conjunto de técnicas que buscam descrever, bem como analisar e interpretar os dados numéricos de uma amostra ou população” (Barros *apud* Fonseca, 2023, pg. 9).

Nas questões 10 a 18 também foi utilizada a análise quantitativa pela “moda”, que, segundo Zat (2015, pg. 2), descreve o conceito estatístico nos seguintes termos:

A moda, objeto deste artigo, “é o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, isto é, o valor mais comum” (SPIEGEL, 1976, p. 74). A palavra “moda” significa, no cotidiano, ser “muito usado” e segundo Clegg (1995) expressa com

propriedade o significado da moda estatística. Esta é o valor que se repete o maior número de vezes, num conjunto de valores, isto é, o mais frequente.

A questão 19 é subjetiva e oportunizou os servidores a tecerem comentários referentes à emitir opinião sobre o que poderia ser feito para que houvesse mudança de comportamento coletivo e efetividade de sustentabilidade socioambiental.

A análise dos dados apresentados pelos servidores PPGG foi analisada sob a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a fim de destacar os conteúdos ou inferências evocadas.

A análise lexical também foi utilizada na presente pesquisa. Freitas e Moscarola (2012, p. 36) conceituam essa análise nos seguintes termos:

Conceitua em se passar da análise do texto para a análise do léxico (o conjunto de todas as palavras encontradas nos depoimentos ou respostas). A primeira parte da análise das respostas consiste na leitura dos textos. Vai-se lendo o texto correspondente a cada uma das empresas entrevistadas (parte superior da imagem à esquerda na Figura 18) e a seguir pode-se interpretar o conteúdo de forma a codificar as respostas dadas (parte inferior da mesma imagem), à medida que se lê o conteúdo da resposta em análise, pode-se criar as categorias de respostas as quais se deve marcar antes de passar ao próximo respondente.

No caso em tela, as respostas apresentadas pelos servidores PPGG foram analisadas globalmente e, posteriormente, cada por cada léxico apresentado. Esses foram sublocados em grandes grupos:

- Conhecimentos Teóricos (quadro 9);
- Publicidade nas ações de sustentabilidade (quadro 10);
- Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades (quadro 11);
- Ações Individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade (quadro 12);
- Normativos referentes à sustentabilidade (quadro 13).
- Capacitação (quadro 14);
- Gestão na Administração Pública (quadro 15).

Os presentes grupos foram desenvolvidos através das premissas teóricas desenvolvidas pela A3P e conceitos de gestão socioambiental à luz de Almeida (2017), Jaber (2020) e Elkington (2018).

Os dados reorganizados subsidiaram traçar a percepção dos servidores do DF e, em isolado, dos servidores que encontram-se lotados nos órgãos e entidades que aderem à A3P.

4. RESULTADOS

4.1 QUANTITATIVO DE SERVIDORES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA

Foram obtidos 353 questionários válidos dos servidores da carreira de PPGG, sendo 159 questionários preenchidos por gestores e 194 por analistas, conforme ilustra o Quadro 3. Considerando o universo de 2299 pessoas, a amostra obtida foi estatisticamente significativa ao nível de 95% de confiança.

Quadro 3 - Questionários obtidos da área de políticas pública e gestão governamental

GESTOR (A)	159
ANALISTA	194
TOTAL	353

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

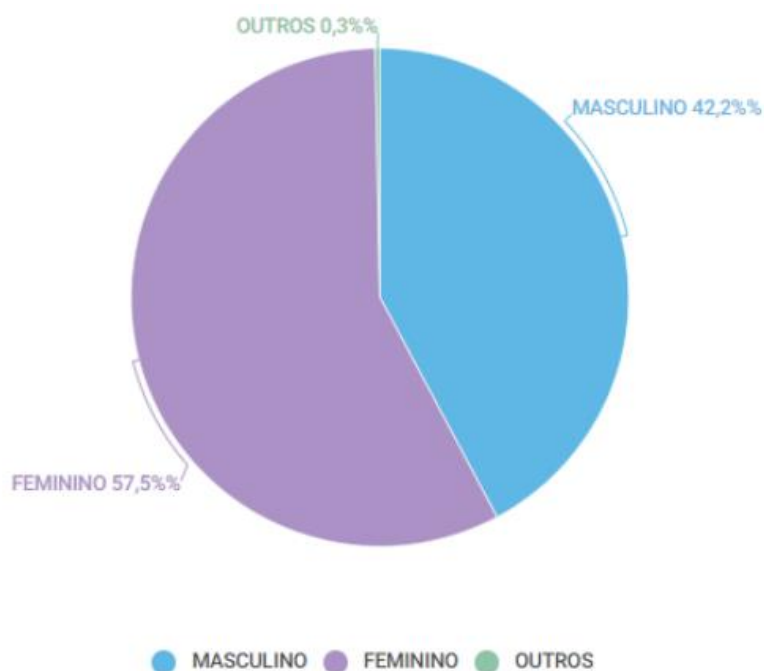
Para fins de análise estatística da presente pesquisa, os resultados serão analisados sob o montante global dos servidores públicos gestores e analistas: 353, o que representa o percentual total de 15,35% dos servidores PPGG do DF.

4.2 ANÁLISE DE PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PPGG PARTICIPANTES DA PESQUISA

4.2.1 Gênero

O perfil dos servidores PPGG que enviaram questionários preenchidos é majoritariamente do gênero feminino (Figura 8), que é de 57,5%, o que coadunou com o comparativo apresentado no Painel Estatístico de Pessoal (figura 5), disponibilizado no Portal da Transparência (Distrito Federal, 2023).

Figura 8 - Gênero dos servidores entrevistados

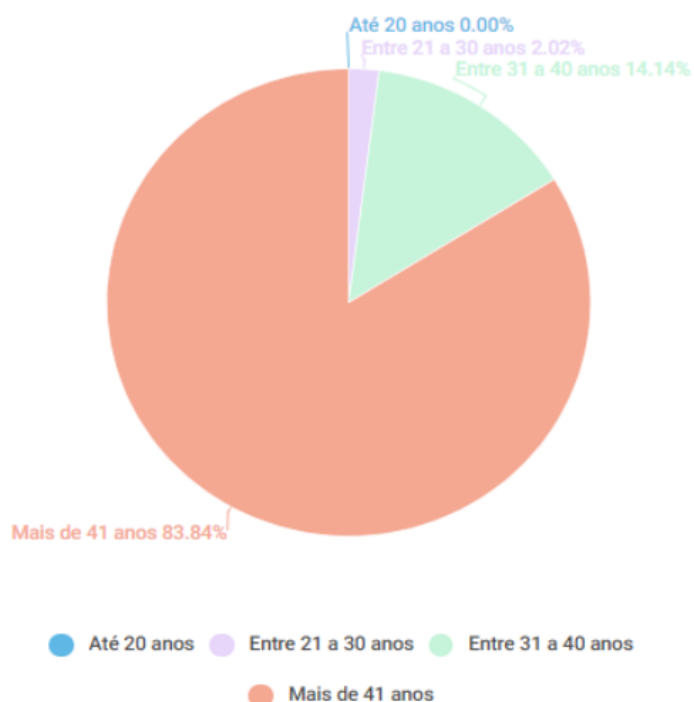


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O sexo masculino alcançou o valor de 42,2%. Houve 0,3% participantes que não declararam gênero masculino ou feminino, apontamento não apresentado no Painel Estatístico de Pessoal (figura 5), (Distrito Federal, 2023).

4.2.2 Faixa etária

A faixa etária (figura 9) predominante dos servidores é de acima dos 41 anos, que representou 83,84% dos entrevistados.

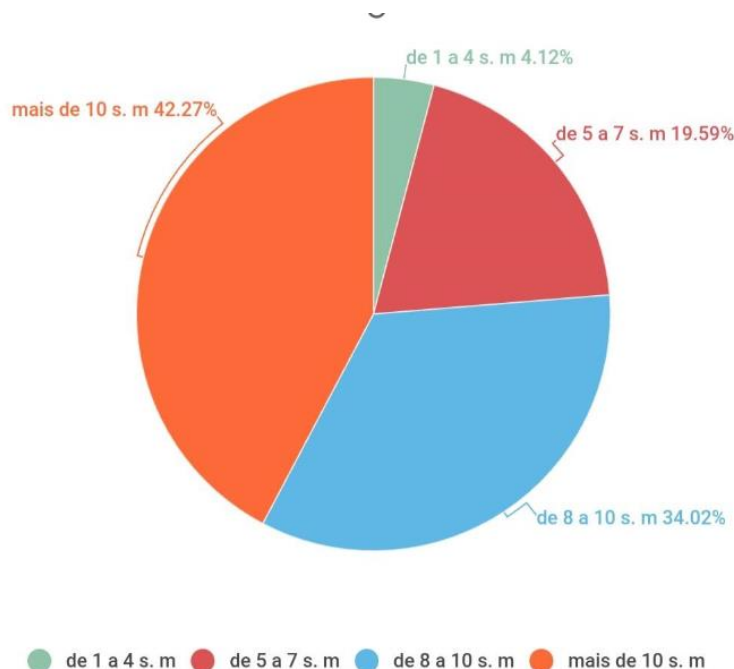
Figura 9 - Faixa etária dos servidores entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Entre 31 a 40 anos alcançou a margem de 14,14% e entre 21 a 30 anos 2,02%. Os dados das informações apresentadas, em comparação com o Painel Estatístico de Pessoal (figura 5), evidenciaram que os servidores do DF têm o percentual médio de tempo de serviço de 48 anos para mulheres e 50 anos para homens, o que acompanha os dados na pesquisa.

4.2.3 Renda salarial

A renda salarial dos servidores PPGG apresentada na figura 10, mostra que circunda a média de 42,27% de entrevistados que recebem mais de dez s.m. (salários mínimos).

Figura 10 - Renda salarial dos servidores entrevistados

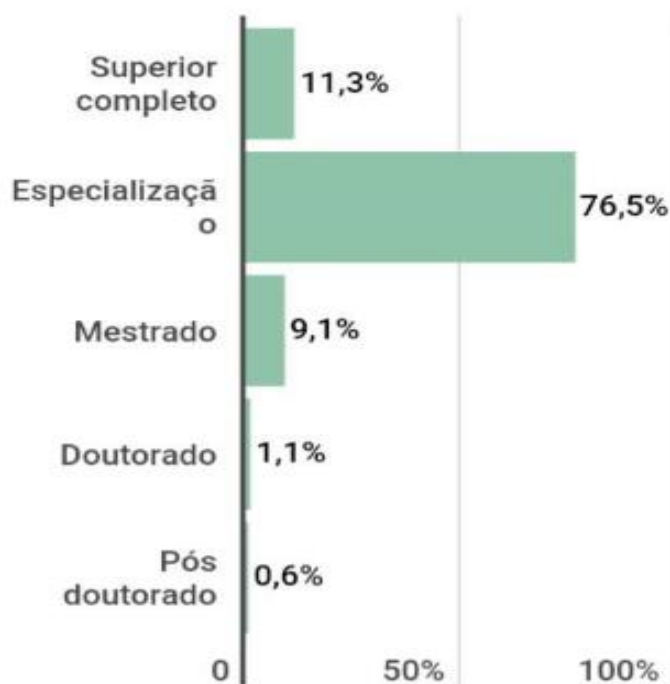
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O segundo maior percentual é de 34,02%, para servidores que recebem entre oito a dez s.m, 19,59% dos servidores recebem de cinco a sete s.m. e 4,12% recebem de um a quatro salários mínimos. A média de renda, em geral, dos servidores entrevistados, recebem o montante superior a R\$ 10.000,00.

Os dados do Painel Estatístico de Pessoal (figura 5) dos servidores públicos no DF, mostra que a média de valor salarial dos gestores é de R\$ 14.895,37 e o dos analistas é de R\$ 10.196,40, o que está em concordância com as informações prestadas nas entrevistas.

4.2.4 Escolaridade

No que concerne à escolaridade dos servidores que responderam à pesquisa, a figura 11 evidencia que 76,5% têm especialização.

Figura 11 - Nível de escolaridade dos servidores entrevistados

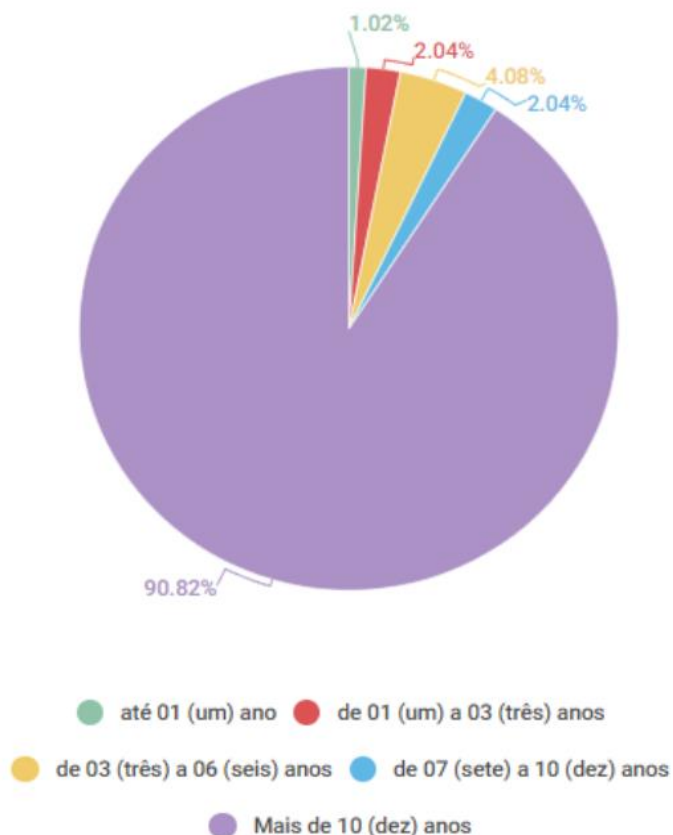
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Os 11,3% dos servidores entrevistados têm grau superior completo, 9,1% têm mestrado, 1,1% têm doutorado e 0,6% têm pós-doutorado.

4.2.5 Tempo de serviço na Administração Pública

A grande maioria dos servidores respondentes têm mais de dez anos no serviço público. A figura 12 apresenta o valor de 90,82% dos entrevistados se encaixa na faixa.

Figura 12 - Tempo de serviços dos servidores entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A figura 12 também mostra o valor de 2,4% referente aos servidores que trabalham de sete a dez anos, o valor de 4,08% referente aos servidores que trabalham de três a seis anos, o valor de 2,04% referente aos servidores que trabalham de um a três anos e o valor de 1,02 % referente aos servidores que trabalham menos de um ano.

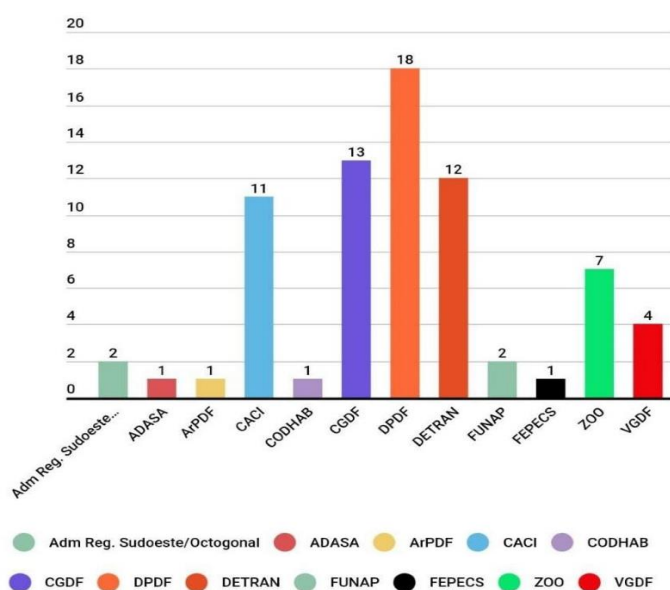
4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS SERVIDORES PPGG NO PODER EXECUTIVO DO DF POR ÓRGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA

O quadro 4, assim como as figuras 13 a 18, apresentam panorama dos órgãos e entidades que participaram da pesquisa e o quantitativo de questionários devolvidos preenchidos.

Quadro 4 - Quantitativo de questionários respondidos por órgãos/entidades

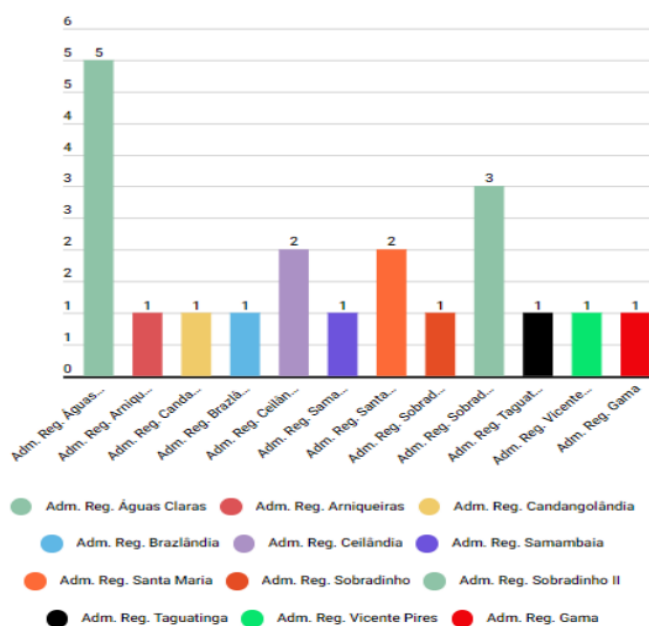
ÓRGÃO	RESPOSTAS	ÓRGÃO	RESPOSTAS	ÓRGÃO	RESPOSTAS
Adm. Reg. Águas Claras	5	Adm. Reg. Guarará	8	SEDES	6
Adm. Reg. Arniquireiras	1	Adm. Reg. Itapoã	1	SEDUH	7
Adm. Reg. Candangolândia	1	Adm. Reg. Jardim Botânico	3	SEE	4
Adm. Reg. Brazlândia	1	Adm. Reg. Lago Norte	2	SEGOV	2
Adm. Reg. Ceilândia	2	Adm. Reg. Lago Sul	3	SEJUS	36
Adm. Reg. Samambaia	1	Adm. Reg. Núcleo Bandeirante	2	SEPLAD	73
Adm. Reg. Santa Maria	2	Adm. Reg. Paranoá	2	DF LEGAL	3
Adm. Reg. Sobradinho	1	Adm. Reg. Park Way	2	SES	10
Adm. Reg. Sobradinho II	3	Adm. Reg. Plano Piloto	3	SSP	2
Adm. Reg. Taguatinga	1	Adm. Reg. Riacho Fundo II	2	SEMOB	4
Adm. Reg. Vicente Pires	1	Adm. Reg. Setor Compl. de Indústria e Abastecimento	1	SETUR	1
Adm. Reg. Gama	1	Adm. Reg. Setor de Indústria e Abastecimento	3	SELDF	5
ÓRGÃO	RESPOSTAS	ÓRGÃO	RESPOSTAS	ÓRGÃO	RESPOSTAS
Adm. Reg. Sudoeste/Octogonal	2	IPREV	5	SEMA	3
ADASA	1	BSB AMBIENTAL	3	SLU	4
ArPDF	1	JBB	1	SERIS	1
CACI	11	PCDF	1	EMATER	1
CODHAB	1	PGDF	4	FAPFD	1
CGDF	13	SMDF	1	Adm. Reg. Pôr do Sol/Sol Nascente	2
DPDF	18	SEAP	5	SEEC	1
DETRAN	12	SEAGRI	2	SEDET	1
FUNAP	2	SEAC	1	FAPDF	5
FEPECS	1	SECOM	1	Conselho Tutelar Sobradinho II	1
ZOO	7	SECULT	15	Câmara Legislativa DF	1
VGDF	4	SDE	12	TCDF	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 13 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 1

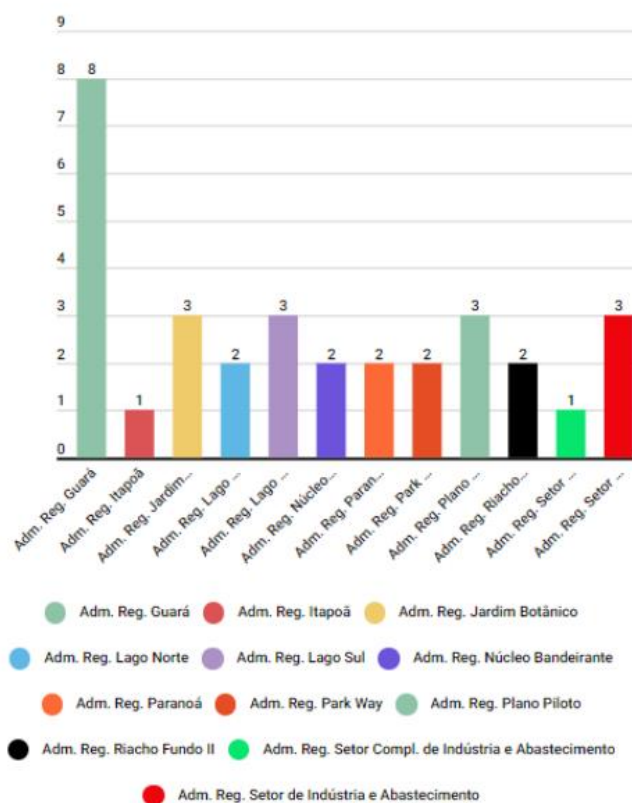
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 14 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 2



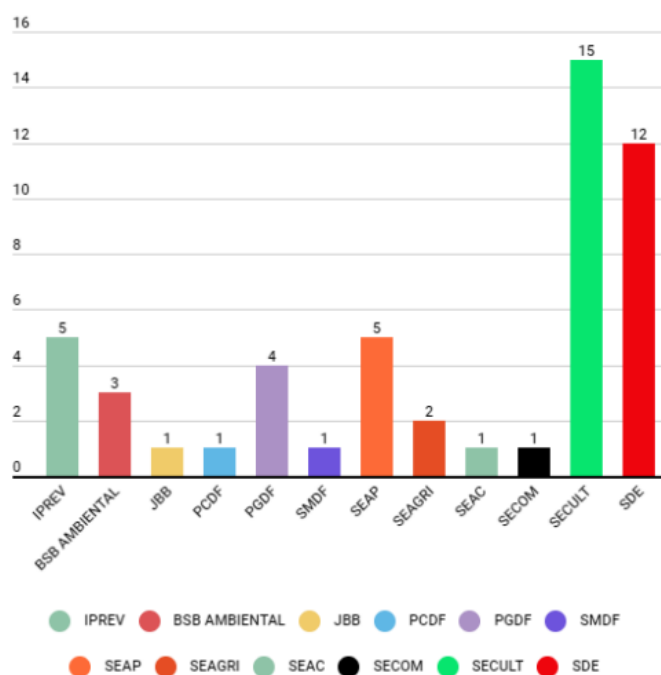
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 15 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 3



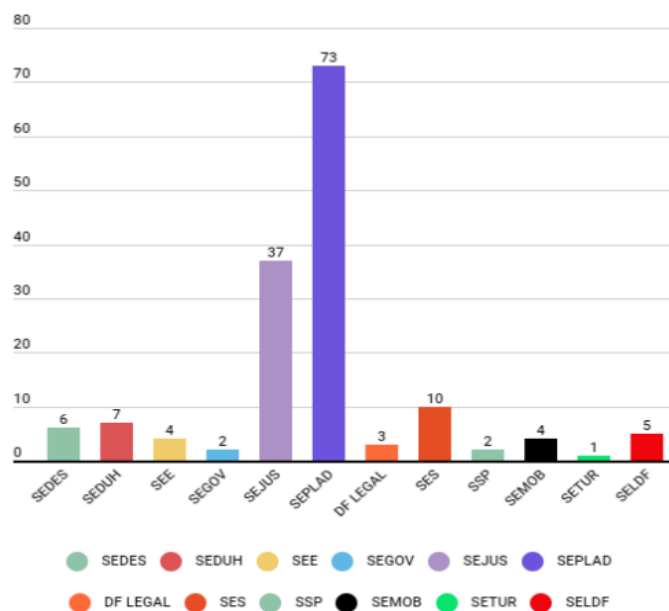
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 16 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 4



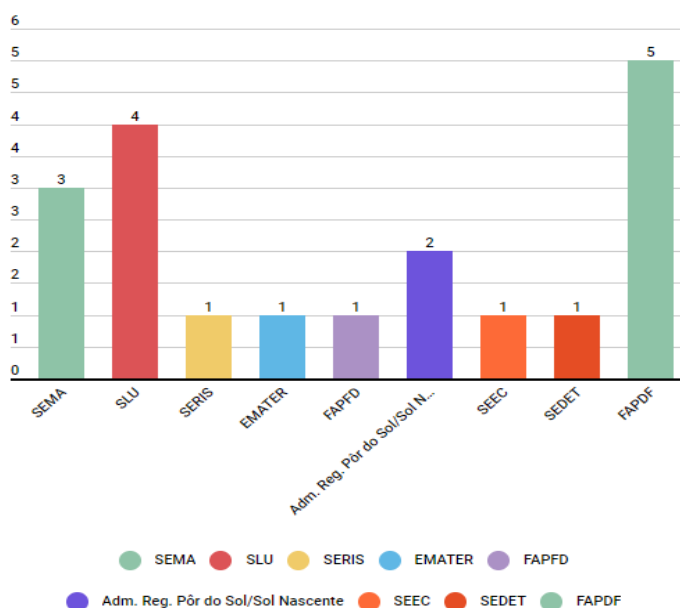
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Figura 17 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 5



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 18 - Percentual de órgãos e entidades participantes da pesquisa em sustentabilidade no DF – Parte 6



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O Portal de Transparência do DF (Distrito Federal, 2023) informou haver 94 órgãos e entidades no DF. Foi observado, na aplicação do questionário, a existência de sete novos órgãos e entidades:

1. Administração Regional de Arniqueira;
2. Administração Regional da Fercal;
3. Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol;
4. Administração Regional do Varjão;
5. Secretaria da Casa Civil e de Relações Institucionais e Governamentais – SERIS;
6. Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UDF;
7. Secretaria Extraordinária de Projetos Especial.

Nesta perspectiva, para fins de dados da presente pesquisa, foi considerado o montante de 101 órgãos e entidades existentes no DF, em até 08 de abril de 2023.

O questionário (quadro 4) enviado oriundo do Conselho Tutelar de Sobradinho II foi aglutinado à SEJUS e os referentes à Câmara Legislativa e TCDF foram desconsiderados, por pertencerem ao Poder Legislativo do DF.

O percentual de órgãos/entidades listados nas figuras 13 a 18 e no quadro 4 que participaram da pesquisa representa 68,31% de todo efetivo do Poder Executivo local.

4.4 ANÁLISE QUANTITATIVA REFERENTE À A3P POR ÓRGÃOS E ENTIDADES

O quadro 5 apresenta dados referentes aos quantitativos servidores lotados nos órgãos e entidades existentes em até 08 de abril de 2023, e o quantitativo de questionários preenchidos e encaminhados.

Quadro 5 - Órgãos e entidades participantes da pesquisa sobre sustentabilidade no DF

	LISTA DE ÓRGÃOS/ENTIDADES DO DF	Quantidade Atual	Quantidade participante da pesquisa por órgão/entidade
1	Órgãos de comando direto (GAG/VGDF/CACI)	03	02
2	Secretarias	30	23
3	Órgãos Autônomos (DPDF/ArPDF/JBB)	03	03
4	Órgãos Especializados (PGDF/CGDF/PMDF/PCDF/CBD F/CMDF)	06	03
5	Regiões Administrativas Incluindo Administração Regional do Pôr do Sol / Sol Nascente e Arniqueira / Fercal / Varjão (A mais que as indicadas no Decreto nº 39.610/2019)	34	26
6	Autarquias (DER/DETRAN/DFTRANS/SLU/ BRASÍLIA AMBIENTAL)	05	04
6	Autarquias em regime especial (PROCON/ADASA/INAS/IPREV)	04	03

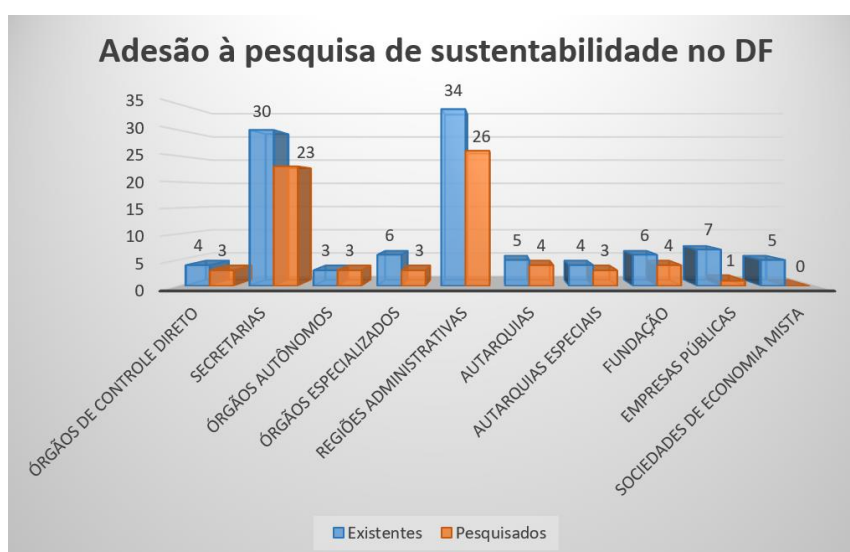
7	Fundações (FUNAP/FAP/FHB/FEPECS/FUNAB/ZOO)	06	04
8	Empresas Públicas (METRO/TERRACAP/CODEPLAN/NOVACAP/CODHAB/EMATER/TCB)	07	01
7	Sociedades de Economia Mista (BRB/CEB/CAESB/CEASA/DF GESTÃO DE ATIVOS)	05	00
TOTAL		101	69

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O percentual de adesões à pesquisa por servidores lotados nos órgãos e entidades do Poder Executivo, foi de 68,31% no total, conforme já informado no capítulo 4.3 do presente estudo.

O percentual comparativo dos órgãos e entidades apresentados na figura 19, mostram a participação de 100% dos órgãos autônomos e nenhuma participação dos servidores lotados nas Sociedades de Economia Mista.

Figura 19 - Adesão à pesquisa de sustentabilidade no DF



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A participação dos órgãos de controle direto, das autarquias e autarquias em regime especial foram de 80% cada, 76,66% das secretarias de Estado, 76,47% das Regiões Administrativas, 66,66% das fundações públicas, 50% dos órgãos especializados e 14,28% empresas públicas.

O quadro 6 apresenta dados referentes aos quantitativos de questionários enviados por gestores e analistas lotados nos órgãos e entidades que aderem à A3P no DF.

Quadro 6 - Quantitativo dos servidores PPGG lotados nos órgãos e entidades que aderem à A3P

	Lista de órgão/entidades que aderem a A3P	Quantitativo de Gestores lotados nos órgãos	Quantitativo de questionários respondidos – Gestores	Quantitativo de Analistas lotados nos órgãos	Quantitativo de questionários respondidos - Analistas
1	BRASÍLIA AMBIENTAL	08	00	16	03
2	SEMA	10	00	19	03
3	RA Lago Sul	01	01	02	02
4	SLU	00	00	02	02
5	SEAGRI	02	02	00	00
6	Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	00	00	00	00
7	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF	00	00	03	00
8	DETRAN/DF	05	03	21	09
9	SEDUH	28	06	27	01
10	FJBB	02	00	07	01
11	CBDF	00	00	00	00
12	PCDF	01	00	61	01
13	SETUR	02	00	07	01

TOTAL	59	14	157	23
--------------	----	----	-----	----

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Somente a TERRACAP, a PMDF e o CBDF não enviaram questionários preenchidos. O demais órgãos e entidades que aderem à A3P contaram com a participação de, no mínimo, um gestor ou um analista PPGG.

O percentual de gestores que participaram da pesquisa e pertencem à órgãos e entidades que aderem à A3P é de 23,72%. Já o de analistas é de 14,64%.

4.5 ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA REFERENTE À A3P POR ÓRGÃOS E ENTIDADES

As questões 8 a 19 foram constituídas para extrair as informações capazes de responder à problematização apresentada na pesquisa, assim como apresentar informações que alcancem às metas estabelecidas nos objetivos específicos delineados.

As questões 8 e 9 referem-se a opinativos pré-apresentados, na qual o entrevistado pudesse escolher uma ou mais opções a respeito da temática abordada.

As questões 10 a 18, alinhadas aos referenciais teóricos capitaneados por Silveira et al (2010) e Alves (2012), referem-se às questões a serem analisada estatisticamente pela escala *Likert*, onde o entrevistado manifesta opinião optando pelas alternativas:

- 1) Concordo plenamente;
- 2) Concordo parcialmente;
- 3) Nem concordo, nem discordo;
- 4) Discordo parcialmente;
- 5) Discordo plenamente.

Para a análise da escala *Likert*, foi utilizado, conforme já descrito no capítulo 3, a moda, que é uma ferramenta estatística capaz de verificar a percepção de sustentabilidade entre as respostas concordantes e discordantes (Zat, 2015).

A questão 19 foi elaborada para ser analisada qualitativamente. Os entrevistados, nessa questão subjetiva, encontraram espaço para expor opiniões, críticas e sugestões referente à implementação de gestão socioambiental nos órgãos e entidades do DF (Arruda e Rodrigues, 2018).

A análise foi realizada por cada questão, isoladamente, e em conjunto. Nas questões 8 a 18 foram apresentadas três figuras, onde é informado o resultado das respostas, por item, em percentual geral, com quantitativo de respostas apresentadas por gestores e analistas e as informadas pelos servidores lotados nos órgãos e entidades que aderem à A3P.

A análise em conjunto foi realizada entre os itens apresentados na própria questão e com as demais questões, obtendo análise de perfil, hipóteses e inferências referente às informações apresentadas pelos entrevistados.

As respostas da questão 19 foram analisadas individualmente e agrupadas nos seguintes subtemas:

- 1) Conhecimentos teóricos;
- 2) Publicidades das ações;
- 3) Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades;
- 4) Ações Individuais/coletivas intrapessoais;
- 5) Normativo;
- 6) Capacitação;
- 7) Gestão.

A análise apresentada foi a lexical, considerando o quantitativo de vezes que o vocabulário foi utilizado nas respostas e categorizados pelos grupos acima descritos, conforme premissas delineadas por Freitas e Moscarola (2012).

As respostas subjetivas dos servidores de órgãos e entidades que aderem à A3P foram tabuladas e comparadas com as demais respostas, o que possibilitou verificar a diferença de percepção com os demais que não aderem à agenda.

4.5.1 Análise das questões objetivas referente à aspectos opinativos

4.5.1.1 Questão 8

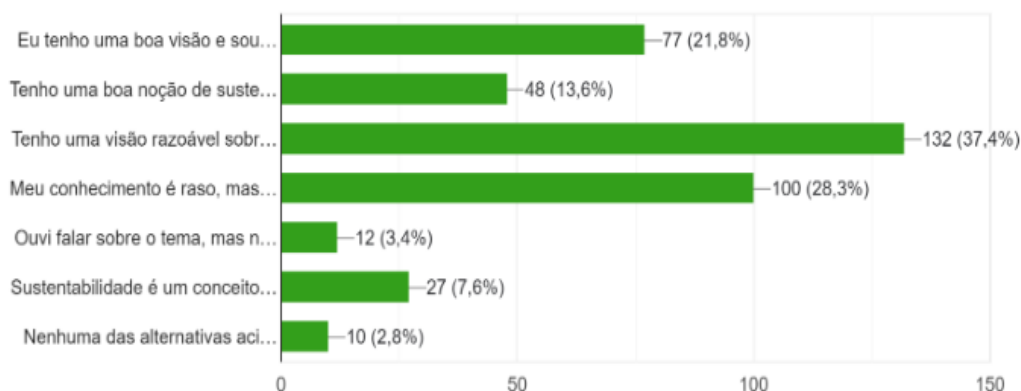
A questão 8 buscou extrair a opinião dos servidores PPGG quanto aos conhecimentos teóricos referentes às questões ambientais e a sustentabilidade. A questão foi elaborada no seguinte termo:

8. A sua opinião pessoal sobre a sustentabilidade é:

- () Eu tenho uma boa visão e sou engajado nas questões ambientais
- () Tenho uma boa noção de sustentabilidade, mas não tenho interesse em aprofundar-me no assunto por falta de tempo
- () Tenho uma visão razoável sobre sustentabilidade, e sempre que posso me aprofundo mais sobre o tema
- () Meu conhecimento é raso, mas tenho interesse no assunto da sustentabilidade
- () Sustentabilidade é um conceito bonito de falar e ouvir, mas reconheço de não me envolver na causa
- () Ouvi falar sobre o tema, mas não me interessa muito em aprofundar na questão
- () Nenhuma das alternativas acima descritas

A figura 20 demonstra que o maior quantitativo de respostas foi no item “Tenho uma visão razoável sobre sustentabilidade, e sempre que posso me aprofundo mais sobre o tema”, com 37,4%.

Figura 20 - Análise da questão 8 - aspecto geral por percentual



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O item “Meu conhecimento é raso, mas tenho interesse no assunto da sustentabilidade” obteve o percentual de 28,3%.

A análise preliminar demonstra que 65,7% das respostas dos entrevistados manifestam conhecimento regular ou raso sobre sustentabilidade (somatória dos dois itens mais votados).

Os servidores PPGG que manifestaram conhecimento bom, foi o somatório dos terceiros e quartos maiores resultados, no montante de 35,4% no total.

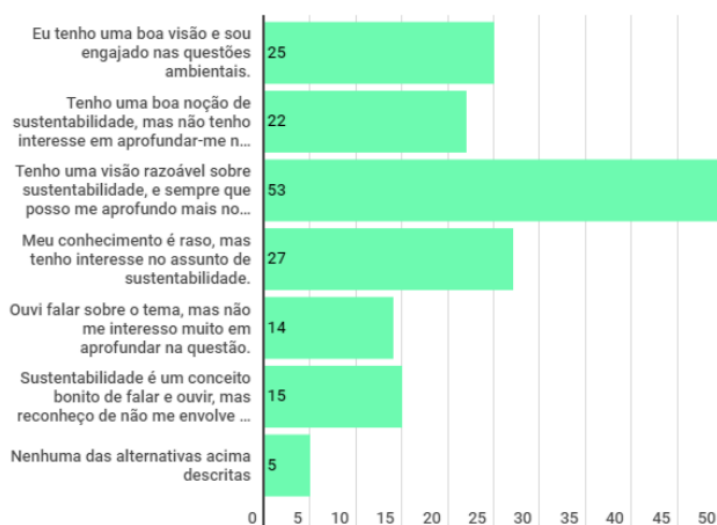
A somatória supra contou com os itens “conhecimento bom e engajados” referente à 21,8%, e os que tem “bom conhecimento, mas não têm tempo para dedicar-se efetivamente à causa ambiental” que contou com 13,6%.

Os menores resultados obtidos na pesquisa foram de 7,6%, referente ao item “Sustentabilidade é um conceito bonito de falar e ouvir, mas reconheço de não me envolver na causa” e o item “Ouvi falar sobre o tema, mas não me interesse muito em aprofundar na questão” que obteve o percentual de 3,4%.

O último lugar foi para o item “nenhuma das alternativas anteriores”, que obteve o percentual de 2,8%. Em suma, mais de 97,2% dos entrevistados se posicionaram sobre a temática proposta na questão.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adepts à A3P, conforme figura 21, mostra que o campo de resposta é de “visão isolada sobre sustentabilidade”.

Figura 21 - Análise da questão 8 – órgãos e entidades que aderem à A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A resposta, portanto, coaduna com as médias apresentadas pelos demais servidores PPGG lotados em órgãos ou entidades que não aderem à A3P.

4.5.1.2 Questão 9

A questão 9 é referente ao conceito de sustentabilidade preconizado por Elkington (2018) e consolidada nos cinco eixos temáticos de implantação da A3P (questões do meio ambiente e natureza, recursos naturais, clima e gestão de resíduos, questões econômicas, financeiras e de competitividade, qualidade de vida dos servidores públicos, uso racional dos bens públicos e licitações públicas).

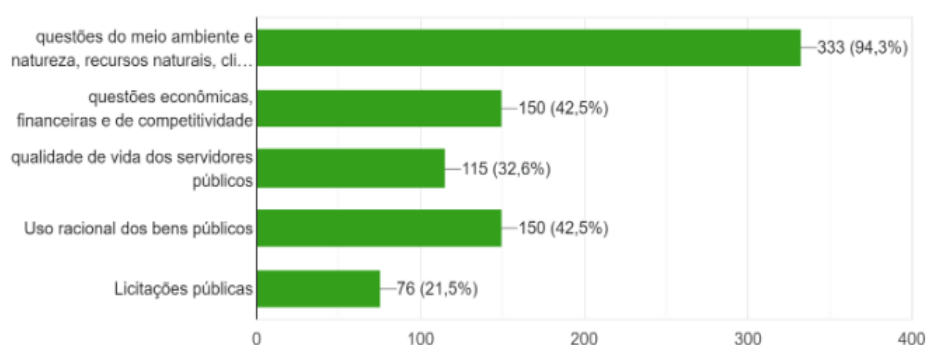
O entrevistado, nessa questão, tinha a opção de escolher mais de uma alternativa:

9. O tema sustentabilidade, na minha visão, abarca: (pode marcar mais de um item)

- () Questões do meio ambiente e natureza, recursos naturais, clima e gestão de resíduos
- () Questões econômicas, financeiras e de competitividade
- () Qualidade de vida dos servidores públicos
- () Uso racional dos bens públicos
- () Licitações públicas

A figura 22 evidenciou o percentual de 94,3% de opção para o item “questões do meio ambiente e natureza, recursos naturais, clima e gestão de resíduos”.

Figura 22 - Análise da questão 9 - aspecto geral por percentual



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

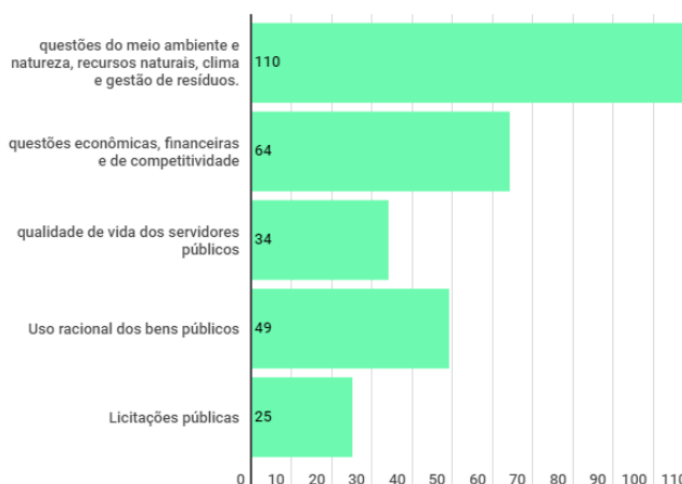
O segundo item, “questões econômicas, financeiras e de competitividade”, obteve o percentual de 42,5%, empatado com o item “uso racional dos bens públicos”.

Já o item “qualidade de vida dos servidores públicos” só obteve 32,6% das opções eleitas, e o item “licitações públicas” obteve o percentual de 21,5%.

Observa-se que a percepção dos servidores entrevistados é que sustentabilidade é voltada mais para as questões ambientais que as demais consolidadas nos eixos principiológicos da A3P.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adeptas à A3P, conforme figura 23, mostra que o campo de resposta é voltado às questões envolvendo o meio ambiente.

Figura 23 - Análise da questão 9 – órgãos e entidades que aderiram à A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As demais respostas foram semelhantes às apresentadas pelos demais servidores PPGG lotados em órgãos ou entidades que não aderiram à A3P. A única diferença é que no caso das questões em isolado, o segundo lugar ficou com as “questões econômicas” e o terceiro para o “uso racional dos bens públicos”, não evidenciando, portanto, o empate apresentado na figura 22.

4.5.2 Análise das questões objetivas baseadas na Escala *Likert*

4.5.2.1 Questão 10

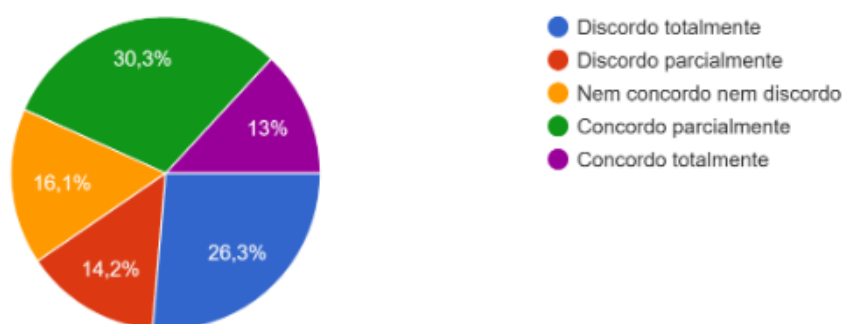
A questão 10 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto ao conhecimento de ações e projetos de sustentabilidade em seus órgãos/entidades de atuação, nos seguintes termos:

10. Conheço ações de gestão/projetos referentes à sustentabilidade em meu órgão de atuação.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 24 apresentou um resultado bem equilibrado quanto às respostas apresentadas pelos servidores PPGG. A maioria foi de 30,3% dos entrevistados ressaltaram concordar parcialmente quanto ao conhecimento das ações e projetos de sustentabilidade.

Figura 24 - Análise da questão 10 - aspecto geral por percentual



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

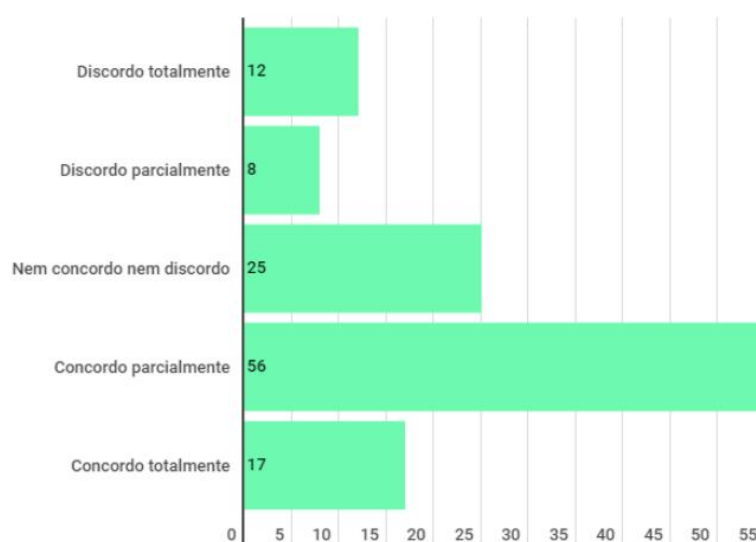
Observa-se, curiosamente, que a segunda opinião mais votada foi de “discordar totalmente” com a afirmativa apresentada na questão 10. O percentual de 16,1% “nem concordou, nem discordou”, 14,2% “discordou parcialmente” e 13% plenamente.

Não obstante, é importante também destacar, que a pouca diferença do percentual das respostas apresentadas demonstra diferentes olhares dos servidores PPGG às ações e projetos de sustentabilidade.

O ponto uníssono da análise foi de que a maioria não concorda com a implantação efetiva e eficaz dos projetos e ações de sustentabilidade nos órgãos e entidades de lotação.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adepts à A3P, conforme figura 25, mostra que o campo de resposta majoritário foi o “concordo parcialmente”.

Figura 25 - Análise da questão 10 – órgãos e entidades que aderiram à A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As demais respostas apresentadas não foram polarizadas, como as apresentadas na figura 25. A diferença entre a resposta majoritária, com o segundo lugar (“nem concordo, nem discordo”) foi superior a 50%.

O resultado diferente apresentado no rol comparativo revela que os servidores que estão lotados em órgãos e entidades adepts à A3P têm percepção mais às ações de gestão/projetos referentes à sustentabilidade implantados.

4.5.2.2 Questão 11

A questão 11 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto à existência da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) nos seguintes termos:

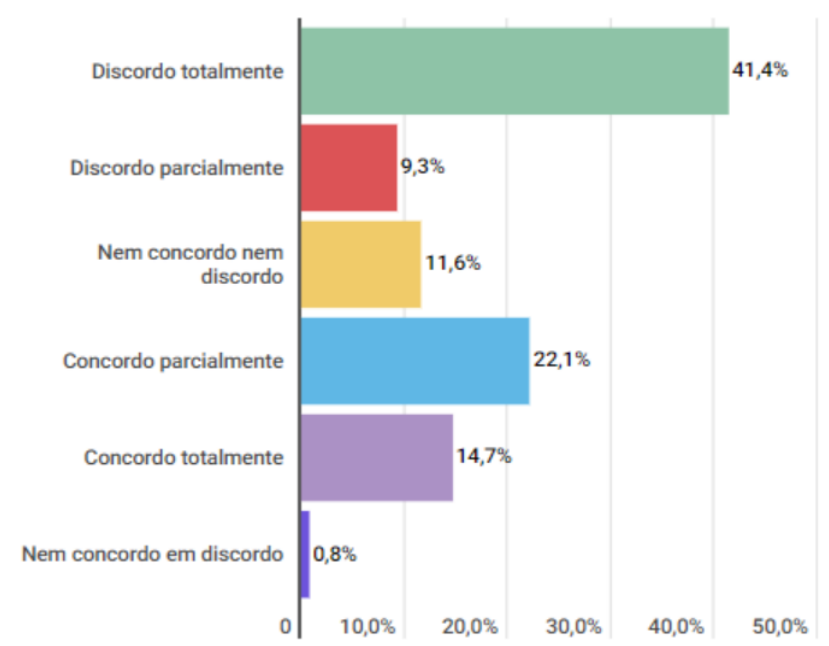
11. Já ouvi falar sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A maioria das respostas apresentadas na pesquisa, com o percentual de 41,4% revelam “discordar totalmente”, ou seja, nunca ouvir falar em A3P (figura 26).

O item “concordo parcialmente” obteve o percentual de 22,1%, seguido de 14,7% concordo plenamente, 12,4% para “nem concordo, nem discordo” e 9,3% para “discordo parcialmente”.

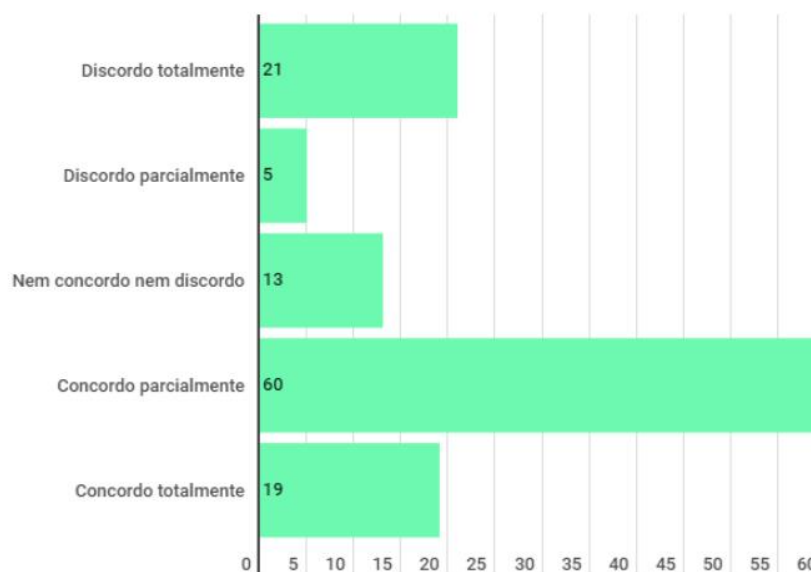
Figura 26 - Análise da questão 11 - aspecto geral por percentual



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adepts à A3P, conforme figura 27, mostra que o campo de resposta majoritário foi o “concordo parcialmente”.

Figura 27 - Análise da questão 11 – órgãos e entidades que aderiram à A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A resposta majoritária na análise isolada das questões, diverge contundentemente das apresentadas pelos demais servidores entrevistados, que, em sua maioria, desconhecem a existência da A3P como política pública de gestão socioambiental.

4.5.2.3 Questão 12

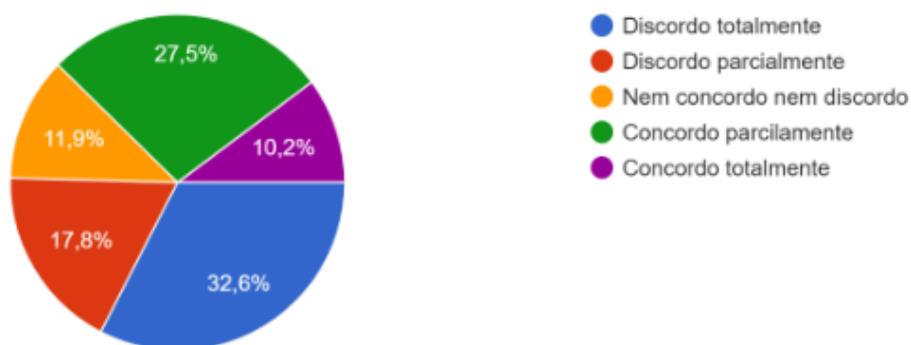
A questão 12 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto à existência de programas que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos, nos seguintes termos.

12. Há programas, em meu órgão de lotação, que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 28 apresentou um resultado majoritário para “discordo totalmente” para a existência dos referidos programas nos órgãos de lotação dos servidores PPGG. O item “concordo parcialmente” ficou em 2º lugar, com o percentual de 27,5% e 17,8% para o item “discordo parcialmente”, em 3º lugar.

Figura 28 - Análise da questão 12 - aspecto geral por percentual

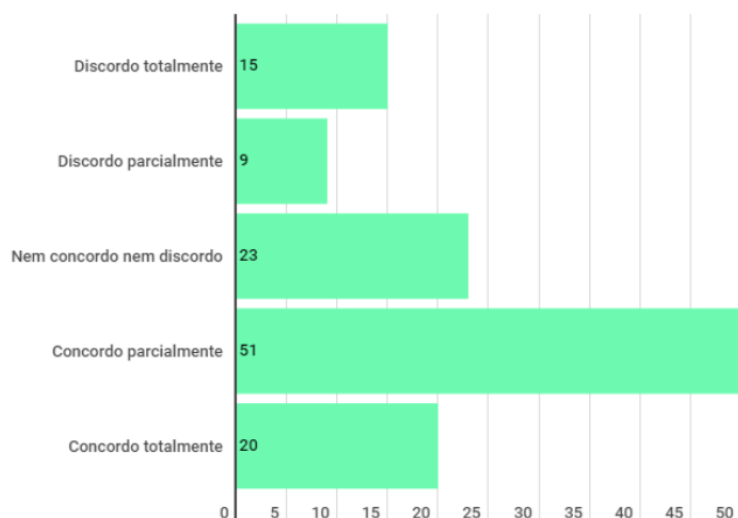


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O item “nem concordo nem discordo” vem com o percentual de 11,9%, 4º lugar, e o item “concordo totalmente” atingiu o último lugar, com o percentual de 10,2%.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adequadas à A3P, conforme figura 29, mostra que o campo de resposta majoritário foi o “concordo parcialmente”.

Figura 29 - Análise da questão 12 – órgãos e entidades que aderiram à A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As demais respostas apresentadas não foram polarizadas, como as apresentadas na figura 28. A diferença entre a resposta majoritária, com o segundo lugar (“nem concordo, nem discordo”) foi superior a 50%.

A resposta majoritária na análise isolada das questões diverge das apresentadas pelos demais servidores entrevistados, que, em sua maioria, desconhecem a existência de programas que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos.

4.5.2.4 Questão 13

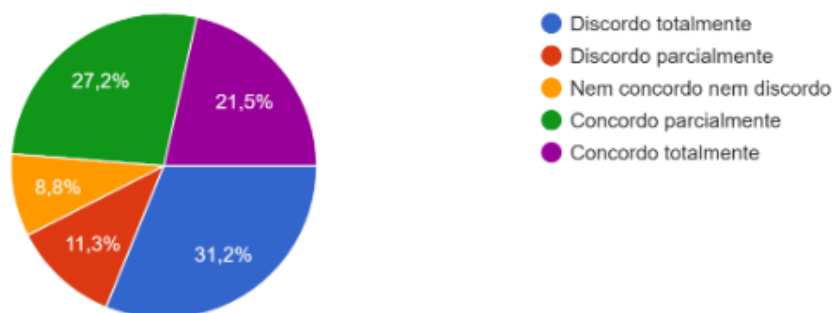
A questão 13 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto aos programas de coleta seletiva e separação de resíduos sólidos nos órgãos ou entidades de lotação dos servidores públicos PPGG.

13. Há programa de coleta seletiva e separação de resíduos sólidos no seu órgão/entidade.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 30 apresentou um resultado equilibrado entre “discordo totalmente” 31,2% e “concordo parcialmente” 27,2%.

Figura 30 - Análise da questão 13 - aspecto geral por percentual

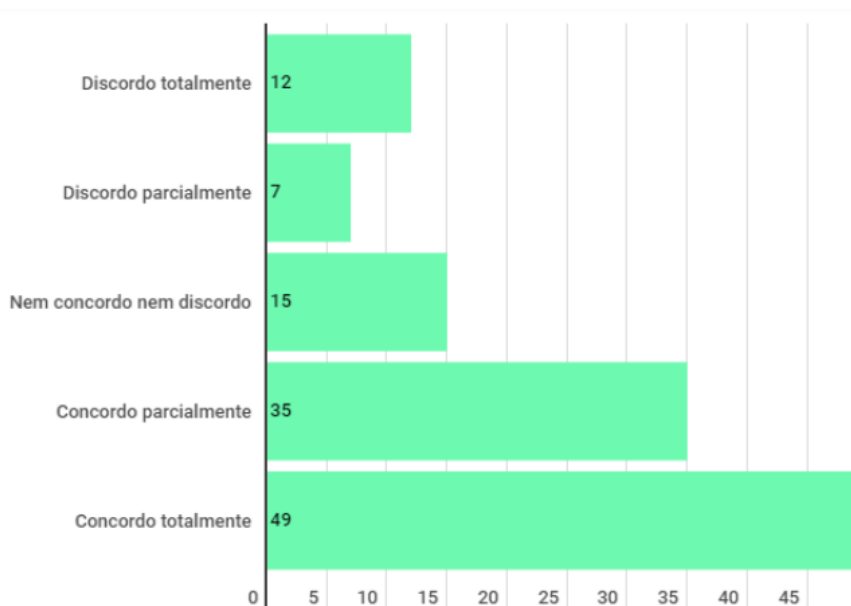


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O terceiro lugar foi de “concordo totalmente” 21,5 %, seguinte de “discordo parcialmente” 11,3% e “nem concordo, nem discordo” 8,8%.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adepts à A3P, conforme figura 31, mostra que o campo de resposta majoritário foi o “concordo totalmente”.

Figura 31 - Análise da questão 13 - órgãos e entidades que aderiram à A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Observa-se, portanto, que há maior consciência sustentável, no tocante à coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos aos servidores públicos lotados em órgãos que aderiram à A3P.

Ao analisar, em conjunto com a questão 19 (subjettiva), observa-se que foram citadas 22 vezes a palavra coleta ou coleta seletiva. Dentre as ponderações, pode-se ressaltar as seguintes:

- 1) Começar pelo mínimo, que é a separação efetiva do lixo no órgão. De nada adianta separar o lixo nas salas se ele é misturado na coleta pelo pessoal da limpeza.
- 2) O órgão deve promover a educação dos servidores, pois, apesar de haver alegação de que há coleta seletiva, no momento em que os colaboradores vão buscar o lixo que está na lixeira disponibilizada na sala, juntam os orgânicos e recicláveis em um único saco.
- 3) Uso correto de coletor separador de lixo, fiscalização nos órgãos sobre o uso das lixeiras, empresas terceirizadas comprometidas com a boa gestão na coleta e separação do lixo (podendo até aplicar multa).
- 4) Uma maior eficiência dos programas de coleta dos resíduos, por exemplo, estimularia a população a colaborar mais efetivamente. Muitas vezes separamos os resíduos orgânico dos não orgânico, mas o serviço público de coleta é deficitário e não cumpre o cronograma.
- 5) Coleta seletiva de lixo que não existe, instruções aos servidores quanto a gastos de água e energia como, por exemplo, desligar as luzes e o ar condicionado no final do expediente.
- 6) Normativos que estabelecessem o mínimo: coleta seletiva, redução de resíduos, além de um programa de educação ambiental permanente.

As respostas acima apresentadas revelam a existência de programas de coleta seletiva de lixo. Não obstante, os servidores entrevistados denunciam a deficiência da execução e monitorização da atividade.

Observa-se, por oportuno, que não basta haver a instituições de coleta seletiva, mas que essa seja compreensível para todos os agentes envolvidos. Não bastam os agentes públicos promoverem a correta separação dos resíduos, se os colaboradores da área de limpeza misturam os lixos acumulados.

Nesta perspectiva, a implantação da A3P, nesses órgãos e entidades podem haver obtido efeito positivos para as ações referentes à coleta seletiva e separação de resíduos sólidos.

4.5.2.5 Questão 14

A questão 14 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto à existência de programas de qualidade de vida nos órgãos e entidades dos servidores PPGG.

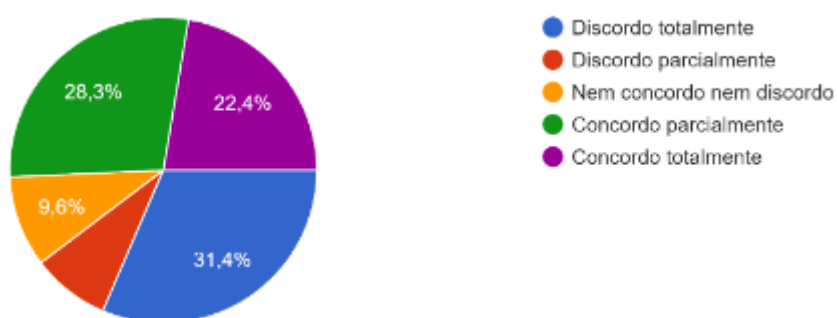
14. Há programas de qualidade de vida do servidor em seu órgão/entidade:

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 32 apresentou um resultado equilibrado para “discordo totalmente”, com 31,4% e o segundo lugar ficou para “concordo parcialmente”, com 28,3%.

O interessante é a terceira posição que foi “concordo totalmente” com 22,4% o que mostra que, em conjunto com o segundo lugar, os maiores quantitativos de servidores percebem haver programas de qualidade de vida nos órgãos e entidades em geral.

Figura 32 - Análise da questão 14 - aspecto geral por percentual

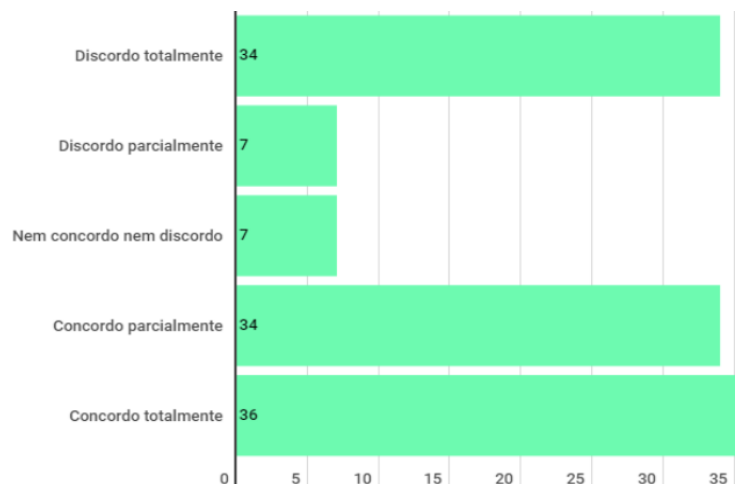


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O quarto lugar foi “nem concordo, nem discordo”, com 9,6% e o último foi de 8,2% para “discordo parcialmente”.

A análise das respostas apresentadas pelos servidores que se encontram lotados nos órgãos e entidades adeptas à A3P, conforme figura 33, mostra que o campo de resposta majoritário foi o “concordo totalmente”.

Figura 33 - Análise da questão 14 - órgãos e entidades que aderem a A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Não obstante, as respostas “concordam parcialmente” e “discordam totalmente” ficam bem próximas. Em suma, o resultado somado das opções concordantes é preponderante às demais respostas apresentadas.

A questão 19 oportunizou os entrevistados a expressarem opinião sobre gestão socioambiental e sustentabilidade. No tocante à qualidade de vida, o tema foi comentado oito vezes. Destaca-se alguns comentários:

- 1) Mais atenção a programas de Qualidade de Vida do Servidor.
- 2) Ação referente a qualidade de vida.
- 3) É necessário que haja maior engajamento por parte dos servidores públicos quanto à A3P. Para tanto, é necessário que o Governo do DF estipule metas a serem cumpridas pelos órgãos públicos da estrutura, tais como economia de energia, uso sustentável dos insumos, gestão de resíduos, qualidade de vida dos servidores e compras sustentáveis.
- 4) Penso que o Governo de uma forma geral, deveria investir mais na propagação da educação ambiental, bem como na qualidade de vida do servidor, não apenas com propaganda e marketing, mas com projetos que envolvam o público interno e a sociedade como um todo.

- 5) Divulgação da importância do comportamento sustentável, tanto no âmbito profissional, como servidor público, quanto como cidadão, refletindo tanto em redução dos custos públicos e consequentemente uso racional do dinheiro público, quanto na qualidade de vida dos indivíduos como um todo.
- 6) Acredito que inicialmente a autoridade superior do órgão e gestores diretamente abaixo dele precisam confeccionar um plano de ação que vise a efetiva sustentabilidade no órgão, em especial a qualidade de vida no ambiente de trabalho e a sensibilização e capacitação dos servidores quanto ao tema.

O mesmo é avaliado nas questões subjetivas isoladas entre os servidores oriundos de órgãos e entidades que aderem à A3P (quadros 17 a 25). As respostas mostram ausência de incentivos práticos que favoreça melhor qualidade de vida no trabalho.

Observa-se que o clamor entre os entrevistados é referente às ações concretas que promovam, por parte do governo, efetiva qualidade de vida aos servidores envolvidos. Nessa perspectiva, é justificável os servidores, em sua maioria, discordarem totalmente da existência de programas nesse referencial.

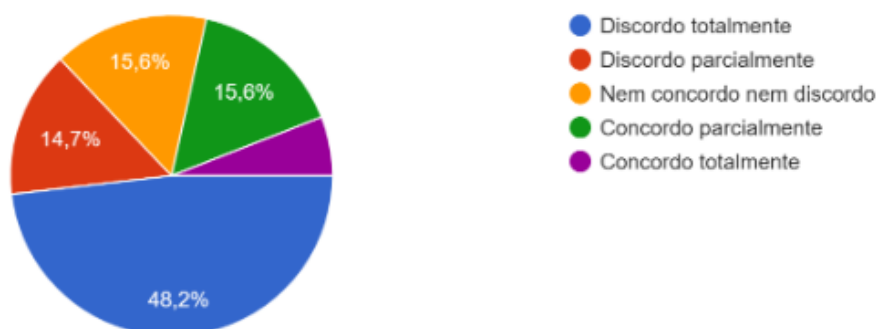
4.5.2.6 Questão 15

A questão 15 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto à estimulação a participar de cursos ou formações na área de sustentabilidade nos seguintes termos.

15. Sou estimulado/participo de cursos ou formações na área de sustentabilidade.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

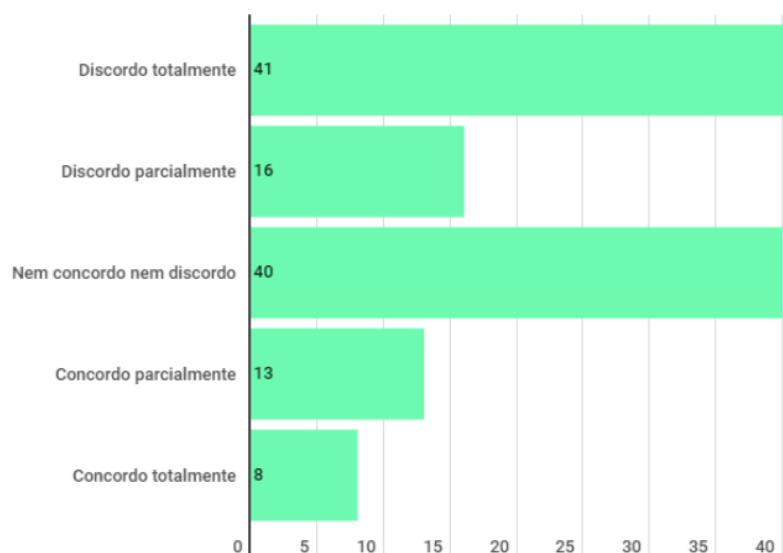
A figura 34 apresentou um resultado majoritário para “discordo totalmente”, com percentual de 48,2%.

Figura 34 - Análise da questão 15 - aspecto geral por percentual

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Os demais resultados foram de 15,6% para “concordo parcialmente” e “nem concordo, nem discordo”, 14,7% “discordo parcialmente” e 5,9% para “concordo totalmente”.

A figura 35 mostra diferença de percepção entre as respostas dos servidores que se encontram lotados em órgãos e entidades que aderem à A3P, quanto ao estímulo à participação de cursos ou formações na área de sustentabilidade.

Figura 35 - Análise da questão 15 - órgãos e entidades que aderem a A3P

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As respostas da análise da percepção apresentaram resultados divididos entre “discordo totalmente” e “nem concordo, nem discordo”. Observa-se, portanto, que as atividades de capacitação podem ocorrer, mas não efetivamente.

No tocante à capacitação, o tema foi amplamente comentado nas questões subjetivas isoladas entre os servidores oriundos de órgãos e entidades que aderem à A3P (quadros 17 a 25). As respostas mostram ausência de cursos e capacitações práticas, ou quaisquer tipos de incentivo ao aprendizado significativo.

4.5.2.7 Questão 16

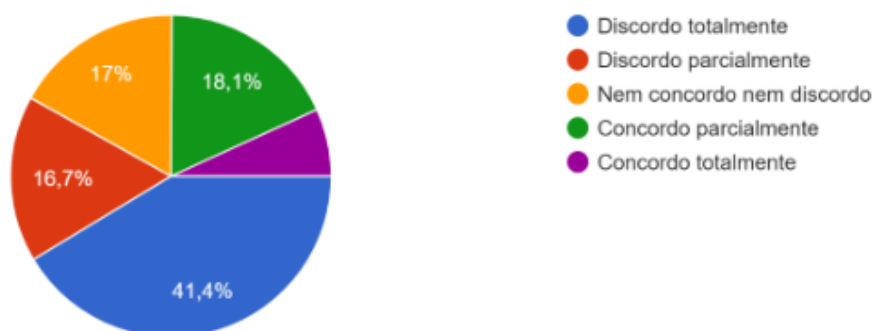
A questão 16 foi elaborada com o intuito de avaliar o servidor PPGG quanto à percepção dos servidores públicos ao incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de serviço, para o engajamento às ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral.

16. Há incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de serviço, para o engajamento para ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 36 apresentou um resultado majoritário para “discordo totalmente”, com percentual de 41,4%.

Figura 36 - Análise da questão 16 - aspecto geral por percentual

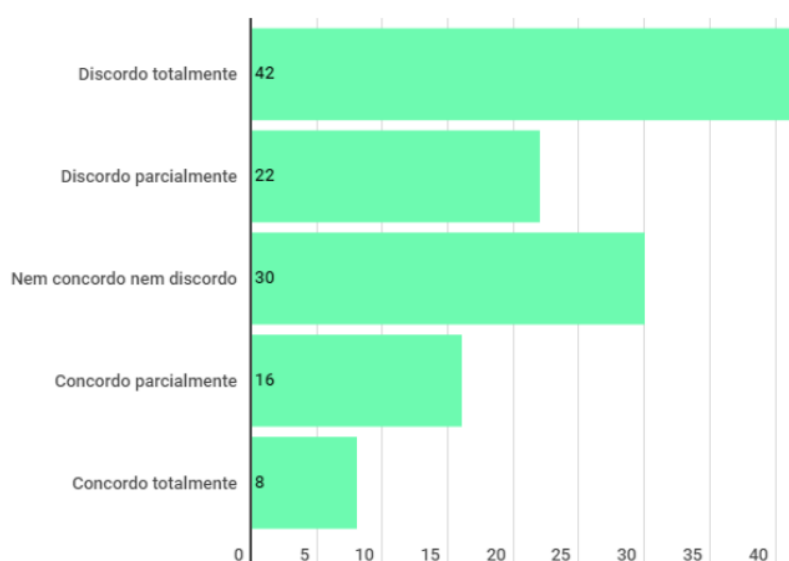


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O segundo lugar ficou com item “concordo parcialmente”, com 18,1%, o terceiro foi “nem concordo, nem discordo”, com 17%, o quarto foi “discordo parcialmente”, com 16,7% e o quinto foi “concordo totalmente”, com 6,8%.

A figura 37 apresenta diferença de percepção entre as respostas dos servidores que se encontram lotados em órgãos e entidades que aderem à A3P, quanto a incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de serviço, para o engajamento para ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral.

Figura 37 - Análise da questão 16 - órgãos e entidades que aderem a A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As respostas da análise da percepção apresentaram resultados majoritários idênticos aos demais servidores PPGG. O segundo lugar, os servidores optaram pelo item “nem concordo, nem discordo”.

O tema foi amplamente comentado, e inclusive subdividido em grupos referentes às ações do governo, divulgação sobre sustentabilidade, incentivos e engajamentos em projetos socioambientais. A palavra “ação”, por exemplo, foi a mais citada pelos entrevistados: 191 vezes.

O mesmo ocorreu na análise das questões subjetivas isoladas entre os servidores oriundos de órgãos e entidades que aderem à A3P (quadros 17 a 25). As respostas mostram ausência de incentivo tanto por parte da Administração Pública quanto da sociedade em geral.

Em suma, observa-se categoricamente indiferença de percepção de incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos colegas de trabalho, referente ao engajamento à praticar ações sustentáveis.

4.5.2.8 Questão 17

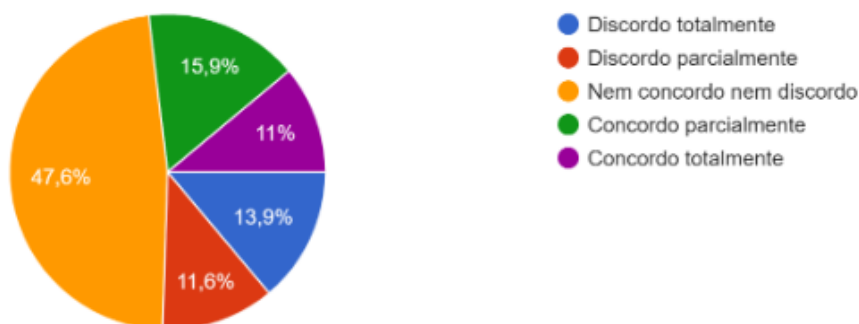
A questão 17 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto à existência de critérios de sustentabilidade nos procedimentos licitatórios, nos seguintes termos.

17. As licitações, no meu órgão/entidade, atendem a critérios de sustentabilidade.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 38 apresentou um resultado majoritário para “nem concordo nem discordo”, com percentual de 47,6%.

Figura 38 - Análise da questão 17 - aspecto geral por percentual

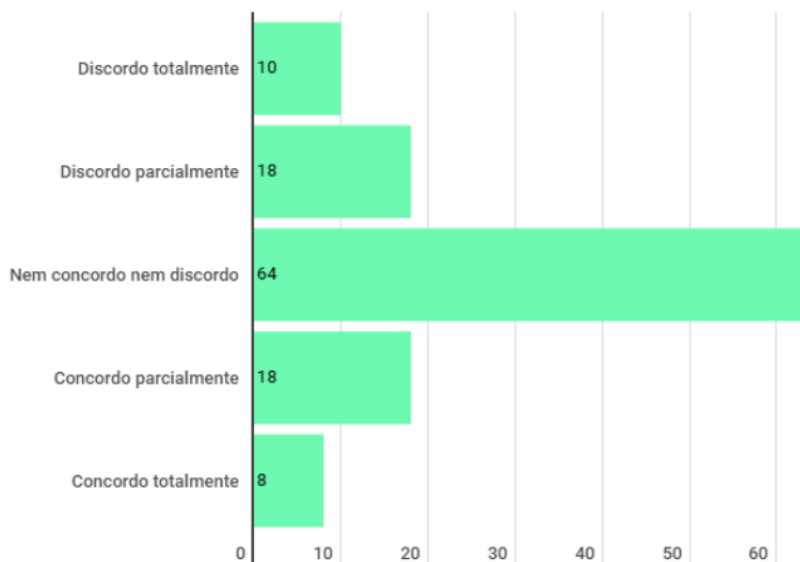


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O segundo lugar ficou com item “concordo parcialmente”, com 15,9%, o terceiro foi “discordo totalmente”, com 13,9%, o quarto foi “discordo parcialmente”, com 11,6% e o quinto foi “concordo totalmente”, com 11%.

A figura 39 apresenta diferença de percepção entre as respostas dos servidores que se encontram lotados em órgãos e entidades que aderem à A3P, quanto aos critérios de sustentabilidade nas licitações públicas.

Figura 39 - Análise da questão 17 - órgãos e entidades que aderem a A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A resposta majoritária foi “nem concordo, nem discordo”, coadunando com as médias apresentadas pelos demais servidores PPGG lotados em órgãos ou entidades que não aderem à A3P.

Não obstante, o resultado encontra-se prejudicado, e carece de melhores análises, visto que há outros leques de percepção que possam ser explorados, tais como em verificar se há discordância com critérios objetivos definidos nos editais de contratação pública ou os objetos que estão entregues ou serviços prestados atendem aos critérios de sustentabilidade global.

4.5.2.9 Questão 18

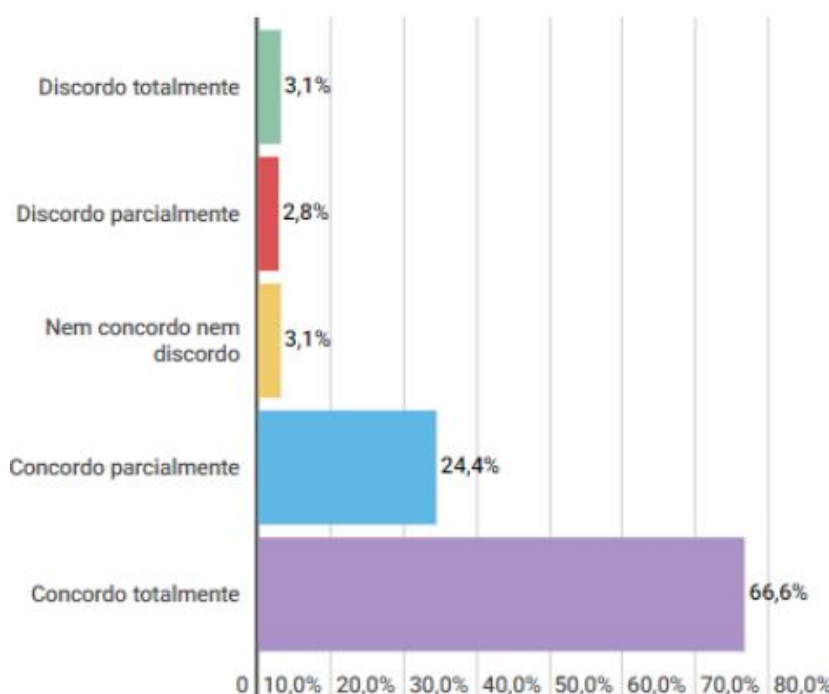
A questão 18 foi elaborada com o intuito de avaliar a percepção do servidor PPGG quanto à instituição do teletrabalho como ação importante para a concretização de medidas sustentáveis nos seguintes termos.

18. O teletrabalho é uma ação importante que contribui para a concretização de medidas sustentáveis no poder público.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A figura 40 apresentou um resultado majoritário para “concordo totalmente”, com percentual de 66,6%.

Figura 40 - Análise da questão 18 - aspecto geral por percentual

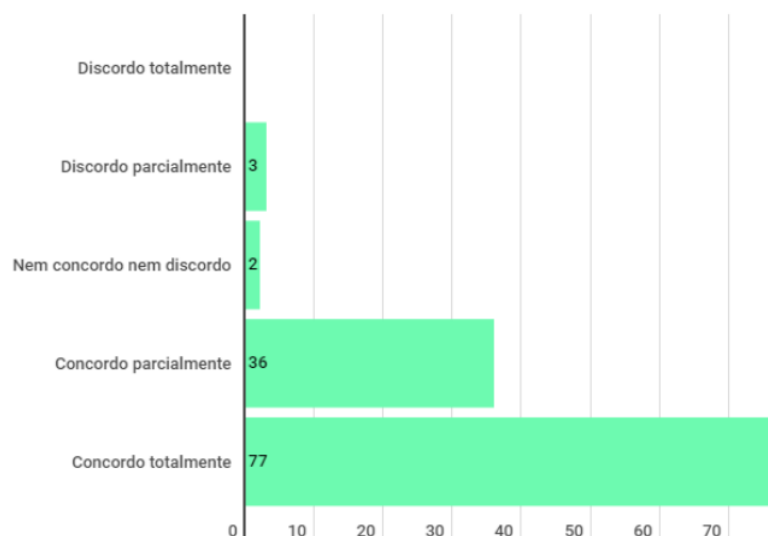


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O segundo lugar ficou com item “concordo parcialmente”, com 24,4%, o terceiro deu empate entre “nem concordo, nem discordo” e “discordo totalmente”, ambos ficaram com 3,1%, o quarto foi “discordo parcialmente”, com 2,8% e o quinto foi “concordo totalmente”, com 11%.

A figura 41 apresenta resultados referentes aos servidores que estão lotados em órgãos ou entidades que aderem a A3P.

Figura 41 - Análise da questão 18 – órgãos e entidades que aderem a A3P



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O resultado apresentado mostrou as seguintes peculiaridades, comparando com os resultados dos demais entrevistados. Os itens majoritários convergem aos apresentados pelos demais entrevistados.

Os resultados, tanto para os servidores que aderem à A3P, quanto aos demais, entendem que o teletrabalho seja uma ação concreta de sustentabilidade na Administração Pública.

4.5.3 Análise estatística das questões 10 a 18 – nível de percepção

Apresenta-se a análise estatística dos resultados apresentados nas questões 10 a 18, baseado na escala *Likert* referente ao nível de percepção global dos servidores PPGG do DF, em relação ao tema da sustentabilidade e da A3P.

O quantitativo apresentado em cada item das questões supramencionadas foi tabulado nos quadros abaixo, separando as respostas no quadro 7 para os servidores que não estão lotados em órgãos e entidades que aderiram à A3P e no quadro 8 os que estão lotados.

A ferramenta estatística a ser utilizada na análise é a “moda” (Zat, 2015), cujo objetivo é apresentar empiricamente a análise de percepção de sustentabilidade entre os servidores lotados em órgãos e entidades adepts à A3P dos demais.

Quadro 7 - Resposta de Servidores (sem adesão à A3P)

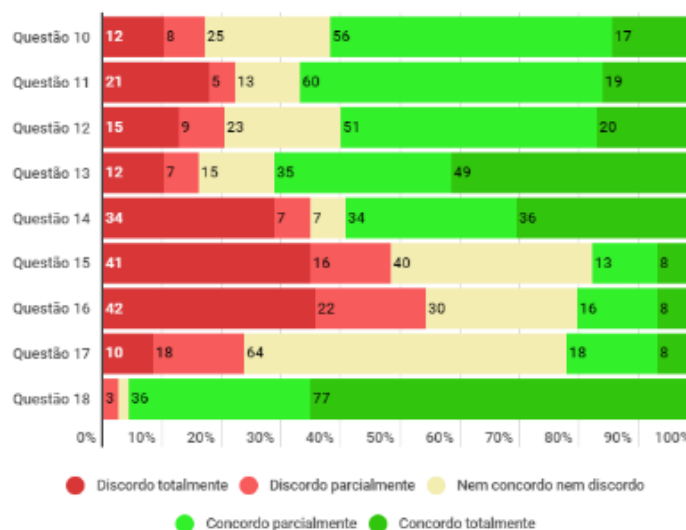
ÓRGÃO QUE NÃO ADERIRAM A AGENDA AMBIENTAL					
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Questão 10	81	42	32	51	29
Questão 11	125	28	31	18	33
Questão 12	100	54	19	46	16
Questão 13	98	33	16	61	27
Questão 14	77	22	27	66	43
Questão 15	129	36	15	42	13
Questão 16	104	37	30	48	16
Questão 17	39	23	104	38	31
Questão 18	11	7	9	50	158

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

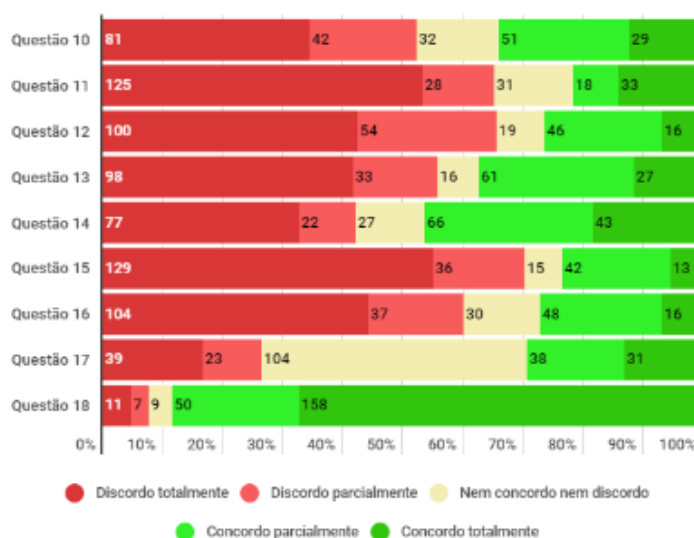
Quadro 8 - Resposta de Servidores (com adesão à A3P)

ÓRGÃOS QUE ADERIRAM A AGENDA AMBIENTAL					
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Questão 10	12	8	25	56	17
Questão 11	21	5	13	60	19
Questão 12	15	9	23	51	20
Questão 13	12	7	15	35	49
Questão 14	34	7	7	34	36
Questão 15	41	16	40	13	8
Questão 16	42	22	30	16	8
Questão 17	10	18	64	18	8
Questão 18	0	3	2	36	77

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 42 - Resposta de Servidores (com adesão à A3P)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 43 - Resposta de Servidores (sem adesão à A3P)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As cores verdes apresentadas nas figuras 42 e 43 são referentes ao nível de concordância sobre questões que envolvam os assuntos de sustentabilidade definidas na A3P. As questões 10 a 14 apresentam maiores incidências de respostas dos servidores oriundos de órgãos e entidades que aderiram à A3P. Já as questões 15 a 17 já tiveram predominância de respostas neutras.

Quando se analisam as respostas de 10 a 16 dos servidores que não são oriundos de órgãos e entidades que aderiram à A3P, o resultado já é predominante nas cores vermelhas

(discordâncias). A questão 17, relativa às licitações sustentáveis, tem padrão majoritariamente neutro (cor creme).

A questão 18, que se refere à instituição do teletrabalho como medida sustentável, obteve respostas majoritariamente positivas tanto dos servidores oriundos de órgãos e entidades que aderiram à A3P quanto dos demais.

A análise pela “moda” apresenta-se os seguintes parâmetros comparativos entre os itens mais respondidos nas modalidades descritas pela escala *likert*:

- Questão 10
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “concordo parcialmente”.
 - Observa-se, portanto, diferença de percepção ao quesito “conhecimento de ações e projetos de sustentabilidade em seus órgãos/entidades de atuação”
- Questão 11
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “concordo parcialmente”.
 - Observa-se, portanto, diferença de percepção ao quesito “conhecimento da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)”.
- Questão 12
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “concordo parcialmente”.
 - Observa-se, portanto, diferença de percepção ao quesito “conhecimento de programas que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos”.

- Questão 13
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “concordo totalmente”.
 - Observa-se, portanto, diferença de percepção ao quesito “conhecimento de programas de coleta seletiva e separação de resíduos sólidos implantados nos órgãos ou entidades de lotação dos servidores públicos PPGG”.
- Questão 14
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “concordo totalmente”.
 - Observa-se, portanto, diferença de percepção ao quesito “conhecimento de programas de qualidade de vida nos órgãos e entidades dos servidores PPGG”.
- Questão 15
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Observa-se, portanto, percepção semelhante ao quesito “estimulação a participar de cursos ou formações na área de sustentabilidade”.
- Questão 16
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “discordo totalmente”.
 - Observa-se, portanto, percepção semelhante ao quesito “incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de

serviço, para o engajamento para ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral”.

- Questão 17
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “nem concordo, nem discordo”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “nem concordo, nem discordo”.
 - Observa-se, portanto, percepção semelhante ao quesito “existência de critérios de sustentabilidade nos procedimentos licitatórios”.

- Questão 18
 - Resposta com mais frequência no quadro 7 (sem adesão à A3P) foi de “concordo totalmente”.
 - Resposta com mais frequência no quadro 8 (com adesão à A3P) foi de “concordo totalmente”.
 - Observa-se, portanto, percepção semelhante ao quesito “instituição do teletrabalho como ação importante para a concretização de medidas sustentáveis”.

Em suma, o nível de percepção dos servidores PPGG, referente às questões de 10 a 14, sofrem alterações aos servidores lotados em órgãos e entidades adeptas à A3P.

Assemelha-se a percepção nas questões 15 a 18, onde as respostas não diferem dos servidores lotados nos órgãos ou entidades adeptos à A3P dos demais.

4.5.4 Análise qualitativa referente à questão aberta

A questão 19 foi elaborada com a finalidade de abrir espaço, aos entrevistados, quanto a oferecer opiniões, nos seguintes termos.

19. Para concluir, na sua percepção, o que você acha que poderia ser feito para que houvesse mudança de comportamento coletivo e efetividade da gestão de sustentabilidade socioambiental?

Considerando as questões apresentadas, dos 353, sete entrevistados optaram por não opinar e uma das respostas foi desconexa.

As questões consideradas como válidas para análise foram avaliadas isoladamente e em grupos. Do ponto de vista da análise coletiva, as respostas foram avaliadas e as palavras-chave foram extraídas e reagrupadas em grandes grupos:

- Conhecimentos Teóricos (quadro 9);
- Publicidade nas ações de sustentabilidade (quadro 10);
- Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades (quadro 11);
- Ações Individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade (quadro 12);
- Normativos referentes à sustentabilidade (quadro 13);
- Capacitação (quadro 14);
- Gestão na Administração Pública (quadro 15).

Para cada grupo, foram agrupadas palavras que tenham pertinência temática e foram calculadas as quantidades de ocorrências destas nas respostas apresentadas pelos entrevistados.

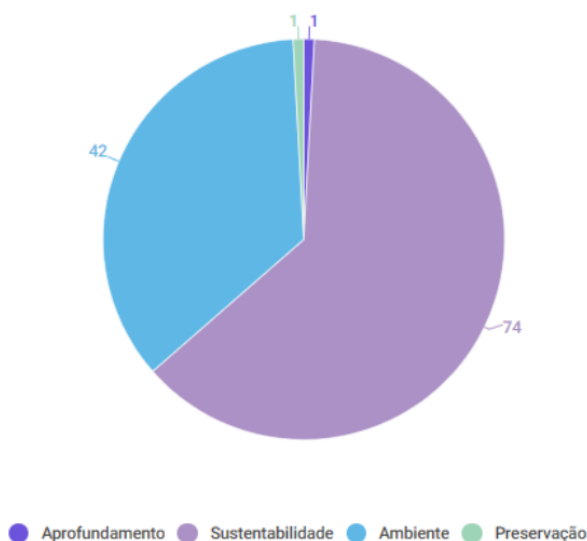
O quadro 11 apresenta respostas referentes ao tema da necessidade de conhecimentos teóricos que os servidores públicos necessitam ter para contribuir com a gestão socioambiental.

Quadro 9 - Conhecimentos Teóricos – questão subjetiva

	Conhecimentos Teóricos	Quantidade de vezes utilizadas
1	Aprofundamento	1 vez
2	Sustentabilidade	74 vezes
3	Ambiente	42 vezes
4	Preservação	1 vez
TOTAL		118

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A palavra sustentabilidade foi a mais citada neste grupo, acompanhada da palavra “ambiente”. A figura 44 apresenta o comparativo entre as palavras, evidenciando as de mais impacto dentre as citadas.

Figura 44 - Conhecimentos teóricos referentes à A3P e gestão socioambiental

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Os termos “sustentabilidade” e “ambiental” são as bases estruturais da presente pesquisa. Os entrevistados opinam sobre a necessidade de todos os agentes envolvidos conhecerem o tema basilar da gestão socioambiental, partindo dos pressupostos teóricos.

Observa-se algumas respostas referentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Esclarecimento do que é sustentabilidade, trazer para a nossa realidade e não tornar impositivo. A ideia é boa, mas não precisamos fazer e sem divulgar como se fosse uma virtude.
- Uma reunião explicativa sobre o tema.

O quadro 10 elenca diversos vocábulos que são relacionadas à publicidade das ações de sustentabilidade, tais como divulgação, campanha, educação, programa, engajamento, propaganda, comunicação e publicidade.

Quadro 10 - Publicidade das ações de sustentabilidade – questão subjetiva

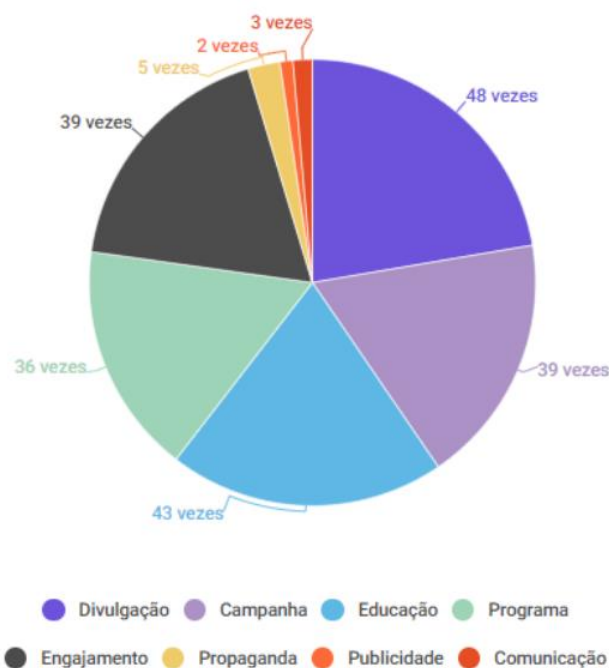
	Publicidade das ações	Quantidade de vezes utilizadas
1	Divulgação	48 vezes
2	Campanha	39 vezes
3	Educação	43 vezes
4	Programa	36 vezes

5	Engajamento	39 vezes
6	Propaganda	5 vezes
7	Publicidade	2 vezes
8	Comunicação	3 vezes
TOTAL		215

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras que mais apareceram foram divulgação, educação, campanha e engajamento. A figura 45 apresenta o panorama comparativo entre os vocábulos.

Figura 45 - Publicidade das ações referentes à A3P e gestão socioambiental



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Os entrevistados expuseram a importância da implementação de ações com a devida publicação para dar estímulo aos demais agentes públicos e à sociedade a aderirem aos princípios sustentáveis.

Observa-se algumas respostas referentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Maior divulgação no tema sustentabilidade esclarecendo ponto a ponto de cada setor onde pode e deve ser inserida a sustentabilidade.
- Campanhas e ações, maior divulgação.

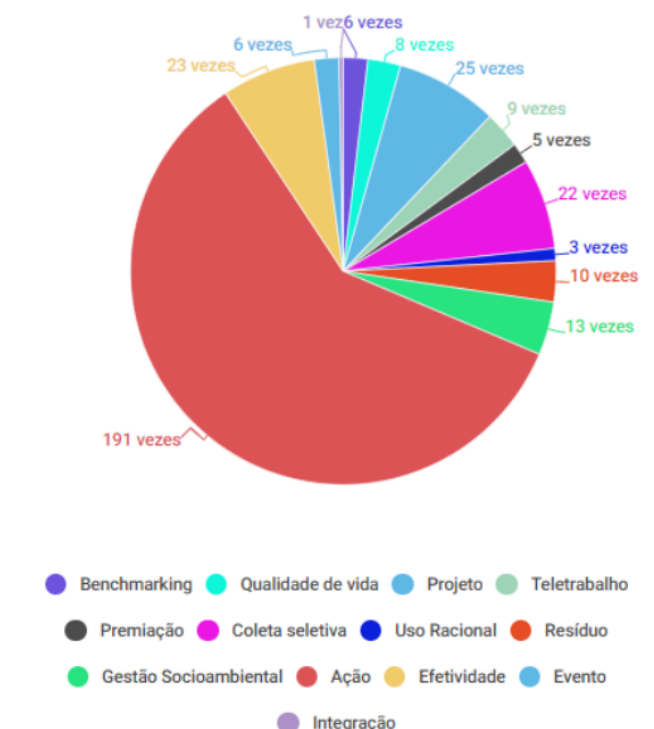
O quadro 11 elenca vocábulos referentes a sugestões de aplicação de ações na Administração Pública. As palavras selecionadas foram *benchmarking*, qualidade de vida, projeto, teletrabalho, premiação, coleta seletiva, uso racional, resíduo, gestão socioambiental, ação, efetividade, evento e integração.

Quadro 11 - Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades – questão subjetiva

	Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades	Quantidade de vezes utilizadas
1	Benchmarking	6 vezes
2	Qualidade de vida	8 vezes
3	Projeto	25 vezes
4	Teletrabalho	9 vezes
5	Premiação	5 vezes
6	Coleta seletiva	22 vezes
7	Uso Racional	3 vezes
8	Resíduo	10 vezes
9	Gestão Socioambiental	13 vezes
10	Ação	191 vezes
11	Efetividade	23 vezes
12	Evento	6 vezes
13	Integração	1 vez
TOTAL		322

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A palavra mais citada no grupo, e inclusive em todo o estudo, é “ação”. A figura 46 demonstra o comparativo desse vocábulo, em relação aos demais do grupo.

Figura 46 - Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Os servidores PPGG clamam por pôr em prática os projetos já elaborados. Monitorar e fiscalizar são outros tipos de ações muito citadas nas respostas apresentadas pelos entrevistados.

Sugestões, como a implantação de teletrabalho ou premiar os órgãos ou entidades que melhor executarem as políticas públicas de gestão socioambiental, com melhoria salarial ou folgas.

A qualidade de vida no trabalho foi outro ponto salientado. Os entrevistados reconhecem a existência do programa, contudo não vêm efetividade.

Do mesmo modo a coleta seletiva, programa criticado veementemente pelos entrevistados, visto inexistir coerência entre as ações de separação praticas pelos servidores com a existência de responsáveis pela coleta dos resíduos que “misturam os lixos previamente separados”.

Observa-se algumas respostas reverentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Começar pelo mínimo, que é a separação efetiva do lixo no órgão. De nada adianta separar o lixo nas salas se ele é misturado na coleta pelo pessoal da limpeza.
- Ações em conjunto, com apoio dos órgãos do Estado. Políticas de bonificação as empresas que se dedicam, condomínios, etc.

O quadro 12 apresenta panorama de ações individuais e coletivas necessárias para implementação da gestão socioambiental sustentável. As ações listadas foram consciência, incentivo, mudança de hábito, comportamento, refletir, foco, prática e criatividade.

Quadro 12 - Ações individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade – questão subjetiva

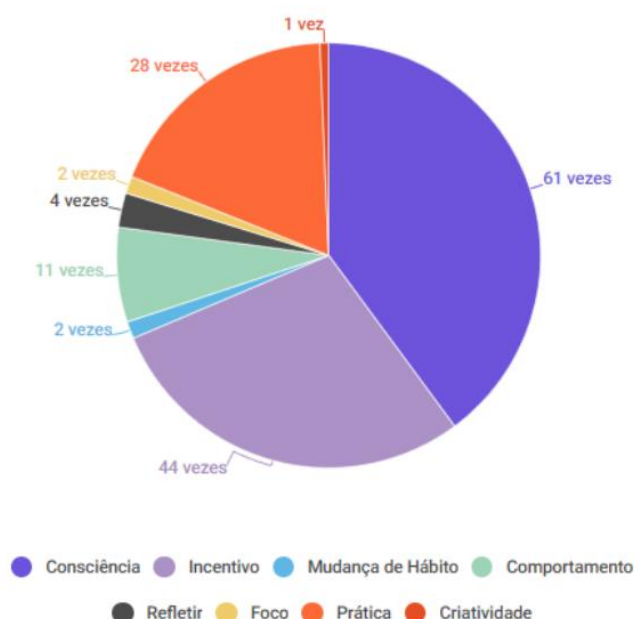
	Ações Individuais/coletivas intrapessoais	Quantidade de vezes utilizadas
1	Consciência	61 vezes
2	Incentivo	44 vezes
3	Mudança de Hábito	2 vezes
4	Comportamento	11 vezes
5	Refletir	4 vezes
6	Foco	2 vezes
7	Prática	28 vezes
8	Criatividade	1 vez
TOTAL		154

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras mais comentadas foram, consciência, incentivo e prática (figura 47), o que coincide com as respostas apresentadas no quadro 12. As ações intrapessoais são as formadoras de “consciência” pessoal.

Já as palavras, incentivo e prática referem-se às ações interpessoais. A maioria das respostas referenciam negligência das autoridades públicas e de ações governamentais concretas para ter uma gestão socioambiental eficaz.

Figura 47 - Ações Individuais/coletivas intrapessoais referentes à A3P e gestão socioambiental



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se algumas respostas reverentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Penso que ainda falta a disseminação do trabalho em cima da prevenção neural e genética como uma ação importante que contribui para a concretização de medidas sustentáveis no poder público.
- Campanha massiva e persistente de conscientização da sociedade acerca de práticas sustentáveis; incentivo nas escolas a projetos e experimentos sobre sustentabilidade; leis que realmente punam as ações contrárias às práticas sustentáveis, não importando se o infrator é um cidadão ou uma empresa importante, guardando-se as devidas proporções, exemplos de conduta, cuidado e fiscalização eficientes da administração pública.

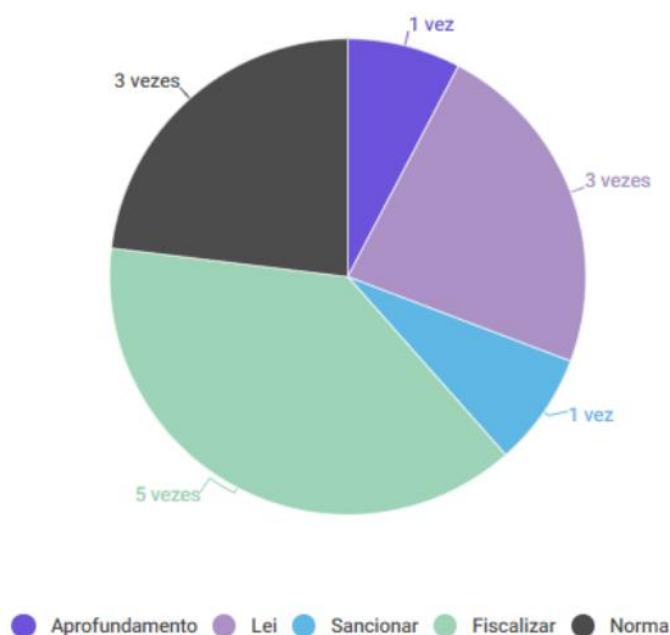
O quadro 13 apresenta um agrupamento de palavras referentes à normativos referentes à sustentabilidade. Em comparação com os demais grupos, esse é o que menos tiveram palavras usadas nas palavras dos entrevistados.

Quadro 13 - Normativos referentes à sustentabilidade – questão subjetiva

	Normativos	Quantidade de vezes utilizadas
1	Aprofundamento	1 vez
2	Lei	3 vezes
3	Sancionar	1 vez
4	Fiscalizar	5 vezes
5	Norma	3 vezes
TOTAL		13

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A palavras mais usada nesse grupo, como apresentada na figura 48, foi fiscalizar. Fica claro que o posicionamento dos entrevistados não está enfocado na elaboração de normas, mas sim em colocar em prática o que já está previsto, com fiscalização e monitoramento constante.

Figura 48 - Normativos referentes à A3P e gestão socioambiental

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se algumas respostas referentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Mais aprofundamento no tema sustentabilidade, trazendo ao entendimento das pessoas a importância das ações sustentáveis.

- Além de ações continuadas de capacitação deveriam haver normativas junto ao efetivo monitoramento de seu cumprimento, metas etc.

O quadro 14 apresenta um agrupamento de palavras referentes à capacitação voltada para o tema da sustentabilidade. As palavras apresentadas para esse quesito foram palestra, informação, capacitação, treinamento, seminário, oficina e curso.

Quadro 14 - Capacitação – questão subjetiva

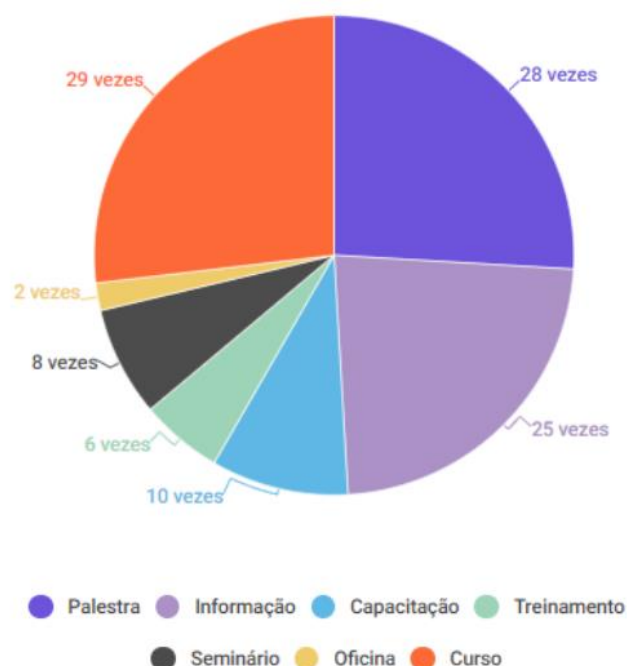
	Capacitação	Quantidade de vezes utilizadas
1	Palestra	28 vezes
2	Informação	25 vezes
3	Capacitação	10 vezes
4	Treinamento	6 vezes
5	Seminário	8 vezes
6	Oficina	2 vezes
7	Curso	29 vezes
TOTAL		108

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras que mais foram apresentadas no grupo são curso, palestra e informação, conforme se pode observar na figura 49. Dentre as respostas apresentadas, os entrevistados opinaram por falta de incentivos aos servidores participarem de cursos ou demais formações, até mesmo por falta de informação das ações sustentáveis existentes nos órgãos e entidades.

Observa-se algumas respostas apresentadas pelos entrevistados:

- Incentivar todos os servidores, estagiários e terceirizados a conhecer e participar de cursos, seminários e palestras sobre o tema.
- Curso menos teóricos e mais práticos no ambiente de trabalho.

Figura 49 - Capacitações referentes à A3P e gestão socioambiental

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O quadro 15 apresenta o rol de vocábulos referentes à gestão na Administração Pública, sob o ponto de vista sustentável. As palavras mais indicadas foram chefia, política, gestão, debate, governo, autoridade, administração, esclarecimento, meta, líder, alta gestão, servidor público, cultura organizacional, comunidade, sociedade e cidadão.

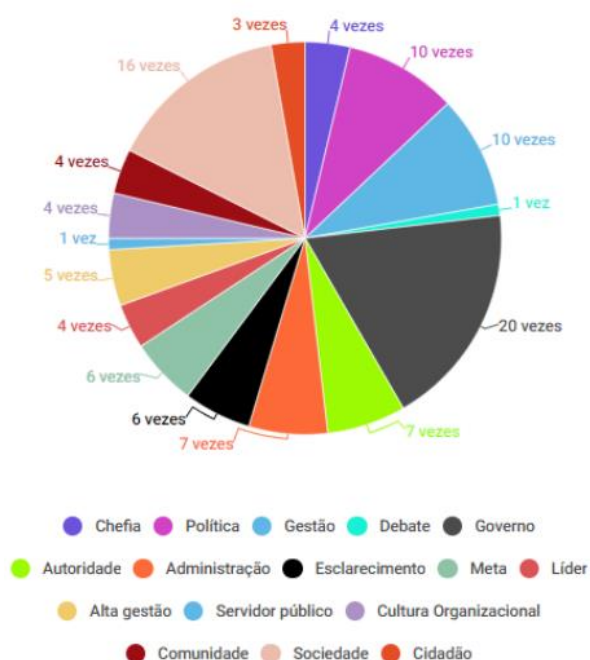
Quadro 15 - Gestão na Administração Pública – questão subjetiva

	Gestão	Quantidade de vezes utilizadas
1	Chefia	4 vezes
2	Política	10 vezes
3	Gestão	10 vezes
4	Debate	1 vez
5	Governo	20 vezes
6	Autoridade	7 vezes
7	Administração	7 vezes
8	Esclarecimento	6 vezes
9	Meta	6 vezes
10	Líder	4 vezes

11	Alta gestão	5 vezes
12	Servidor público	1 vez
13	Cultura Organizacional	4 vezes
14	Comunidade	4 vezes
15	Sociedade	16 vezes
16	Cidadão	3 vezes
TOTAL		108

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Figura 50 - Atividades de gestão referentes à A3P e gestão socioambiental



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras mais comentadas, conforme figura 50, foram governo e sociedade. Os principais clamores relatados pelos entrevistados, foram atrair responsabilidade ao governo para que haja uma gestão efetivamente socioambiental. Observe uns comentários apresentados pelos entrevistados:

- Deveria ser criado um setor específico para tratar da questão ambiental no órgão e que fosse presente, com orientações pontuais de como o servidor pode ser agente promotor da sustentabilidade socioambiental no seu ambiente de trabalho.
- Maior engajamento da alta gestão nos projetos.

- Mais discussões, e principalmente ações práticas na área. Envolvimento de setores, Secretarias de estado e governo do GDF e Federal engajados. Mais ações na prática e criar essa cultura de sustentabilidade na cidade Brasília e Distrito Federal, em todas as Regiões administrativas e entorno. Mais divulgação de eventos e leis que incentivem essa prática. Investimento financeiro e uma prioridade maior para que gestores e servidores públicos em geral possam atuar e trazer economia, qualidade de vida aos cidadãos, transparência e publicidade maior nessa questão essencial para o respeito ao meio ambiente e uso responsável dos bens naturais, públicos do Distrito Federal.
- Não nomear para comissões pessoas alheias a questão de sustentabilidade nos órgãos, fiscalizar e punir gestores que não se responsabilizam pela separação de lixo orgânico do lixo reciclável. Incentivar práticas de diminuição do uso do papel, como o a utilização de formulários eletrônicos para cadastramento de usuários.
- É necessário que haja maior engajamento por parte dos servidores públicos quanto à A3P. Para tanto, é necessário que o Governo do DF estipule metas a serem cumpridas pelos órgãos públicos da estrutura, tais como economia de energia, uso sustentável dos insumos, gestão de resíduos, qualidade de vida dos servidores e compras sustentáveis.

Outros pontos salutares foram a criação de associações ou grupos para debater sobre as questões sustentáveis, assim como ações em conjunto entre órgãos e entidades do DF.

Dentre os comentários supramencionados, um entrevistado citou a A3P, recomendando mais engajamento dos servidores, assim como estabelecimento de metas a serem fiscalizadas pelos órgãos públicos.

4.6 ANÁLISE ISOLADAS DAS RESPOSTAS ENVIADAS PELOS SERVIDORES PPGG DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE ADERIRAM A A3P

As análises das questões subjetivos ora presente são dos servidores PPGG, analistas e gestores, que estão lotados em órgãos e entidades que aderiram à A3P.

O quadro 16 apresenta o quantitativo de servidores que enviaram os questionários por órgãos e entidades. As marcações destacadas em vermelho mostram as unidades que não receberam respostas nem de gestores, nem de analistas.

Quadro 16 - Órgãos e entidades adeptos à A3P – percepção dos servidores

	Órgão/Entidade	Quantidade de gestores que responderam ao questionário	Quantidade de analistas que responderam ao questionário
1	BRASÍLIA AMBIENTAL	00	03
2	SEMA	00	03
3	RA Lago Sul	01	02
4	SLU	00	02
5	SEAGRI	02	00
6	Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	00	00
7	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF	00	00
8	DETRAN/DF	03	09
9	SEDUH	06	01
10	FJBB	00	01
11	CBDF	00	00
12	PCDF	00	01
13	SETUR	00	01
	TOTAL	12	23

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Dentre os itens destacados em vermelho, não participaram servidores da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBDF, o que representa 23,07%.

As unidades Região Administrativa do Lago Sul, Departamento de Trânsito de Brasília - DETRAN/DF e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH obteve-se resposta tanto de gestores quanto de analistas, o que representa 23,07%.

Os demais órgãos e entidades listados, tiveram participação de gestores ou de analistas, o que representa 53,86%.

Em suma, a pesquisa apresenta o percentual de 76,93% servidores participantes oriundos de órgãos e entidades que aderiram formalmente à A3P, independente se foram só gestores, ou analistas ou ambos.

A seguir, são apresentadas as respostas dos referidos servidores, no tocante à questão 19 (subjativa), com objetivo de verificar a percepção, em isolado dos participantes (Quadros 17 a 25).

Quadro 17 - Questão subjativa – Brasília Ambiental

ANALISTAS	GESTORES
Retorno ao Teletrabalho, Redução de impostos, tarifas de importação e tributos para: (apenas como exemplo) PILHAS E BATERIAS RECARREGÁVEIS E CARREGADORES DE PILHAS E BATERIAS. Também placas solares para uso residencial e industrial.	
Me engajar mais nas propostas do meu Órgão.	
Não respondeu	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 18 - Questão subjativa – Brasília Ambiental

ANALISTAS	GESTORES
Curso menos teóricos e mais práticos no ambiente de trabalho.	
Conscientização da população a começar pelas escolas e servidores, como agentes multiplicadores das questões e importância da necessidade de sustentabilidade socioambiental pela qual passamos.	

Melhor aceitação das boas práticas, inclusive pelos que se dizem inteirados, mas deixam a desejar.	
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 19 - Questão subjetiva – RA – Lago Sul

ANALISTAS	GESTORES
Capacitação e desenvolvimento de pessoas.	Curso de qualificação presencial obrigatório para todos os servidores!
Um maior incremento informacional da sociedade como um todo. Dando grande ênfase à criança e ao adolescente. Com a participação do Poder Público e da Iniciativa Privada, em cooperação com a comunidade internacional. Estamos todos num planeta globalizado, em que todos, sem exceção, precisam se conscientizar e adotar práticas individuais e coletivas no escopo de uma efetiva sustentabilidade socioambiental.	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 20 - Questão subjetiva – SEAGRI

ANALISTAS	GESTORES
	Ter em cada local de trabalho uma unidade voltada ao tema sustentabilidade
	Muitas vertentes, incluído ações de educação, conscientização e bater na tecla do meio ambiente no todo, terra mãe e nos só visitantes.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 21 - Questão subjetiva – DETRAN

ANALISTAS	GESTORES
Não tenho como opinar	Programas de incentivo de participação de servidores em cursos e projetos sobre temas de sustentabilidade
Esclarecimento do que é sustentabilidade, trazer para a nossa realidade e não tornar impositivo. A ideia é boa, mas não precisamos fazer e sem divulgar como se fosse uma virtude.	Programas voltados para a área de sustentabilidade.
Maior divulgação no tema sustentabilidade esclarecendo ponto a ponto de cada setor onde pode e deve ser inserida a sustentabilidade	Mais políticas públicas e divulgação.
Engajamento	
Incentivos não monetários. Ex.: servidores que atingiram metas de sustentabilidade, ganham 1 folga no mês	
Conscientização	
Falta por parte do governo, Informações gerais sobre o tema.	
Incentivos a revezamentos de servidores nos dias da semana.	
Ampla divulgação do assunto e projetos e ações de sustentabilidade com envolvimento das comunidades.	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 22 - Questão subjetiva – SEDHU

ANALISTAS	GESTORES
Mudança da cultura organizacional	Ter um plano e órgão gestor para ações a respeito das mudanças climáticas no DF.

	É importante elaborar e fomentar projetos socioambientais articulados com a população. Projeto de educação socioambiental é fundamental para qualificar a compreensão e qualificar o entendimento quanto a atuação coletiva na instituição e na sociedade. Nesse sentido, se faz necessário o estímulo a autonomia participativa.
	Campanha educativa
	Envolvimento de todas as pessoas no processo de transformação das ações.
	Investimento em educação desde a base
	As pessoas devem saber o que é sustentabilidade e quais são as formas de colaborar para tal objetivo, além de saber quais são os benefícios para ela e para a sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 23 - Questão subjetiva – JBB

ANALISTAS	GESTORES
Mais implementações de ações e uma divulgação e orientação mais amplas.	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 24 - Questão subjetiva – PCDF

ANALISTAS	GESTORES
Palestras e/ou cursos de conscientização acerca do assunto, bem como formação de agentes que difundem práticas de	

sustentabilidade interna e externamente dos órgãos públicos.	
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 25 - Questão subjetiva – SETUR

ANALISTAS	GESTORES
Mais ações governamentais para conscientização e que o próprio governo desse o exemplo	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As respostas obtidas foram fundamentais para complementar as respostas obtidas nas questões objetivas. O intuito foi de dar maior esclarecimentos sobre as questões divergentes apresentadas, em comparação aos servidores PPGG lotados em órgãos e entidades que não aderem à A3P.

5. CONCLUSÕES

A análise basilar referente aos perfis dos servidores entrevistados, comparando os lotados em órgãos e entidades adeptas à A3P aos demais foram respondidas nas questões 1 a 7 do questionário.

Os perfis gerais dos entrevistados são de servidores do gênero feminino, com escolaridade no grau de especialista, idade média superior a 41 anos e que recebem mais de dez salários mínimos, não havendo diferenças entre servidores de carreira lotados em órgãos e entidades adeptos à A3P ou não.

Os dados de perfis apresentados coadunam com as informações disponibilizadas no Portal da Transparência, referente à área de gestão de pessoas do DF (Distrito Federal, 2023).

O quantitativo de questionários analisados na pesquisa evidencia uma expressiva participação dos servidores PPGG, que oportunizou apresentar um panorama amplo de sua percepção sobre sustentabilidade nos órgãos e entidades públicos locais do poder executivo do DF.

É importante frisar, preliminarmente, que os resultados apresentados no capítulo 4 afirmam que a A3P é política pública eficaz e perceptível aos servidores públicos nela inserida.

No tocante ao nível de conhecimento dos conceitos preliminares sobre sustentabilidade e gestão socioambiental dos servidores PPGG, foi realizado estudo comparativo a partir das respostas da questão 8, em separado, entre os servidores que se encontram lotados em órgãos e entidades que aderem à A3P, com os dos demais órgãos e entidades.

As respostas analisadas foram majoritariamente, para ambos os grupos, haver conhecimento razoável sobre sustentabilidade e gestão socioambiental, ainda que os servidores se preocupem em aprofundar mais sobre o tema sempre que possível.

A questão 9 verificou o conhecimento mais aprofundado do tema da sustentabilidade e gestão socioambiental na visão da *Triple Bottom Line (TBL)*, que é a análise da sustentabilidade na visão econômica, ambiental e social, proposta originariamente por Elkington (2018).

Observa-se a visão coletiva preponderante, quando se trata do tema da sustentabilidade, e para as questões mais voltadas para o meio ambiente e natureza, ainda que temas referentes à qualidade de vida no trabalho, licitações ou uso racional de bens públicos também foram apontados pese a menor expressividade.

A percepção ampliada da sustentabilidade também foi mapeada pelos servidores entrevistados, com profundidade, nas questões 12, 13, 14, 17, 18 e 19, que convergem com os

17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável e nos cinco eixos temáticos da A3P.

No que concerne à análise, sob a perspectiva estatística, com o uso da ferramenta “moda” nas questões de 10 a 18, que foram elaboradas pela escala *likert*, ficou evidente que as questões 10 a 14 tiveram respostas diferentes dos entrevistados que se encontram lotados em órgãos e entidades adepts à A3P das demais.

Em temas referentes às ações de gestão e projetos referentes à sustentabilidade, conhecimento da existência da A3P, conhecimento de programas que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos, existência de programa de coleta seletiva e separação de resíduos sólidos e programas de qualidade de vida do servidor, a percepção dos servidores PPGG lotados em órgãos e entidades adepts à A3P é mais positiva que a percepção dos demais servidores.

Aos temas relacionados à participação de cursos ou formações na área de sustentabilidade, incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de serviço, para o engajamento para ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral, a critérios de sustentabilidade nas licitações públicas e ao teletrabalho como ferramenta de sustentabilidade, tanto os servidores PPGG lotados em órgãos e entidades adepts à A3P quanto os demais têm percepção idêntica.

As respostas subjetivas consolidam as margens de respostas apresentadas pelos entrevistados nas questões objetivas, sabem que existem ações e projetos de proteção ambiental e sustentabilidade, mas não vêm interesse, ação e engajamento por parte da coletividade e governo para a consolidação efetiva.

Ao analisar as medidas políticas e governamentais tomadas pelo governo do DF, no tocante à implantação da A3P, a pesquisa documental apontou a existência de adesões de órgãos e entidades à A3P desde 2012.

O processo foi iniciado no DF formalmente, com a publicação do Decreto Distrital nº 38.246, de 1º de junho de 2017, (Distrito Federal, 2017) que atribuiu, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA, a responsabilidade por estimular à implantação do programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

O pico forte das adesões à A3P se deu no ano de 2017, sofrendo forte desaceleração nos anos seguintes, incluindo o período acometido pela pandemia por Covid -19.

A implantação da A3P, à exemplo do conceito estudado por Favoreto (2019) e Jaber (2020), pode ser considerado processo de transição em sustentabilidade. Não obstante, a

ausência de documentos regulamentadores das ações sustentáveis, ausência de controle e monitoramento das atividades e falta de aderência dos princípios pelos agentes envolvidos na organização, inviabilizou o avanço da gestão sustentável no DF.

A análise conclusiva converge, também, com as dificuldades apontadas por Arruda e Rodrigues (2018) que, ressaltam, no estudo de caso da companhia elétrica do Nordeste, o interrompimento da implantação do projeto no decorrer da rotina administrativa, visto não ser prioridade para os gestores.

O assunto dos motivos da desmotivação da Administração Pública do executivo local do DF não foi tema explorado na pesquisa, mas é de importante ser explorado para fins de desenvolver políticas públicas corretivas e novas metas de alcance dos objetivos pré estabelecidos pela A3P, visto que a implantação da agenda ambiental é eficaz e perceptível aos servidores insertos no programa.

Outro ponto importante é acolher as sugestões apresentadas pelos entrevistados, tornando-lhes responsáveis pelo processo de estruturação dos princípios de sustentabilidade em seus locais de atuação.

A falta de ações de continuidade à implantação integral da A3P no DF, por ausência de incentivos das autoridades responsáveis pela gestão pública é constantemente referenciada nas respostas à questão 19. Os incentivos de ação integrada entre a gestão e os servidores é um exemplo eficaz que compromete ambos os atores na persecução dos objetivos previamente estabelecidos.

A presente pesquisa oferta, à Administração Pública, autoridades de implantação e monitoramento da A3P e comunidade acadêmica em geral, dados revistos e atualizados para fins de contribuição global com as causas sustentáveis de interesse global.

É importante ressaltar que a visão tripartida e ampla de sustentabilidade, preconizada por Elkington (2014), é perceptível a todos os servidores públicos insertos na Administração Pública do DF, e políticas públicas, como as implantadas pela A3P, colaboram com a preservação de um meio ambiente equilibrado, tais como as teses discutidas e difundidas no mundo acadêmico.

Ações e medidas de conscientização da sociedade, em geral, é o grande desafio que deve ser aprofundado e discutido em pesquisas científicas posteriores, com intuito em dar prosseguimento às contribuições colaborativas de cunho técnico-científico tão fundamental para o balizamento de decisões e adoções de políticas pública sustentável de interesse global.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A., Scatena, L., Luz, D., & M. (2017). Percepção Ambiental e Políticas Pública - Dicotomia e Desafios no Desenvolvimento da Cultura de Sustentabilidade. *SciELO - Scientific Electronic Library Online*. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20150004R1V2012017>
- Almeida, F. J. (2007). Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *Revista De Administração Contemporânea*, 11. doi:<https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000300006>
- Alves, C. J., & Bonfadini, J. G. (2012). Serviços Como Vantagem Competitiva no Segmento de Automação Pneumática nas Indústrias de Transformação do Nordeste de Santa Catarina. . *XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. ENEGEP. Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul*.
- Barros, d., T, A. B., & Vasconcellos, L. C. (2023). Estilos de Liderança e sua influência no desempenho de equipes no setor público. (U. F. Pampa, Ed.) *Universidade Federal do Pampa*. Fonte: <https://repositorio.unipampa.edu.br/handle/riu/7959>
- Brasil. (1981). Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Acesso em 19 de abril de 2022, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
- Brasil. (1988). Constituição Federal de 1988. Acesso em abril de 2022, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Brasil. (2000). *Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira: bases para discussão*. Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8457/mod_resource/content/1/bases_discussao_agenda21.pdf
- Brundiers, K. a. (2011). Educating students in real-world sustainability research: vision and implementation. . *Innovative Higher Education* , 36(2):107-124.
- Carta Capital. (2021). Bolsonaro diz que não entrega faixa presidencial em caso de fraude em 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-nao-entrega-faixa-presidencial-em-caso-de-fraude-em-2022/>.
- Carta Capital. (2023). Conheça os brasileiros que entregaram a faixa do presidente da República a Lula. Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/politica/conheca-os-brasileiros-que-entregaram-a-faixa-de-presidente-da-republica-a-lula/>.
- Carvalho, D. B., & Sousa, E. S. (2013). Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e licitações sustentáveis: um estudo do restaurante universitário da Universidade Federal do Piauí. *Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina*, XIII Coloquio de Gestión Universitaria. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114753>

Charbel, L. B., Jabbour, J. C., Jabbour, A., & Devika, K. (2016). *Sustainability as a dynamic organizational capability: A systematic review and a future agenda toward a sustainable transition*. *Journal of Cleaner Production*, 37.
doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.07.103>

CONACI. (2023). Lula e Jorginho miram objetivo da ONU de 50% de mulheres nos governos. *Revista do Conselho Nacional de Controle Interno*.

Confederação Nacional de Municípios. (2022). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Fonte: Confederação Nacional dos Municípios:
<http://www.ods.cnm.org.br/agenda-2030>

Costa, F. J., R., R. R., & Ramos, I. (2013). Valores pessoais e gestão. (J. B. Arilda Schmidt Godoy, Ed.), *Journal Administration Mackenzie*, V. 14, N. 3, *Edição Especial*, 183-208.

Dantas, A. M. (2021). Sustentabilidade aplicada à administração pública: um estudo de caso realizado na Universidade federal de Campina Grande – Campus Sousa. *Revista da Universidade federal de Campina Grande*, 50. Fonte:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/22496/1/MAIRLLY%20ROANA%20ARAUJO%20DANTAS%20-%20TCC%20ADMINISTRA%c3%87%c3%83O%202021.pdf>

di Pietro, M. S. (2006). 500 anos de Direito Administrativo Brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito de Estado*, 25. Fonte: <http://www.direitodoestado.com.br>

di Pietro, M. S. (2006). 500 anos de Direito Administrativo Brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito de Estado*, 24. Fonte: <http://www.direitodoestado.com.br>

Distrito Federal. (2013). *Lei nº 5.190. Dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências*. Distrito Federal.

Distrito Federal. (2017). *Decreto nº 38.246: Regulamenta a Lei distrital nº 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, e dá outras providências*. Diário Oficial do Distrito Federal. Acesso em 09 de 06 de 2022, disponível em
http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f3e43cd8a92b47a694cfc7a2db46df10/Decreto_38246_01_06_2017.html

Distrito Federal. (2019). Decreto nº 39.610. *Edição Extra nº 01*. Diário Oficial do Distrito Federal. doi:
https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2019|01_Janeiro|DODF%20001%2001-01-2019%20EDICAO%20ESPECIAL|&arquivo=DODF%20001%2001-01-2019%20EDICAO%20ESPECIAL.pdf

Distrito Federal. (2022). *Regiões Administrativas*. Fonte: Governo do Distrito Federal:
<https://www.df.gov.br/administracoes-regionais/>

Distrito Federal. (2022). *Governadoria*. Acesso em 07 de 06 de 2022, disponível em Governo do Distrito Federal: <https://www.df.gov.br/category/sobre-o-governo/>

Distrito Federal. (2022). Lei Complementar nº 999. Fonte: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/cc4ded51c51644abb903e4012275fc62/LC_999_2022.html#art2

Distrito Federal. (2023). *Painel Estatístico do Distrito Federal*. Fonte: Transparência do Distrito Federal: https://www.seplad.df.gov.br/painel_estatistico_pessoal/

Elkington, J. (1994). *Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development*. California Management.

Elkington, J. (2018). *25 years ago I coined the phrase “triple bottom line.” Here’s why it’s time to rethink it*. Harvard Business Review. Fonte: <https://hbr.org/2018/06/25-yearsago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-whyim-giving-up-on-it>

Favoreto, A. (2019). Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista de desenvolvimento regional e agronegócio - Gepec*, 24. Fonte: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/930/844

Felipe, P. (2018). A Liderança na Administração Pública: Estudos Representativos de Perfis de Liderança na Administração Direta e Indireta do Estado. *ISCTE - Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)*. Fonte: <https://www.proquest.com/openview/b7dcfb0956a84052bbf3c6af8431d4a9/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>

Ferrari, M., Cabral, R., & Salhani, J. (2022). Estudo Analítico do Mapeamento de Empresas Brasileiras comprometidas com a agenda 2030 da ONU. *Revista de Gestão Organizacional*. doi:<https://doi.org/10.22277/rgo.v15i2>

Freitas, H., & Moscarola, J. (2012). Da observação à decisão: Métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dado. *RAE Eletrônica*, 52. Acesso em 26 de 04 de 2023, disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/nzhrSTzq6Tm4K6sbKx4Gcqs/?format=pdf&lang=pt>

Fuso, R., Julian, C., & de Araújo, R. (2014). Análise da percepção ambiental para grupos de faixa de idade distintas. *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 10. Acesso em 03 de julho de 2022, disponível em https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/819/843

Goulart, L. C., & Pietrafesa, P. A. (2019). Gestão ambiental e a política pública de sustentabilidade do Poder Judiciário de Goiás, Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade* (2019): 6(14): 733-748. ISSN 2359-1412, 16.

Hossain, M. L. (2019). *A systematic review of living lab literature*. Journal of Cleaner . Production 213:976-988. : <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.257>.

Jaber, J. T. (2020). O Despontar de um Futuro Sustentável: Mudança Organizacional e Visão Transformadora em uma Empresa de Gás e Petróleo. *Revista De Administração Contemporânea*, 25(3).

Kurasaka, Dias, Henrique, Braga, & Sandri. (s.d.). *Sustainability in Public organizations: A study in the Sustentbility Paraná Network*. doi: <https://doi.org/10.5902/1983465963992>

Loviscek, V. (06 de outubro de 2020). *Triple Bottom Line em Direção a um Quadro Holístico para a Sustentabilidade: Uma Revisão Sistemática*. *Revista de Administração Contemporânea*, 25(3).

Lunardi, G. L., Frio, R. S., & Brum, M. M. (2011). Tecnologia da Informação e Sustentabilidade: Levantamento das Principais Práticas Verdes Aplicadas à Área de Tecnologia. *Revista Interinstitucional de Psicologia*. Fonte: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5299/235-1557-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Machado, A., & Richter, M. F. (2020). Sustentabilidade em tempo de pandemia (COVID-19). *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*. Fonte: <https://doi.org/10.47820/recima21.v1i2.25>

Ministério do Meio Ambiente. (2022). Fonte: Portal do Ministério do Meio Ambiente: <https://antigo.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p.html>

Ministério do Meio Ambiente do Brasil. (2021). *Ministério do Meio Ambiente*. Fonte: Agenda 21: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21.html>

Ministério do Meio Ambiente do Brasil. (2021). *Portal do Governo do Brasil*. Fonte: Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (A3P): <https://www.gov.br/pt-br/servicos/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>

Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. (2005). Programa Nacional de Educação Ambiental. (Brasília, Ed.) (3). Acesso em 19 de abril de 2022, disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Ministério do Meio Ambiente. (2013). Lula renova compromisso de desenvolvimento econômico com sustentabilidade. <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/lula-renova-compromisso-de-desenvolvimento-economico-com-sustentabilidade>.

Müller, M., & Siebenhüner, B. (2007). Policy instruments for sustainability-oriented organizational learning. . *Business Strategy and the Environment*, pp. v.16, p.232-245.

Oftedal, E. M.-H. (2020). Perspectivas de Sustentabilidade. *Revista De Administração Contemporânea*, 25. doi:<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200413.en>

Oliveira, T. M. (2021). Preexistências geográficas de Brasília : a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como lócus referência de memória, identidade e sustentabilidade. p. 209. Fonte: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40344>

OPAS. (s.d.). OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Fonte: <https://www.paho.org/pt/search/r?keys=oms+afirma+que+covid+19+e+agora+caracterizada+como+pandemia+Brasil#gsc.tab=0>

Organização das Nações Unidas. (1972). *Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente*. 89. Fonte: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1&Lang=S

Organização das Nações Unidas. (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Acesso em 05 de 06 de 2022, disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

Organização das Nações Unidas. (2022). *A ONU e o Meio Ambiente*. (U. N. Publications, Produtor) Acesso em 19 de Maio de 2022, disponível em Nações Unidas Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>

Pfitscher, L. C. (2013). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, 16.

Salviano, M. C., Souza, M. F., Medeiros, P. I., & D'Oliveira, R. G. (2020). Percepção ambiental de grupos sociais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em uma instituição de ensino superior, no Nordeste do Brasil. *Brazilian Journal of Development*, 8.

Salviano, M., de Almeida, E., de Souza, M., & de Medeiros, P. (2020). Percepção ambiental de grupos sociais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em uma instituição de ensino superior, no Nordeste do Brasil. *Brazilian Journal of Development*, 6, 59397-59411. doi:10.34117/bjdv6n8-382

Sehnem, S., Martignago, G., Pereira, S. C., & Jabour, C. (2019). *Sustainable Management at a University in Light of Tensions of Sustainability Theory*. *Revista de Administração Contemporânea*, 182-206. doi:<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019170294>

Silveira, T. S., Silva, B. R., Smolareck, D. R., & Ferrari, A. A. (2010). Avaliação da Ambiência Interna da URI Santiago Através da Escala de LIKERT Modificada Para Fins de Planejamento Estratégico. *X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América*.

Tachiwaza, T. (2010). Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. (6. Ed., Ed.) *Atlas*.

Tiossi, F. M., & Simon, A. T. (02 de 02 de 2021). Economia Circular: suas contribuições para o desenvolvimento da Sustentabilidade. *Brazilian Journal of Development*, 16. doi:10.34117/bjdv7n2-017

Tribunal de Contas do Distrito Federal. (2023). *Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal*. Acesso em 30 de 03 de 2023, disponível em <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/>

Uchoa, C. E., & Amaral, V. L. (2013). Processo eletrônico nacional: uma solução universal de processo eletrônico. In: VI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. Brasília, DF, Brasil. Fonte: <http://consadnacional.org.br/vi-congresso-consadtrabalhos-apresentados/>.

United Nations. (1987). Report of the world commission on environment and development: Our common future. (N. Y. UN, Ed.) Fonte: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

Vieira, I. L., & da Silva, E. M. (2022). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): análise da aderência de uma autarquia federal - Rio de Janeiro/RJ. *Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, 11. Fonte: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/7839/6009

von Geibler, J. P. (2019). The SDG-Check: Guiding Open Innovation towards Sustainable Development Goals. *Technology Innovation Management Review*, 9(3):20-37. doi:<https://doi.org/10.22215/timreview/1222>

Voytenko, Y. M. (2016). Urban living labs for sustainability and low carbon cities in Europe: Towards a research agenda. *Journal of Cleaner Production*, 123:45–54. Fonte: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.08.053>

Zat, A. D. (2015). Moda estatística: Relações Conceituais. *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Fonte: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/erematsul/minicursos/modaestatistica.pdf>

ANEXO 1 – TERMO DE ADESÃO À A3P



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

TERMO DE ADESÃO ____ - MMA-A3P/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, E O (A) _____, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e do Decreto no 10.455, de 11 de agosto de 2020, inscrito no CNPJ no 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, **FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES**, brasileiro, casado, nomeado pelo Decreto de 29 de junho de 2021 da Casa Civil da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2021, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 385, de 12 de agosto de 2021, publicada em 13 de agosto de 2021, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade no 2637474 (SSP/DF) e inscrito no CPF sob o nº 000.146.941-07, e o (a) _____, inscrito no CNPJ/MF com o nº _____, com sede na _____, neste ato representado por _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (SSP-__) e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, no uso de suas atribuições conforme designação _____, doravante denominado **INSTITUIÇÃO**, firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, sujeitando-se aos termos da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, no âmbito da **INSTITUIÇÃO**, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

Durante a execução do objeto do presente Termo de Adesão fica estabelecido que os partícipes adotarão a metodologia constante da cartilha “Como Implantar a A3P”, assim como as orientações do Programa A3P.

Parágrafo Primeiro. Poderão ser acrescidas outras ações, sugeridas pelos próprios agentes implementadores do Programa A3P, de comum acordo entre as partes.

Parágrafo Segundo. Na implementação do presente Termo de Adesão deverão ser obrigatoriamente observados, pelos partícipes, os seguintes objetivos:

- I – promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da **INSTITUIÇÃO**;
- II – estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;
- III - garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
- IV – melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

Parágrafo Terceiro. Para a consecução do objeto traçado no presente Termo, o **MMA/A3P** e a **INSTITUIÇÃO** poderão, em conjunto ou separadamente gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com agência e órgãos públicos e privados, particularmente junto a universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão social e ambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I – Caberá à **INSTITUIÇÃO**:

- a) criar comissão que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental da **INSTITUIÇÃO**;

- b) realizar, com participação dos servidores, diagnóstico socioambiental (avaliação inicial), identificando os aspectos socioambientais, mais relevantes para a **INSTITUIÇÃO**;
- c) elaborar, com base no diagnóstico, o plano de ações estratégicas, incluindo aspectos socioambientais como: a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados; redução de consumo e reaproveitamento de materiais; combate ao desperdício de energia e de água, cidadania, ética, equidade, segurança e qualidade de vida no trabalho, entre outras medidas necessárias para a implementação, detectadas nos diagnósticos;
- d) estabelecer cronograma para implementação das ações;
- e) promover metodologia para mensuração do desempenho da **INSTITUIÇÃO**;
- f) estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que provoquem danos ou riscos à saúde do servidor ou da população e ao meio ambiente;
- g) estabelecer avaliação periódica da implementação das ações previstas divulgando os resultados alcançados na própria **INSTITUIÇÃO** para redirecionamento das ações de acordo com os resultados;
- h) desenvolver subprograma de formação do “servidor educador socioambiental” comprometido com os princípios da responsabilidade socioambiental e efetiva implantação da A3P.
- i) elaborar Relatório Técnico explicitando as ações implementadas, os resultados qualitativos alcançados e as metas futuras para a continuidade do projeto, com periodicidade anual contada a partir da data de assinatura do Termo de Adesão.

II – Caberá ao **MMA/A3P**:

- a) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na realização do seu diagnóstico socioambiental, bem como na elaboração de sua agenda socioambiental, incluindo ações de implementação;
- b) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de implantação e capacitação para a coleta seletiva solidária;
- c) compartilhar experiências e conhecimentos sobre aspectos socioambientais;
- d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a **INSTITUIÇÃO** nas fases do processo de implementação da Agenda Socioambiental;
- e) viabilizar a distribuição do material de divulgação, quando houver;
- f) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de avaliação da A3P por meio de indicadores de desempenho;

- g) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação da Agenda Socioambiental;
- h) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na promoção de ações educativas visando: melhorar a qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho, conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de se conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública;
- i) incentivar a excelência da gestão social e ambiental visando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho da **INSTITUIÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão vigorará pelo **prazo de cinco anos**, não prorrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

O presente Termo de Adesão não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único: Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Termo de Adesão poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Termo de Adesão em extrato, no Diário Oficial da União, até quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta correr no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES

O presente Termo de Adesão será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Termo de Adesão não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei no 8.666, de 1993, fica consignado a(o) Diretor(a) do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Os Partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente e, em última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea “f” da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília/DF, de de .

FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

SIGNATÁRIO DA INSTITUIÇÃO

Cargo

Testemunhas:

1-

RG:

CPF:

2-

RG:

CPF:

ANEXO 2 – PROGRAMA DE TRABALHO – A3P

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P
--

1. DADOS CADASTRAIS

Orgão		CNPJ/MF	
Endereço			
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone
Nome do Responsável		CPF	CI/Órgão Exp.
Endereço			
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Período de Execução (05 anos)
Identificação do Objeto:	
Etapas para implementação da adesão: 1. Criar a Comissão Gestora da Agenda; 2. Realizar o Diagnóstico Socioambiental; 3. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; 4. Realizar a Capacitação e a Sensibilização; 5. Realizar a Avaliação e o Monitoramento.	

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	AÇÕES	Início	Término
1. Comissão Gestora da A3P	1.1. Definir os membros da Comissão Gestora;		
	1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal);		
	1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora.		
2. Diagnóstico Socioambiental	2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais;		
	2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;		
	2.3. Fazer levantamento de obras realizadas;		
	2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;		
	2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos;		
	2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação.		
3. Plano de Gestão Socioambiental	3.1. Definir os objetivos do plano;		
	3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda;		
	3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico;		
	3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores;		
	3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento;		
	3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações.		
4. Sensibilização e Capacitação	4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA;		
	4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores;		
	4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc;		
	4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação		

	em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc;		
	4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores;		
	4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;		
	4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.		
5. Avaliação e o Monitoramento	5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P;		
	5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);		
	5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;		
	5.4. Reprogramar as ações se necessário;		
	5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa.		

E, para a validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, de de .

FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES
Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

SIGNATÁRIO DA INSTITUIÇÃO
Cargo

Testemunhas:

1-

RG:

CPF:

2-

RG:

CPF:

APÊNDICE 1 – MATRIZ DE AMARRAÇÃO

A seguir é apresentada uma matriz que correlaciona a lista de questões que serão aplicadas aos servidores públicos do DF com os referenciais teóricos apresentados na pesquisa em tela e as possíveis hipóteses da análise dos possíveis resultados a serem obtidos.

Quadro 26 - MATRIZ DE AMARRAÇÃO

MATRIZ DE AMARRAÇÃO			
QUESTIONÁRIO			
EIXO DE QUESTÕES	QUESTÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICO	REFERENCIAL TEÓRICO
Perfil profissional do servidor público alvo da pesquisa	Carreira da área de políticas públicas e gestão governamental: () Gestor () Analista () Técnico Órgão/ Entidade de Lotação atual: () de sete a dez anos () Mais de dez anos Gênero: () Masculino () Feminino () Outro: _____ Idade	Verificar se o perfil dos servidores da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental interfere na percepção de sustentabilidade e gestão socioambiental;	• Arruda e Rodrigues (2018) • Almeida et al (2017)

	☐ até 20 anos ☐ entre 21 a 30 anos ☐ entre 31 a 40 anos ☐ mais de 41 anos. Renda familiar em salários mínimos (s.m.): ☐ de 1 a 4 s.m. ☐ de 5 a 7 s.m. ☐ de 8 a 10 s.m. ☐ mais de 10 s.m. Escolaridade ☐ Curso médio completo ☐ Ensino fundamental completo ☐ Superior incompleto ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐ Pós doutorado. Tempo de exercício em função pública ☐ até um ano ☐ de um) a três anos ☐ de três) a seis anos ☐ de sete a dez anos ☐ Mais de dez anos		
--	--	--	--

Questões relacionadas à percepção da A3P pelos gestores em políticas pública e gestão governamental, a partir de seus referenciais teórico e experiências adquiridas.	1. A sua opinião pessoal sobre a sustentabilidade é: (pode marcar mais de um item) () Eu tenho uma boa visão e sou engajado nas questões ambientais () Tenho uma boa noção de sustentabilidade, mas não tenho interesse em aprofundar-me no assunto por falta de tempo () Tenho uma visão razoável sobre sustentabilidade, e sempre que posso me aprofundo mais sobre o tema () Meu conhecimento é raso, mas tenho interesse no assunto da sustentabilidade () Ouvi falar sobre o tema, mas não me interessa muito em aprofundar na questão. () Sustentabilidade é um conceito bonito de falar e ouvir, mas reconheço de não me envolve na causa. () Nenhuma das alternativas acima descritas.	• Identificar o nível de conhecimento dos servidores públicos sobre o tema da sustentabilidade e gestão socioambiental na visão da <i>Triple Bottom Line – TBL</i>, que é a análise da sustentabilidade na visão econômica, ambiental e social (Elkington, 2017), inserto na A3P; • Verificar se há diferença de percepção de sustentabilidade e gestão socioambiental dos servidores públicos lotados em órgãos e entidades que aderiram formalmente a A3P com as que não aderiram.	• Charbel et al (2016) • Tiozzi e Simon (2021) • Sehnem et al (2019) • Elkington (2017) • Arruda e Rodrigues (2018) • Almeida et al (2017)
--	---	---	---

	2. O tema sustentabilidade, na minha visão, abarca: (pode marcar mais de um item) () questões do meio ambiente e natureza, recursos naturais, clima e gestão de resíduos. () questões econômicas, financeiras e de competitividade () qualidade de vida dos servidores públicos () Uso racional dos bens públicos () Licitações públicas		• Jaber, T. (2020). • United Nations. (1987). • Favoreto, A. (2019). • Charbel et al (2016) • Tiozzi e Simon (2021) • Sehnem et al (2019)
	Conheço ações de gestão/projetos referentes à sustentabilidade em meu órgão de atuação () Sim () Não () O tema é tratado de modo generalista.	Identificar a percepção dos servidores públicos sobre a concretização das políticas públicas de sustentabilidade e gestão socioambiental definidos na A3P, no âmbito de seu órgão de lotação; Verificar se há diferença de percepção de sustentabilidade e gestão socioambiental dos servidores públicos	• Jaber, T. (2020). • United Nations. (1987). • Favoreto, A. (2019). • Charbel et al (2016). • Tiozzi e Simon (2021). • Sehnem et al (2019).
	Já ouvi falar sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	lotados em órgãos e entidades que aderiram	• Jaber, T. (2020).

	☐ Sim ☐ Não	formalmente a A3P com as que não aderiram; Verificar se a gestão pública do DF passa pela transição para a gestão sustentável ou a gestão plenamente implementada.	• United Nations. (1987). • Favoreto, A. (2019). • Charbel et al (2016). • Tiozzi e Simon (2021). • Sehnem et al (2019).
	Há programas, em meu órgão de lotação, que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos ☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes, eventualmente.		• Jaber (2020) - Favoreto, A. (2019). • Charbel et al (2016). • Tiozzi e Simon (2021). • Sehnem et al (2019).
	Há programa de coleta seletiva e separação de resíduos sólidos no seu órgão/entidade ☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes, eventualmente.		• Vieira et al. (2022).

	Há programas de qualidade de vida do servidor em seu órgão/entidade		• Salviano et al. (2020).
	() Sim () Não () Às vezes, eventualmente.		
	3. Sou estimulado/participo de cursos ou formações na área de sustentabilidade () Sim () Não () Às vezes, eventualmente.		• Salviano et al. (2020). • Sehnem et al. (2019). • Goulart e Pietrafesa (2019). • Beuron (2016)
	4. Há incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de serviço, para o engajamento para ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral () Sim () Não () Às vezes, eventualmente.		• Salviano et al (2020). • Sehnem et al. (2019). • Beuron (2016)
	5. As licitações, no meu órgão/entidade, atendem a		• Nascimento (2017)

	critérios de sustentabilidade () Sim () Não () desconheço o tema		• Costa, R. Ramos (2013) • Tachiwaza (2010)
	6. O teletrabalho é uma ação importante que contribui para a concretização de medidas sustentáveis no poder público. () discordo totalmente () discordo parcialmente () Nem concordo nem discordo () concordo parcialmente () concordo totalmente		• Vieira et al (2022).
	7. Para concluir, o que você acha que poderia ser feito para que houvesse mudança de comportamento coletivo e efetividade de sustentabilidade socioambiental?	Questão aberta: • Conhecer quais são as principais ações consideradas pelos servidores da carreira de políticas pública e gestão governamental sobre a gestão socioambiental e a sustentabilidade;	• Vieira, I. L., & da Silva, E. M. (março de 2022). • Salviano et al (2020). • Arruda e Rodrigues (2018).

		• Verificar se há diferença de percepção de sustentabilidade e gestão socioambiental dos servidores públicos lotados em órgãos e entidades que aderiram formalmente a A3P com as que não aderiram.	
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NO GOOGLE FORMS E TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*Percepção do gestor público sobre a aderência da A3P na Administração Pública do Distrito Federal*”, sob a responsabilidade do pesquisador Izaildo Feitosa Feltrini, gestor em Políticas Pública e Gestão Governamental (Matrícula 175.458-0), aluno de Mestrado em Administração pela Universidade Alves Farias (Unialfa).

O objetivo é avaliar o nível de aderência de projetos e ações de sustentabilidade, à luz da Agenda da Administração Pública (A3P), na Administração Pública do Distrito Federal.

Sua participação é muito importante!

Desde já, agradecemos!

() Declaro que li o texto acima e concordo em participar da pesquisa.

QUESTIONÁRIO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*Percepção do gestor público sobre a aderência da A3P na Administração Pública do Distrito Federal*”, sob a responsabilidade do pesquisador Izaildo Feitosa Feltrini, gestor em Políticas Pública e Gestão Governamental (Matrícula 175.458-0), aluno de Mestrado em Administração pela Universidade Alves Farias (Unialfa).

O objetivo é avaliar o nível de aderência de projetos e ações de sustentabilidade, à luz da Agenda da Administração Pública (A3P), na Administração Pública do Distrito Federal.

Você não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração, além de contribuir para a pesquisa. Os resultados dessa pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo

Sua participação é muito importante!

Desde já, agradecemos!

() Declaro que li o texto acima e concordo em o participar da pesquisa.

QUESTIONÁRIO

1. Carreira da área de políticas pública e gestão governamental:

() Gestor

() Analista

() Técnico

2. Órgão/Entidade de Lotação atual:

1	Secretaria de Estado de Educação – SEE
2	Secretaria de Estado de Saúde – SES
3	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV
4	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS
5	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do DF - SEPLAD
6	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal - SEAP
7	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal -SEDES
8	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
9	Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF
10	Departamento de Trânsito – DETRAN
11	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRO-DF
12	Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF
13	Casa Civil do Distrito Federal – CACI
14	Departamento de Estradas de Rodagem – DER
15	Serviço de Limpeza Urbana – SLU
16	Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF
17	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP
18	Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do DF - DF LEGAL
19	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF
20	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF - SEDUH
21	Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB
22	Instituto do Meio Ambiente e dos Rec. Hídricos do DF –BSB AMBIENTAL

23	Secretaria de Estado de Des Econômico, Trabalho e Renda do DF - SDE
24	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC
25	Fundação Hemocentro de Brasília – FHB
26	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS
27	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
28	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastec. e Desenvolvimento Rural - SEAGRI
29	Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF
30	Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal - SMDF
31	Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal _ SELDF
32	Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal - SEGOV
33	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB
34	Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF
35	Administração Regional de Ceilândia
36	Administração Regional de Taguatinga
37	Gabinete da Vice Governadora – VGDF
38	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF
39	Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal- PROCON-DF
40	Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM
41	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF - ADASA
42	Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores do Distrito Federal- INAS
43	Administração Regional de Brazlândia
44	Administração Regional de Samambaia
45	Administração Regional do Gama
46	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBDF
47	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF - SECTI
48	Secretaria de Estado de Atendimento a Comunidade do Distrito Federal - SEAC
49	Administração Regional de Planaltina
50	Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR
51	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do DF - SEMA
52	Administração Regional de Águas Claras
53	Administração Regional de Sobradinho
54	Administração Regional do Recanto das Emas

55	Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UDF
56	Administração Regional de Santa Maria
57	Administração Regional do Guará
58	Administração Regional do Plano Piloto
59	Administração Regional do Riacho Fundo I
60	Fundação Jardim Zoológico de Brasília – ZOO
61	Administração Regional do Cruzeiro
62	Administração Regional do Núcleo Bandeirante
63	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP
64	Jardim Botânico de Brasília - JBB
65	Administração Regional do Jardim Botânico
66	Administração Regional de Vicente Pires
67	Administração Regional de Arniqueira
68	Administração Regional de São Sebastiao
69	Administração Regional do Sudoeste/Octogonal
70	Administração Regional do Lago Norte
71	Administração Regional do Lago Sul
72	Administração Regional do Riacho Fundo II
73	Administração Regional da Candangolândia
74	Administração Regional de Sobradinho II
75	Administração Regional do Paranoá
76	Administração Regional do Park Way
77	Administração Regional do Itapoã
78	Administração Regional do Setor Compl. de Indústria e Abastecimento
79	Administração Regional da Fercal
80	Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF
81	Administração Regional do Varjão
82	Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento
83	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN
84	Outro. Especificar _____

3. Gênero:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro: _____

4. Idade

- ☐ Até 20 anos
- ☐ Entre 21 a 30 anos
- ☐ Entre 31 a 40 anos
- ☐ Mais de 41 anos.

5. Renda familiar em salários mínimos (s.m.):

- ☐ De 1 a 4 s.m.
- ☐ De 5 a 7 s.m.
- ☐ De 8 a 10 s.m.
- ☐ Mais de 10 s.m.

6. Escolaridade

- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós doutorado

7. Tempo de exercício em função pública

- ☐ Até um ano
- ☐ De um a três anos

- ☐ De três a seis anos
- ☐ De sete a dez anos
- ☐ Mais de dez anos

8. A sua opinião pessoal sobre a sustentabilidade é:

- ☐ Eu tenho uma boa visão e sou engajado nas questões ambientais.
- ☐ Tenho uma boa noção de sustentabilidade, mas não tenho interesse em aprofundar-me no assunto por falta de tempo.
- ☐ Tenho uma visão razoável sobre sustentabilidade, e sempre que posso me aprofundo mais sobre o tema.
- ☐ Meu conhecimento é raso, mas tenho interesse no assunto da sustentabilidade.
- ☐ Ouvi falar sobre o tema, mas não me interessa muito em aprofundar na questão.
- ☐ Sustentabilidade é um conceito bonito de falar e ouvir, mas reconheço de não me envolve na causa.
- ☐ Nenhuma das alternativas acima descritas.

9. O tema sustentabilidade, na minha visão, abarca: (pode marcar mais de um item)

- ☐ Questões do meio ambiente e natureza, recursos naturais, clima e gestão de resíduos.
- ☐ Questões econômicas, financeiras e de competitividade
- ☐ Qualidade de vida dos servidores públicos
- ☐ Uso racional dos bens públicos
- ☐ Licitações públicas

Para as afirmações a seguir, informe o seu grau de concordância:

10. Conheço ações de gestão/projetos referentes à sustentabilidade em meu órgão de atuação

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

11. Já ouvi falar sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

12. Há programas, em meu órgão de lotação, que privilegiem ao uso racional da água, luz ou demais recurso natural, assim como a racionalização e bom uso dos bens públicos

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

13. Há programa de coleta seletiva e separação de resíduos sólidos no seu órgão/entidade

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

14. Há programas de qualidade de vida do servidor em seu órgão/entidade

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

15. Sou estimulado/participo de cursos ou formações na área de sustentabilidade

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

16. Há incentivo, por parte da chefia imediata e demais autoridades, assim como dos demais colegas de serviço, para o engajamento para ações sustentáveis nos órgãos públicos e na sociedade em geral

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

17. As licitações, no meu órgão/entidade, atendem a critérios de sustentabilidade

☐ Discordo totalmente

☐ Discordo parcialmente

☐ Nem concordo nem discordo

☐ Concordo parcialmente

☐ Concordo totalmente

18. O teletrabalho é uma ação importante que contribui para a concretização de medidas sustentáveis no poder público.

☐ Discordo totalmente

- () Discordo parcialmente
- () Nem concordo nem discordo
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

19. Para concluir, na sua percepção, o que você acha que poderia ser feito para que houvesse mudança de comportamento coletivo e efetividade da gestão de sustentabilidade socioambiental?